



Número 98/2009

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS – IG

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - DGEO

Área: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

TELMA BATALIOTI GALLI

**USO DO TERRITÓRIO E FRONTEIRAS INTERNAS: O CASO DA PROPOSTA DE
REDESENHO FRONTEIRIÇO DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA (SP).**

Tese apresentada ao Instituto de Geociências como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Ciências, Análise Ambiental e Dinâmica Territorial.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Cataia

CAMPINAS – SÃO PAULO

AGOSTO / 2009.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO

Sistemas de Bibliotecas da UNICAMP /

Diretoria de Tratamento da Informação

Bibliotecário: Helena Joana Flipsen – CRB-8ª / 5283

G136u

Galli, Telma Batalioti.

Uso do território e fronteiras internas: o caso da proposta de redesenho fronteiriço do município de Holambra (SP) / Telma Batalioti Galli. -- Campinas, SP: [s.n.], 2009.

Orientador: Márcio Antônio Cataia.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

1. Geografia urbana - Holambra (SP). 2. Comportamento espacial. 3. Territorialidade humana. 4. Planejamento da produção. 5. Holambra (SP) - Divisões territoriais e administrativas. I. Cataia, Márcio Antônio. II. Título.

Título e subtítulo em inglês: The use of territory and inland borders: the case of the proposal for borderline re-arrangement in the municipality of Holambra (SP)

Palavras-chave em inglês (Keywords): Urban geography - Holambra (SP); Spatial behavior; Human territoriality; Planning, Production; Holambra (SP) - Administrative and political divisions.

Área de Concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial.

Titulação: Doutor em Ciências.

Banca examinadora: Samira Peduti Kahil, Edvaldo Cesar Moretti, André Roberto Martin, Wanderlei Messias da Costa.

Data da Defesa: 27-08-2009

Programa de Pós-Graduação em Ciências.



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA

AUTORA: Telma Batalioti Galli

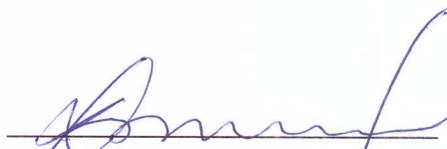
“Uso do Território e Fronteiras Internas: o Caso da proposta de Rearranjo
Fronteiriço do Município de Holambra - SP”.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Márcio Antônio Cataia

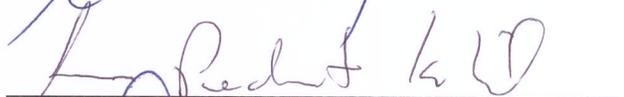
Aprovada em: 27/08/2009

EXAMINADORES:

Prof. Dr. Márcio Antônio Cataia

 - Presidente

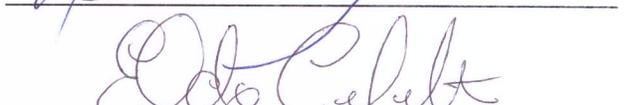
Profa. Dra. Samira Peduti Kahil



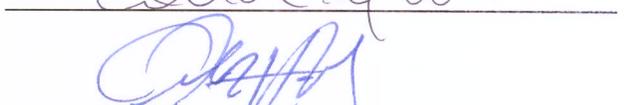
Prof. Dr. Wanderley Messias Costa



Prof. Dr. Edvaldo César Moretti



Prof. Dr. André Roberto Martin



Campinas, 27 de agosto de 2009.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS – IG

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - DGEO

Área: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

Uso do território e fronteiras internas: O caso da proposta de redesenho fronteiriço do município de Holambra (SP).

RESUMO

Tese de Doutorado

Telma Batalioti Galli

A proposta de novo redesenho fronteiriço do município de Holambra (SP), expressa a complexidade de relações no território brasileiro com a presença nos lugares de vetores da economia global. À luz do atual período desenvolve-se uma economia globalizada que vem sendo comumente confundida como “sem fronteiras”, no entanto, os redesenhos fronteiriços, presentes em todo território nacional desacreditam a tese do fim das fronteiras ou de sua obsolescência. Entre os entes federativos (estados e municípios) acentuam-se disputas territoriais produtoras de dinâmicas locais exigentes em regulação política. A complexidade de relações internas e externas a uma fronteira amplia a necessidade de maior regulação, justificando-se o Estado e suas fronteiras. Ao município portador de poder legiferante cabe-lhe uma racionalidade própria de solucionar localmente o uso social e o uso corporativo do território. Este é o caso do município de Holambra que ao propor um novo redesenho de suas fronteiras, reorganiza o território, a partir da especialização produtiva de flores e plantas ornamentais, marcando uma hibridização entre Estado e economia na medida em que ao primeiro cabe atender aos reclamos do segundo, é assim, que política e economia conformam-se um par dialético dos novos usos do território brasileiro.

Palavras-chave: Uso do território; Fronteiras internas; Especialização produtiva; Circuito espacial de produção; Holambra.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS – IG

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - DGEO

Área: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

The use of territory and inland borders: the case of the proposal for borderline re-arrangement in the municipality of Holambra (SP).

ABSTRACT

Tese de Doutorado

Telma Batalioti Galli

The proposal for a new borderline re-arrangement in the municipality of Holambra (SP) manifests the complexity of relations in Brazil with a presence in the venues of the global economy's vectors. In the light of the current period, a globalized economy is being developed which is commonly and mistakenly referred to as "borderless", yet the borderline re-arrangements seen throughout the country refute the issue regarding the end of borders or of their obsolescence. Territorial disputes have grown among the federative bodies (states and municipalities), which have given rise to local dynamics that require political regulation. The complexity of relations within and without a border increases the need for greater regulation, justifying a State and its borders. A local government in possession of legislating powers will be in charge of its own rationale in order to decide locally on the social and corporate use of its territory. This is the case in the municipality of Holambra, which while proposing a new re-arrangement of its borders is reorganizing its territory based on the specialized production of flowers and ornamental plants, encouraging a hybridized relation between State and economy inasmuch as the former is responsible for meeting the latter's requirements, this is how politics and economics form a dialectical couple for the new uses of Brazilian territory.

Key words: Use of territory; Inland borders; Specialized production; Spatial production circuit; Holambra.

Dedico,

**Aos meus pais, Rubens e Rosalina, meus
exemplos de determinação e superação.**

**Ao meu marido, José Adhemar, um Ser de
Luz e Amor em minha vida.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por conduzir meus passos.

A vida nos presenteia com pessoas especiais: nossa família, nossos amigos, nossos mestres, que transformam o nosso mundo. A sensação de gratidão pela vida dessas pessoas se faz presente sempre quando nos recordamos dos momentos preciosos e do aprendizado que elas nos proporcionaram.

Durante o percurso do doutorado pude contar com a colaboração e o carinho de muitas dessas pessoas e também com o apoio de instituições e profissionais, direta e indiretamente e, por isso, expresso aqui a minha gratidão:

À FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), agradeço pela concessão da bolsa de doutorado que possibilitou a realização deste trabalho.

Ao Professor Dr. Márcio Cataia, meus sinceros agradecimentos, não apenas pela orientação firme e segura demonstrada na elaboração deste trabalho, mas também pelo incentivo e oportunidade de trabalharmos juntos. Obrigada por me permitir o entendimento de uma “Geografia inteira”.

Ao Professor Dr. Ricardo Mendes Antas Jr., do Centro Universitário FIEO / Osasco, agradeço pela criteriosa leitura e importantes contribuições no momento da qualificação.

À Professora Dr^a. Samira Peduti Kahil, da Universidade Estadual Paulista / Rio Claro, agradeço pela criteriosa leitura e contribuições no momento da qualificação e também da defesa e, por sua pronta gentileza.

Agradeço aos professores Dr. André Roberto Martin (USP), Dr. Wanderlei Messias da Costa (USP) e ao Dr. Edvaldo César Moretti (UFGD), por participarem da defesa deste trabalho com contribuições significativas à minha formação.

Agradeço a atenção de profissionais como a Carla (SEBRAE e Associação Comercial de Holambra); Tais Tostes (IAC); Adriana (IBRAFLOR); Carlos Alberto (Cooperplantas/Holambra); Elisabete (Veiling); Miki (Terra Viva); Charles (Casa da Agricultura de Holambra); ao Prof. José Luis Mosca da EMBRAPA Agroindústria Tropical e ao Sr. Marius Van Ooijen da propriedade rural e parque Lindenhof em Holambra. Também meus agradecimentos a Iran Dier Brunhani da Câmara Municipal de Holambra e aos funcionários da Prefeitura Municipal de Holambra.

Obrigada aos funcionários da Biblioteca do Instituto de Geociências, em especial à Márcia, pela sempre prontidão e gentileza no atendimento.

Agradeço as funcionárias Edinalva, Aline e Valdirene (carinhosamente “Val”) da secretaria de pós-graduação do Instituto de Geociências, pela qualidade do trabalho. A você “Val”, um agradecimento especial, não apenas pela sua competência no trabalho, mas também pela sua generosidade, por transmitir amor.

Muito obrigada aos meus dedicados colegas do laboratório GEOPLAN. Com vocês aprendi mais sobre o espaço geográfico porque dividimos e somamos juntos mais conhecimento. Formamos uma equipe! Mais, com aqueles que pude conviver de maneira mais próxima, como Fabrício Gallo, Ana Paula Mestre (Aninha), Silvana Cristina da Silva (Sil) e Patrícia Merlin, acredito que compartilhar os compromissos acadêmicos conduziu também em uma amizade para a vida. Por isso, a você Fabrício, sou grata pelo apoio acadêmico, pelo exemplo de profissional dedicado, pelo diálogo de amigo sincero e por poder contar contigo.

A você Aninha, quero agradecer com o coração pelo seu sorriso diário e por seu abraço confortante. Há uma ternura em você que aproxima as pessoas e um profissionalismo enriquecedor. A importância de sua amizade em minha vida é certamente por torná-la bem melhor.

A você Sil, toda a minha gratidão e amor. O nosso convívio quase que diário solidificou uma amizade verdadeira e muito valiosa. Você me ensina muito, a ser uma pessoa melhor e a fazer uma Geografia melhor. Tenho por ti profunda admiração e respeito!

Patrícia Merlin, querida amiga, obrigada por me presentear com a sua alegria e ternura. Tê-la como companheira de trabalho, me ensinou a ser mais forte e como rir faz um bem enorme. Tê-la como amiga e, estar na sua presença, sempre fortaleceu o meu ânimo.

Fanny, a você, obrigada pelo exemplo de coragem frente aos desafios.

Cristiano Rocha, Kênia, Marcelo Panis e Carolina Marquezini, amigos e companheiros da sala 9, agradeço pelas conversas incentivadoras e também pelos momentos de descontração, tão importantes.

Agradeço as minhas amigas Edilaine da Cruz e Marilza P. Martins, que mesmo distantes geograficamente permanecem sempre na torcida por mim. As tenho em meu coração.

Aos meus pais, Rubens e Rosalina, e meu irmão Éderson, imensa é a minha gratidão, pelo constante incentivo, pela confiança depositada e pelo grandioso amor.

Finalmente, ao meu marido José Adhemar, agradeço por caminhar ao meu lado, pela compreensão e respeito, pela família que formamos, por vivenciarmos juntos o amor. Você é a essência de tudo que mais me faz feliz. Te amo!

“Aprendi com a primavera, a deixar-me cortar e voltar sempre inteira.” (Cecília Meireles)

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	xv
ÍNDICE DE TABELAS.....	xvii
ÍNDICE DE QUADROS.....	xviii
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	xviii
ÍNDICE DE MAPAS.....	xix
ÍNDICE DE FIGURAS.....	xix
ÍNDICE DE FOTOS.....	xx
INTRODUÇÃO.....	1
PARTE I. A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA NO PERÍODO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL.....	5
1. A criação de fronteiras internas: o município como um ente da Federação.....	5
2. As possibilidades do período e as oportunidades do lugar: a implantação da Cooperativa Agropecuária Holambra.....	13
3. A consolidação da Cooperativa Agropecuária Holambra e a modernização do território.....	25
4. A especialização produtiva e a criação do município de Holambra: de Cooperativa à “Cidade das Flores”.....	37
PARTE II NOVO DESENHO DAS FRONTEIRAS INTERNAS E A DIFERENCIAÇÃO DOS LUGARES.....	47
5. As fronteiras internas frente à fluidez territorial e a diferenciação dos lugares.....	57

6. As propostas de redesenho fronteiriço no estado de São Paulo e o caso de Holambra: entre a política do Estado e das empresas.....	53
7. A <i>Região Concentrada</i> e a dinâmica do circuito produtivo de flores e plantas ornamentais.....	81
8. A consolidação da especialização em flores e plantas ornamentais no estado de São Paulo: da concentração da produção à comercialização.....	93
PARTE III. A DINÂMICA DO CIRCUITO ESPACIAL DA PRODUÇÃO DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS E SEU CORRESPONDENTE CÍRCULO DE COOPERAÇÃO ATUANTE EM HOLAMBRA.....	121
9. O circuito espacial da produção de flores e plantas ornamentais e seu correspondente círculo de cooperação para além das fronteiras municipais.....	121
10. O município de Holambra e a especialização produtiva funcional.....	141
11. A natureza florícola obediente às lógicas de demanda do mercado.....	157
12. A política pública e os interesses privados no uso do território holambrense.....	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	186
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	191
SITES CONSULTADOS.....	201
ANEXOS.....	203

LISTA DE ABREVIATURAS

ACE – Associação Comercial e Empresarial de Holambra
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APEX – Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
BANESPA – Banco do Estado de São Paulo
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPH – Cooperativa Agropecuária Holambra
CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integrada
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEAGESP – Cia Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
CEASA – Central de Abastecimento de Campinas
CNM – Confederação Nacional de Municípios
DADE – Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMPLASA – Empresa Paulistana de Planejamento Metropolitano
FEAP – Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista
FMI – Fundo Monetário Internacional
FOB - Free On Board
FUMTUR – Fundo Municipal do Turismo
IAC – Instituto Agrônomo de Campinas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBRAFLOR – Instituto Brasileiro de Floricultura
ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IEA – Instituto de Economia Agrícola de São Paulo
INFRAERO – Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeronáutica
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

ISS - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MERCAFLOR – Mercado de Flores e Plantas Ornamentais de Santa Catarina

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NCM – Nomenclatura Comum do MERCOSUL

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo

PRODEAGRO – Programa de Desenvolvimento do Agronegócio

PRODECCOP – Programa de Desenvolvimento Cooperativo

PROGER RURAL – Programa de Geração de Emprego e Renda Rural

PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

RMC – Região Metropolitana de Campinas

RMSP – Região Metropolitana de São Paulo

SEADE – Sistema Estadual de Análise de dados

SEAGRI – Secretaria de Agricultura e Pecuária

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SECEX – Secretaria de Comércio Exterior

SENAC – Secretaria Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Secretaria Nacional de Aprendizagem Industrial

SINDIFLORES – Sindicato do Comércio Varejista de Flores e Plantas Ornamentais do Estado de São Paulo

TCU – Tribunal de Contas da União

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 2.1. Holambra: Total de hectares por Unidades de Produção Agropecuária – UPAs..	21
Tabela 7.1. Evolução da população urbana no Brasil.....	82
Tabela 7.2. Índice de urbanização – Brasil e regiões.....	82
Tabela 7.3. Evolução da população total, rural e urbana do município de São Paulo.....	83
Tabela 7.4. Evolução da população total das Regiões Metropolitanas: RMC e RMSP.....	85
Tabela 7.5. Ranking dos estados brasileiros exportadores de plantas vivas e produtos de floricultura entre 2002 a 2008.....	89
Tabela 7.6. Exportação e importação US\$ FOB (milhões), de plantas vivas e produtos de floricultura por estado brasileiro entre 1996 e 2008.....	90
Tabela 8.1. Holambra: Vínculos empregatícios e média de rendimentos para homens e mulheres, segundo setor econômico.....	97
Tabela 8.2. Total de pessoas ocupadas por classes de atividade econômica segundo classificação CNAE 95 revisado 2002.....	101
Tabela 8.3. RMC e Holambra: índice de urbanização.....	103
Tabela 8.4. Principais destinos da exportação brasileira em US\$ FOB de plantas vivas e produtos de floricultura entre 1997 a 2008.....	111
Tabela 8.5. Consumo <i>per capita</i> anual de flores de corte e em vaso, em países selecionados - 2005 (em Euros).....	119
Tabela 9.1. Composição da população residente em Holambra – 1950/1998.....	123
Tabela 10.1. Origem das empresas participantes da Hortitec 2009 – Holambra (SP).....	144
Tabela 10.2. Distribuição no estado de São Paulo das empresas participantes da Hortitec 2009 – Holambra (SP).....	144

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 6.1. Número de municípios brasileiros criados entre 1997 e 2009 por estados da Federação.....	56
Quadro 6.2. Proposições de alteração de divisas municipais e de emancipação com a tramitação suspensa na Assembléia Legislativa do estado de São Paulo (aguardando lei federal).....	58
Quadro 7.1. Código e descrição das plantas vivas e produtos de floricultura segundo Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).....	88
Quadro 9.1. Tipologia dos ramos de atuação das empresas e instituições do circuito produtivo de flores e plantas ornamentais no estado de São Paulo, segundo participação na Hortitec 2009 – Holambra (SP).....	140
Quadro 10.1. Principais eventos (feiras técnicas e de negócios) do calendário nacional relacionados à floricultura em 2008.....	143
Quadro 10.2 . Infra-estruturas oferecidas nas duas unidades do Veiling.....	151
Quadro 10.3. Formas de comercialização adotadas nos principais mercados atacadistas do estado de São Paulo.....	153
Quadro 11.1. Calendário da sazonalidade da comercialização de flores e plantas ornamentais no Ceagesp.....	159
Quadro 11.2. Calendário das principais datas comemorativas internacionais.....	163

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 8.1. Holambra: Número de estabelecimentos, segundo grandes setores da economia.....	99
Gráfico 8.2. Exportação mensal do estado de São Paulo em US\$ FOB de plantas vivas e produtos de floricultura.....	103
Gráfico 8.3. Exportação mensal brasileira em US\$ FOB de plantas vivas e produtos de floricultura.....	105
Gráfico 8.4. Balança comercial brasileira de plantas vivas e produtos de floricultura entre 1996 a 2008.....	107

Gráfico 8.5. Exportação brasileira de flores e plantas ornamentais por modal aéreo entre 2000 e 2008.....	111
Gráfico 10.1. Percentual da comercialização de flores e plantas ornamentais nos principais mercados atacadistas de São Paulo em 2002.....	153

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 4.1. Divisão Político- administrativa do Município de Holambra.....	39
Mapa 6.1. Propostas de alteração de fronteiras entre municípios no estado de São Paulo.....	59
Mapa 6.2. Municípios com propostas de alteração de fronteiras: distritos que solicitam emancipação de seus municípios sedes no estado de São Paulo.....	61
Mapa 6.3. Propostas de alteração de fronteiras entre municípios e de distritos que solicitam emancipação no estado de São Paulo.....	63
Mapa 6.4. Nova proposta de redesenho fronteiroço de Holambra.....	69
Mapa 6.5. Município de Holambra: Área urbana e rural.....	71
Mapa 6.6. Área urbana do município de Holambra: divisão em zonas urbanas.....	73
Mapa 7.1. Distribuição da floricultura paulista em 2003.....	90
Mapa 8.1. Principais destinos da exportação brasileira em US\$ de plantas vivas e produtos de floricultura entre 1997 a 2008.....	113

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1. O território: memória da história. Implantação da colônia holandesa Holambra na Fazenda Ribeirão.....	17
Figura 9.1. Círculo de relações do IBRAFLOR.....	127
Figura 9.2. Esquema do circuito espacial produtivo de flores e plantas ornamentais do Brasil.....	135

Figura 9.3. Esquema do círculo de cooperação do setor de flores e plantas ornamentais, atuante no estado de São Paulo.....	137
Figura 11.1. Publicidade de campanha de incentivo ao consumo de flores e plantas ornamentais veiculadas no estado de São Paulo.....	163
Figura 12.1. A psicoesfera construída: padrão da arquitetura de Holambra em estilo holandês.....	175
Figura 12.2. O emprego da simbologia: sinalização de trânsito no município de Holambra - SP.....	177
Figura 12.3. Esquema da simbiose das políticas públicas e dos interesses privados no uso do território holambrense.....	183

ÍNDICE DE FOTOS

Foto 3.1. Cooperativa Veiling Holambra.....	29
Foto 8.1. A aplicação técnico-científica no cultivo de flores: Rosa Arco-Íris.....	117
Foto 10.1. Terminais de compra na tribuna leilão do Veiling Holambra.....	147
Foto 10.2. Laboratório de pós-colheita da Cooperativa Veiling Holambra.....	149
Foto 10.3. Laboratório de pós-colheita da Cooperativa Veiling Holambra.....	149

INTRODUÇÃO

O conhecimento do território tornou-se indispensável dada a sua importância nos processos de globalização e fragmentação que se verificam no mundo contemporâneo. O território, modernamente, é entendido não apenas como limite político administrativo, senão também como espaço efetivamente usado pela sociedade e pelas empresas (SOUZA, 2003, p. 17).

A fronteira é uma linha de equilíbrio que a história traçou entre os Estados após séculos de antagonismos (ISNARD, 1975, p. 184).

No período *técnico-científico e informacional* (SANTOS, 1999a), as transformações se tornam mais intensas e rápidas. O incremento informacional possibilita a aceleração dos fluxos (materiais e imateriais) fornecendo à globalização a agilidade que o mercado necessita. Os sistemas de informação e comunicação associados aos macrossistemas técnicos corroboram para novos usos do território, mas discriminadamente, de forma seletiva e hierárquica. Territórios são incluídos ou não no mercado global em função do seu aparato e disponibilidade das novas tecnologias da comunicação e informação, quanto também das normas e leis que neles vigoram.

As possibilidades do atual período têm modificado as relações entre o mundo e os lugares, em que estes buscam adaptar-se ao funcionamento do mercado globalizado. Os lugares assim, por não serem auto-suficientes, se especializam em atividades econômicas respondendo a interesses que fogem ao controle do lugar. As especializações produtivas favorecidas e condicionadas pelos *circuitos espaciais produtivos* e pelos correspondentes *círculos de cooperação*, por meio do nexo de relações, respondem à dinâmica da economia global.

Com a globalização, o capital hegemônico selecionou lugares no mundo mais favoráveis à maximização do lucro e, com isso, acirrou a competição territorial e mesmo a compartimentação intra-territórios. Também a divisão territorial do trabalho e a própria geografia dos Estados

territoriais sinalizam para diferenças existentes tanto externas quanto internamente a um território. As fronteiras, desse modo, tendem a ser alteradas não só a partir das dinâmicas do lugar, mas também em função de interesses estranhos a ele.

No Brasil, até a promulgação da Carta Magna de 1988, a temática de criação de novos municípios não previa uma descentralização inteiramente a cargo dos Estados Federados. Com a orientação descentralizadora da Constituição Federal de 1988, somado às transformações possibilitadas pelas novas tecnologias da comunicação e da informação e atrelado a uma economia voltada cada vez mais para a globalização, o território brasileiro vem passando por intensas transformações, sobretudo nos âmbitos político e econômico que acentuaram as disputas territoriais entre os entes da Federação. Os municípios elevados a entes federados passaram a legislar com certa autonomia financeira e a promover projetos de desenvolvimento para seus territórios, que em muitos casos exige romper os limites fronteiriços, seja redesenhando-os, seja criando novas compartimentações.

No território brasileiro, os municípios possuem papel central nas relações entre as políticas do Estado e das empresas, das quais se processam as ações (normas) e as técnicas (materialidades) e, portanto, o *uso do território* (SANTOS, 1994a). No momento em que o ente federativo se fundamenta em estratégias de desenvolvimento independente de um projeto nacional que o inclua, desencadeia-se uma competição desigual, pois, a cada território cabe uma racionalidade que lhe é própria. Dadas as exigências do período, o município torna-se funcional à racionalidade da globalização, valendo-se do seu território como norma e também normatizando-o.

O território é normatizado por leis que os igualam do ponto de vista formal na escala do território nacional. Conforme Santos (1999a), a isto se denomina: *território normado*. Entretanto, os lugares diferenciam-se pelas características próprias de cada um, pelo conjunto de singularidades que torna a realidade local diversa, sendo as fronteiras municipais elementos fundamentais de organização e mesmo de rearranjo da *vida de relações* (GEORGE, 1968). A isso denominou Santos (1999a), *território como norma*, porque “participa” no modo com que certas ações irão se manifestar no lugar.

O município de Holambra no estado de São Paulo é exemplo de como o lugar adapta-se às demandas do mercado e, este ao lugar numa verdadeira simbiose. Holambra oferece ao circuito

espacial da produção de flores e plantas ornamentais um conjunto de densidades técnicas e normativas que o distingue de outras unidades da Federação.

Aos territórios somam-se cada vez mais informações estranhas ao lugar. A circulação e a informação são fatores essenciais de acumulação e produzem novas relações entre as distâncias físicas tornando a fluidez territorial central no atual período e, com isso, eleva-se a necessidade de maior regulação, ou seja, de normatização, ao passo que também emergem questões fronteiriças como a compartimentação política do território.

Parte-se da hipótese de que frente ao movimento da sociedade e da economia, ou seja, dos fluxos de todas as ordens, as fronteiras municipais, em regiões de grande adensamento técnico e demográfico, são elementos que impõem rearranjos através da política municipal, como vem ocorrendo com o município de Holambra. Assim, onde há grande concentração de “modernizações” e população, maiores são as necessidades de regulação. Buscamos assim, identificar como o município de Holambra responde à dinâmica do circuito espacial produtivo de flores e plantas ornamentais, nas suas relações entre políticas públicas e interesses privados apresentando empiricamente como os custos de uma empreitada privada transformaram-se em gastos sociais do Estado.

A tese foi organizada em 3 partes, nas quais estão distribuídos 12 capítulos e, as considerações finais.

Na primeira parte, intitulada **A formação do município de Holambra no período técnico-científico-informacional**, abordamos as mudanças possibilitadas no período técnico-científico-informacional, com relação ao uso do território. São mudanças que se manifestam em todo mundo, mas, que se concretizam no lugar. A nova divisão territorial e social do trabalho, ao acentuar a modernização do campo e acelerar a urbanização, ampliou as relações entre as forças exógenas/modernizantes e as virtualidades do lugar. Em Holambra esse processo constituiu uma interdependência tanto interna quanto externa ao país, cuja especialização territorial produtiva em flores e plantas ornamentais tornou-se exigente de uma nova configuração territorial. Nesse sentido, procuramos refletir sobre a formação das fronteiras internas como um dado político do território e uma realidade mundial.

Na segunda parte, **Novo desenho das fronteiras internas e a diferenciação dos lugares**, busca-se analisar o redesenho de fronteiras no estado de São Paulo em função da dinâmica do

mercado, exigente de cada vez mais fluidez territorial. A competição entre os entes federativos acentua-se, manifestando questões fronteiriças de interesses políticos e econômicos. Nesse contexto, a *Região Concentrada* se apresenta com as condições necessárias à realização do mercado favorecendo todo o processo produtivo. A combinação das possibilidades técnicas com a disposição normativa, sobretudo, nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Campinas, revela as oportunidades do lugar para a consolidação da produção, distribuição, circulação e consumo como processo dinâmico e fluído. No estado de São Paulo, o município de Holambra assume papel central na consolidação da produção de flores e plantas ornamentais, cuja organização cooperativista profissionalizou esse cultivo ampliando os interesses econômicos internos e externos ao país, o que fez do estado de São Paulo o maior produtor, distribuidor e consumidor desses produtos no país.

Na terceira e última parte, **A dinâmica do circuito espacial da produção de flores e plantas ornamentais e seu correspondente círculo de cooperação atuante em Holambra**, procurou-se analisar a concentração dos agentes do circuito espacial da produção de flores e plantas ornamentais e seu correspondente círculo de cooperação, que com um complexo sistema de relações extrapola a métrica das fronteiras municipais. A implantação dos *sistemas de objetos* e dos *sistemas de ações* que envolvem esse circuito determina uma complexa dinâmica territorial. Em função da política das empresas nos lugares, o uso do território, tende a ser funcional à ação das empresas. Nesse sentido, em Holambra, as ligações entre os agentes das políticas públicas e privadas são estreitas, repercutindo numa administração pública orientada pelo circuito espacial produtivo de flores e plantas ornamentais.

I. A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA NO ATUAL PERÍODO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL.

A capacidade de cada lugar de se adaptar e a necessidade de participar das trocas em nível mundial, unifica o lugar ao mundo, mas as aspirações da coletividade local não se aniquilam frente aos vetores hegemônicos da economia e da cultura mundializada. Paradoxalmente, é do próprio processo de globalização que se abrem hoje as possibilidades de uma consciência do mundo no lugar, as possibilidades de coabitar o mundo no lugar (...) (KAHIL, 1997, p.84).

1. A criação de fronteiras internas: o município como um ente da Federação.

No transcorrer da história, as mudanças das sociedades e dos usos do território, podem ser interpretadas por meio das transformações dos sistemas técnicos que acompanham as contínuas *divisões territoriais do trabalho*. Dessa forma, Santos (1999a) admite três momentos da evolução dos sistemas técnicos, ou seja, dos *meios geográficos*: o primeiro, sendo aquele que o homem se defronta com o *meio natural* – fase da história na qual o homem escolhia da natureza aquilo que era fundamental ao exercício da vida, era a natureza sem grande modificação, que constituía a base material da vida, - o segundo, é aquele em que o homem cria o *meio técnico* e ocorre no fim do século XVIII com a mecanização do território e, o terceiro, compreende este momento que vivemos, assim chamado *meio técnico-científico-informacional* que se configura, sobretudo, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), período em que o território passa apresentar maior conteúdo em ciência, tecnologia e informação e é marcado pela globalização da produção e do consumo.

Para Santos e Silveira (2001), a idéia de meio geográfico não pode ser desvinculada da noção de técnica. Mesmo no chamado meio natural, o fato da presença humana indica a atribuição de valor às coisas, que, assim, passam a conter um dado social. Cada meio geográfico incorpora elementos do período, o que não elimina por completo elementos dos períodos anteriores, pois há uma coexistência entre eles, já que o novo, não é totalmente difundido no

território. De acordo com Santos e Silveira (2001, p. 24), “os períodos são pedaços do tempo definidos por características que interagem e asseguram o movimento do todo”.

Em cada período histórico, os recursos são assim distribuídos e implantados em uma combinação diversa, dadas as oportunidades dos lugares, o que acarreta uma diferenciação no interior do espaço. Se por um lado o período se apresenta como *possibilidade*, por outro é o lugar a condição de *oportunidade* (SANTOS, 1999a). “O lugar é o encontro entre *possibilidades* latentes e *oportunidades* preexistentes ou criadas” (SANTOS, 1994, p. 44). É dessa forma, acrescenta Santos (2000b, p. 112), que “os lugares são, pois, o mundo, que eles reproduzem de modos específicos, individuais, diversos. Eles são singulares, mas são também globais, manifestações da totalidade-mundo, da qual são formas particulares”.

São os sistemas técnicos e de ações que a sociedade faz uso que constituem o meio geográfico e, por conseguinte a inseparabilidade de ambos constitui o espaço geográfico – um híbrido – que participa igualmente da condição do social e do físico (SANTOS, 1999a). O sistema técnico compreende as técnicas que a cada momento histórico vem constituir a base material das sociedades e como estas compartilham o espaço. Segundo Kahil (1998, p.48) “os sistemas técnicos sucessivos permite-nos o entendimento das diversas formas históricas de estruturação, funcionamento e articulação dos territórios”. Os sistemas técnicos não existem isoladamente e o seu funcionamento requer “sistemas de ações que os comandam e lhes impõem uma temporalidade” (SIQUEIRA, 1999, p. 25).

As mudanças nos sistemas técnicos e de ações permitiram, portanto, as transformações das sociedades, condicionando neste processo, modos de produção que conduziram os homens a um modo de vida cada vez mais urbano. A originalidade do atual período lembra Elias (1996, p. 05), “está em que com a tecnologia, o homem passa a poder induzir os progressos técnicos e imprimir grande velocidade de renovação às forças produtivas”.

Com o domínio do homem sobre as técnicas ao longo da história, há a complexização do espaço geográfico ao transformar o espaço da natureza em espaço humanizado pela técnica, cedendo lugar nesse processo, o primeiro ao segundo. A técnica possui papel central no meio geográfico e como afirma Santos (1982), é a técnica a intermediária entre a natureza e o homem desde os tempos mais inocentes da história. A técnica “converteu-se no objeto de uma elaboração científica sofisticada que acabou por subverter as relações do homem com o meio, do homem

com o homem, do homem com as coisas, bem como as relações das classes sociais entre si e as relações entre as nações” (SANTOS, 1982, p. 11).

O homem no espaço da natureza encontrava a sua identidade através de relações que ocorriam diretamente sem intermediações. Isso lhe dava a idéia de domínio e poder do território o qual pertencia numa noção particular de limite, o que se poderia considerar como uma territorialidade absoluta (SANTOS, 1998). Por outro lado, com o progresso técnico o homem vai se desvencilhando do limite do seu território para construir relações com espaços mais longínquos, na medida em que também os produzem. Assim, a cada novo momento dado pelo modo de produção muda-se a estrutura e o funcionamento do espaço.

A ação do homem mediada pela técnica constitui um modo de produção e, por conseguinte modifica o espaço. Dessa forma, a cada período da história um conjunto de técnicas anuncia determinados tipos de relações do homem com o modo de produção que qualificam o espaço geográfico ampliando-se e distinguindo-se em relação ao espaço ou meio natural. De acordo com Santos (1999a), na diferenciação entre cada período identifica-se a partir do meio natural um meio geográfico, como assim, se tem o meio técnico, o meio técnico-científico e, o meio técnico-científico e informacional.

Contudo, a constituição de um dado período por um novo meio geográfico que encontrou no progresso técnico a alavanca das modernizações no território não suprime modernizações de períodos anteriores, uma vez que estas são difundidas em ritmos distintos e também de forma seletiva e, portanto, há a complementaridade entre os meios através das modernizações de cada período, pois, conforme Santos (1982, p. 5), “o espaço é a acumulação desigual de tempos”.

A conformação dos distintos meios geográficos e a ampliação de um em relação ao outro compõem características próprias a cada meio por uma criação social que acompanha a evolução do espaço geográfico. Como aponta Cataia (2001, p. 23-24), “esta abordagem sugere que a transformação do espaço geográfico, por meio das técnicas e do trabalho – uma dupla indissociável – é uma condição para o movimento da sociedade como um todo”.

Como resultado do movimento da sociedade associado ao progresso técnico, as fronteiras e os limites acompanharam o homem e seu território ao longo do tempo. “No começo da história, os elementos naturais condicionaram os homens nas suas atividades, impondo-lhes limites. (...) Pela técnica e pelo trabalho o homem venceu os limites que a natureza impôs. À medida que

caíam as barreiras naturais, erigiram-se barreiras políticas, as fronteiras” (Cataia, 2001, p. 13). As fronteiras são imposições políticas que juridicamente delimitam o território.

O território é uma concreção do espaço geográfico, ao lado da paisagem, da região e do lugar (SANTOS, 1999a). Para Gottmann (1975), o território é um compartimento político cercado por fronteiras, onde vigora um conjunto jurídico distinto daqueles que o cercam.

O território delimitado por fronteiras é produto de relações sociais que conformam o poder na figura de um Estado e, portanto um dado território abarca uma dada sociedade. Essa concepção é aquela que toma o território num sentido “puro”, ou seja, isolado de todo entorno social que o usa, porém não de forma hegemônica. Veremos, ao longo de nossa tese, que o mercado também é agente de uso do território, não só o Estado e, por isso, também é elemento condicionante para os novos desenhos político-administrativos quando delimita novas fronteiras.

As fronteiras possuem papel imprescindível, como assinala Costa (1992, p. 291), “elas incorporam uma das mais reconhecidas relações entre Estado e território, bem como as relações interestatais”. À medida que o homem transpunha os limites do espaço natural, erigiram-se barreiras políticas, as fronteiras (CATAIA, 2001).

Conforme Machado (1998), a fronteira nasce como um fenômeno da vida social espontânea e na medida em que os padrões de civilização foram se desenvolvendo acima do nível de subsistência, as fronteiras justificadas pela presença humana, tornaram-se lugares de comunicação e, por conseguinte, adquiriram um caráter político. O entendimento de fronteira como uma construção social encontra-se numa ampla tipologia que ora é contestada por alguns autores e ora é complementar, na medida em que acompanha as modernizações¹ das sociedades.

Etimologicamente a idéia de fronteira sugere o que está na frente, indicando a margem do mundo habitado. Assim, acompanhada da noção de expansão de fronteira agrícola como necessidade de subsistência. A fronteira representa uma zona ou faixa que está orientada para frente no sentido de expansão do território. Contudo, a idéia de expansão da fronteira, projetada no que se está à frente um embate, um confronto, pois conforme Martins (1997), a fronteira é essencialmente o lugar de alteridade, de descoberta do outro e de desencontro que envolve

¹ Ao empregarmos o termo modernizações, fazemos menção à existência de períodos, estes caracterizados pela existência de um conjunto coerente de elementos de ordem econômica, social, política e moral, que constituem um verdadeiro sistema. “Cada um desses períodos representa uma *modernização*, isto é, a generalização de uma *inovação* vinda de um período anterior ou de uma fase imediatamente precedente” (SANTOS, 1979a, p.25).

conflitos de diferentes concepções de vida e visões de mundo, a desencontros de temporalidades históricas dos grupos sociais. A fronteira mais que a forma contempla o conteúdo.

Aspecto fundamental para a apreensão da fronteira é apontado por Martin (1993), a partir da distinção entre *fronteira* e *limite*, sendo fronteira uma faixa que compreende uma área de tensão, enquanto limite representa uma linha que define a atuação de um determinado Estado. Na noção de limite há que considerar que se trata de uma linha e que, portanto indica a necessidade de ser visível, assim conforme Martin (1993) surge a *divisa* como aspecto visível do limite. Nesse sentido, o autor aponta para a distinção entre *delimitação* e *demarcação*, sendo delimitação o procedimento de identificação do limite, enquanto demarcação refere-se aos marcos referentes à divisa. Para Machado (1998) o limite não está ligado à presença de gente, sendo uma abstração que deriva de lei nacional ou é sujeita às leis internacionais e, portanto, distante dos desejos e aspirações dos habitantes da fronteira.

Aspecto também importante ao abordar fronteira trata-se de distinguir a noção de fronteira quando nos referimos a questões exteriores ao Estado nacional e quando a mencionamos para tratar de questões interiores, como as relações entre os entes federativos do território nacional. Essa distinção entre fronteiras internas e fronteiras internacionais foi considerada por Ratzel (1988) no que tange a sua relevância para o Estado. Dessa forma, Ratzel tinha a fronteira como um órgão periférico do Estado, no qual em seu interior, esta estava mais relacionada à questão administrativa de um sistema federativo, inclusive com menor conteúdo político se comparada às fronteiras internacionais, estas, mais importantes quanto à configuração externa do Estado.

Para Martin (1993), as fronteiras internas – o autor não usa o termo limites políticos administrativos – têm a mesma importância para o Estado que as fronteiras externas. Sem dúvida as fronteiras internas são limites político-administrativos, porém, em países como o Brasil onde os municípios também são entes da Federação, com poder de legislar sobre sua circunscrição, as compartimentações não podem ser reduzidas ao seu aspecto administrativo.

Conforme Ancel (1938), deve-se evitar uma noção cartográfica de fronteira, mas empreender uma noção de que ela é construída intelectual e socialmente, pois resulta da dinâmica social e da respectiva correlação de forças entre sociedades diferentes, da atuação do Estado e de atores sociais. Sendo assim, os limites cristalizados juridicamente no território são as fronteiras (RAFFESTN, 1993).

De acordo com Raffestin (1993), as delimitações territoriais estão fortemente ligadas com o poder e, portanto, suas tessituras não podem apresentar sentido exclusivo e subordinado ao quadro físico, bem como, ao Estado, como responsáveis absolutos pela demarcação de limites, uma vez que essas delimitações devem envolver as relações de um processo social (RAFFESTIN, 1993).

A compartimentação de um território dando origem a outro Estado produz fronteiras internacionais, e quando essa compartimentação ocorre no interior do próprio Estado, produzem-se fronteiras internas. Como lembra Cataia (2007), no início do século XX o mundo possuía aproximadamente cinquenta territórios nacionais, hoje, esse número passa de duzentos. Se mencionarmos o Brasil no mesmo século, a compartimentação foi da ordem de milhares, sendo que somente entre os anos de 1939 e 1964, foram criadas 2.526 novos municípios.

O município é na Federação brasileira a menor unidade política, que com a Constituição de 1988 tornou-se um ente federativo dotado de poder político para legislar, o que tornou a administração dos lugares mais complexa, pois, as normas estaduais, federais e dos agentes privados (nacionais e mundiais), somam-se agora aquelas produzidas pelos municípios.

A divisão territorial e social do trabalho encontrou no período atual, novas possibilidades de transpor as fronteiras, consoante os novos fluxos da informação e da comunicação. Somam-se aos sistemas produtivos nacionais elementos de um sistema de produção mundial. As normas distantes se inserem nos municípios em grande medida por meio das empresas que assim estabelecem suas ações de *uso do território*².

Sobretudo com a globalização, os processos econômicos não coincidem com as fronteiras, ao mesmo tempo em que a instituição destas vem atender cada vez mais os interesses econômicos. Assim, segundo Santos (In: PIQUET 1998, p.vii-viii), o “ ‘planejamento privado’ também se aplica às empresas públicas, já que as suas formas de ação tendem a obedecer às lógicas internas do respectivo processo econômico. (...) O território e as coletividades nela instaladas ficam submetidas a uma duplicidade de atores normativos”. A consonância de um quadro normativo com a globalização tem desencadeado políticas, de tal forma que as ações

² O *território usado* (SANTOS, 1994a) é uma categoria de análise social do espaço geográfico. O uso do território revela a “interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.247).

econômicas tendem a predominar sobre a política e o social, o que expressa de acordo com Ribeiro (2000), uma racionalização das relações sociais e societais.

No território brasileiro, de acordo com Nonato (2005), tramitam no Congresso Nacional quatorze propostas de redivisão político-administrativa – territórios federais ou estados. São elas: território do Solimões, território do Juruá, território do Rio Negro, território do Oiapoque, território do Marajó, estado do Tapajós, estado do Carajás, estado do Araguaia, estado do Maranhão do Sul, estado de Gurguéia, estado do Rio São Francisco, Estado de Minas do Norte, estado da Guanabara e estado de São Paulo do Leste. Para Nonato (2005), são numerosas as proposições vinculadas a cada uma das propostas acima mencionadas, mas aquelas localizadas em áreas de modernização agrícola (propostas dos estados do Araguaia, Maranhão do Sul, Gurguéia e do Rio São Francisco) objetivam maior poder de regulação para os agentes ligados à expansão das atividades do *front*.

Também são numerosas as propostas de criação de novos municípios e ou anexação de áreas que tramitam nas Assembléias Legislativas dos estados. Apenas no estado de São Paulo as novas propostas ultrapassam o número de cem, sendo o município de Holambra um exemplo que contempla a criação de novas fronteiras internas e também de redesenho destas com a proposta de anexação de áreas.

Frente ao movimento da sociedade e da economia, ou seja, dos fluxos de todas as ordens, as fronteiras municipais, em regiões de grande adensamento técnico e demográfico, são elementos que se impõem aos arranjos sócio-econômicos.

Enquanto as dinâmicas globais tendem a unificação territorial pelas práticas econômicas, ocorre também conjuntamente, a compartimentação dos territórios, a diferenciação entre os homens, as firmas e instituições. Onde o meio técnico-científico-informacional manifesta-se mais efetivamente, imprimem-se novas relações entre os lugares e o mundo. Aprofundam-se as especializações produtivas dos lugares, assim como as relações de interdependência em função dos novos espaços da globalização.

2. As possibilidades do período e as oportunidades do lugar: a implantação da Cooperativa Agropecuária Holambra.

O atual período realiza-se produzindo um novo espaço dadas as novas exigências de acumulação, impulsionadas por lógicas e estratégias à escala mundial (SÁNCHEZ, 2001a). Ainda que os acontecimentos deste período possam não ocorrer de forma generalizada em todos os lugares, eles conhecem uma difusão mais rápida que no período anterior. Assim, “pelo fato de ser técnico-científico e informacional, o meio geográfico tende a ser universal. Mesmo onde se manifesta pontualmente, ele assegura o funcionamento dos processos encadeados a que se está chamando de globalização” (SANTOS, 1999b, p.191).

Para Santos (1999b), o período atual é capaz de explicar as ações do processo de globalização no território, pois ele revela a nova composição técnica e orgânica do espaço que se dá sob a égide do mercado, como característica constitutiva do novo ciclo da civilização mundial, com conteúdo crescente de ciência, tecnologia e informação. Ainda assim, mesmo havendo a difusão das técnicas³, das ciências, da comunicação e da informação, porções do território tornam-se mais ou menos densas em elementos constitutivos do período, ampliando a diferenciação territorial. Assim, conforme Santos (1994b, p.54), “o espaço torna-se mais diversificado e heterogêneo, e à divisão tradicional em regiões se acrescenta uma outra, produzida pelos vetores da modernidade e da regulação”, onde *horizontalidades* e *verticalidades* se criam mutuamente.

Segundo Santos (1999a, p. 225),

De um lado, há extensões formadas pelos pontos que se agregam sem descontinuidade [...] São as horizontalidades. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as verticalidades. O espaço se compõe de uns e de outros desses recortes, inseparavelmente.

Enquanto as horizontalidades são o *locus* da produção propriamente dita e de uma cooperação mais limitada, as verticalidades dão conta das outras instâncias da produção

³ Por técnica entendemos [...] “a reação energética contra a natureza ou circunstância que leva a criar entre esta e o homem uma nova natureza posta sobre aquela, uma sobrenatureza”. (Ortega y Gasset, 1957, p. 14). As técnicas compõem um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza a sua vida, produz e, ao mesmo tempo cria o espaço.

(circulação, distribuição e consumo) no sentido de uma cooperação mais ampla, política, econômica e geograficamente. Tais recortes estruturam as relações internas das sociedades, bem como indicam as relações externas entre estas. “As horizontalidades atuais são a condição e o resultado das novas condições da produção propriamente dita. E as verticalidades são o resultado das novas necessidades de intercâmbio e de regulação” (SANTOS 1994b, p. 104).

As horizontalidades unem os lugares enquanto substrato da divisão territorial do trabalho dos processos de produção propriamente dita e as verticalidades unem os lugares a partir dos processos de cooperação, estando também além da escala geográfica onde se realiza o processo direto da produção. Desse modo, horizontalidades e verticalidades agrupadas em qualquer escala formam o *espaço geográfico banal*, o espaço de todos. Conforme Santos (1994b, p. 53), “O todo constituiria o espaço banal, isto é, o espaço de todos os homens, de todas as firmas, de todas as organizações, de todas as ações”.

Portanto, a nova orientação tecnológica que o sistema capitalista de produção buscou para a reconstrução da economia no mundo, aprofundou a divisão territorial do trabalho e, a interação entre os lugares. Essa dinâmica se refletiu também no território brasileiro.

A racionalidade homogeneizante inerente ao processo de acumulação tem se apropriado do espaço a serviço da expansão econômica e, no território nacional, repercutiu na mecanização do campo e na urbanização. Assim, foram se estabelecendo novas racionalidades, tanto no campo como nas cidades, para atender a divisão do trabalho nas condições necessárias à produção.

A possibilidade de conhecimento prévio das oportunidades de cada lugar tornou-se elemento importante no momento atual no que concerne o processo de transformação social, o que o diferencia de períodos anteriores, pois acentuou de acordo com Souza (1992, p. 113 e 125), as *conexões geográficas* que “se dão entre pontos e escalas diferenciadas e lugares não contíguos que não configuram redes, hierarquias e sistemas urbanos (...). As conexões geográficas são conexões de lugares do espaço, totais, singulares. Atributos do espaço, neste período da história”.

A implantação da colônia holandesa Holambra⁴ (Figura 2.1) em 1948 como sendo uma cooperativa (Cooperativa Agropecuária Holambra – CAPH), começa a se configurar exatamente neste contexto das novas possibilidades do período técnico-científico-informacional que se delineia no mundo no pós-guerra, ainda que no Brasil as manifestações deste período sejam posterior a década de 1970.

Enquanto as heranças deixadas pela Segunda Guerra Mundial, dificultava as condições de vida naqueles países mais diretamente prejudicados pela guerra (Países Baixos, Alemanha, Itália e Japão), em outros, como o Brasil, Austrália, Canadá e Estados Unidos, por exemplo, as condições de imigração apareciam como novas possibilidades.

A imigração holandesa direcionada para a Fazenda Ribeirão inicialmente pertencente ao município de Mogi Mirim no interior paulista e, que se fez sob a forma de trabalho cooperativista, foi precedida por estudos de viabilidade de implantação de núcleos de imigração revelando um novo momento da imigração holandesa para o Brasil⁵.

Posterior a Segunda Guerra Mundial, de acordo com Abreu (1971), o fato de o Brasil surgir como praticamente o único país a receber imigrantes em grupos para se estabelecerem em núcleos agrícolas, foi significativa para esses imigrantes, sobretudo pela possibilidade de organização social em grupos e a garantia de poder ser agricultor.

⁴ Considerou-se como sendo a colônia holandesa Holambra a organização da Cooperativa Agropecuária Holambra (CAPH) que se estabeleceu na Fazenda Ribeirão inicialmente pertencente ao município de Mogi Mirim e posteriormente a Jaguariúna no interior de São Paulo. A cooperativa será designada pela sigla, CAPH. A CAPH deu origem ao município de Holambra criado em 1991 (assunto a ser abordado no item 4). A denominação Holambra surge com a filosofia de união entre holandeses e brasileiros objetivando a integração econômica, cultural e social entre estas culturas.

⁵ Anterior a Segunda Guerra Mundial, em outros dois momentos, também houve no Brasil a imigração holandesa. O primeiro ocorreu entre 1630 a 1654 com a tomada de parte do nordeste pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, desde a tentativa de conquista da cidade de Salvador à Olinda e Recife, mais como fins de exploração econômica dos engenhos de açúcar, do que de fato uma finalidade colonizadora. O segundo momento tido como de imigração espontânea, foi motivado, sobretudo pelo desemprego nos Países Baixos e ocorreu entre 1899 a 1940. Nesse período, o Brasil recebeu cerca de 8.200 indivíduos, a maioria entre 1903 e 1914. Além da imigração holandesa, entre 1870 a 1930 o Brasil recebeu diversas outras nacionalidades (italianos, japoneses, alemães) caracterizando o período de imigração em massa.

Figura 2.1. O território: memória da história. Implantação da colônia holandesa Holambra na Fazenda Ribeirão.



Fonte: <http://www.holambra.sp.gov.br/historia.asp> (Acesso 21/08/2007).

Para Fausto (2004), a referência aos laços de grupos, sejam clubes comunitários, associações de socorros mútuos, sindicatos, templos religiosos, etc., diz respeito à organização dessas micro-sociedades. A maior solidez presente em organizações grupais aumenta a possibilidade de permanência e realização frente às dificuldades⁶ como imigrante no país receptor.

Na Holanda, a Organização dos Lavradores e Horticultores Católicos (K.N.B.T.B – Katholieke Nederlandse Boer en Tuinders Bond), criou em 1947 a “Holambra Sociedade Civil e Colonizadora”, como instrumento jurídico para a execução do projeto de colonização conhecido em ambos os países como Projeto-Holambra. Com isso, foram realizadas visitas de holandeses ao Brasil para estudos de viabilidade de implantação da colônia que envolveu acordos entre os governos para o financiamento de transporte e a compra da Fazenda Ribeirão no interior paulista. Assim, o projeto associou de um lado o “estímulo”⁷ dado pelo governo holandês à emigração de camponeses e horticultores e de outro, os interesses do governo brasileiro.

O contrato entre as partes prescrevia que o compromisso das autoridades brasileiras fosse realizar financiamentos para a aquisição das terras, para o transporte e os despachos aduaneiros dos animais, em contrapartida, deveria ser feita uma seleção dos imigrantes holandeses, sobretudo com habilidades técnicas e pessoais. O contrato, no entanto, não foi cumprido integralmente pelas partes que cederam em suas exigências.

Também neste período, o governo brasileiro e o do estado de São Paulo⁸ favoreciam a imigração em grupos para a formação de colônias, sobretudo porque careciam de agricultores técnicos, de um lado, para desenvolverem a agricultura e assim, suprir a demanda crescente de

⁶ Para Fausto (2004, p.27) “Na base das percepções contrastantes, no confronto entre nacionais e estrangeiros, estão fatores materiais e institucionais, levando em conta que os cargos públicos e os de representação política são vedados aos estrangeiros. A entrada destes por via indireta na vida política e, a de seus descendentes tanto nessa esfera como na de cargos públicos de prestígio – diplomacia, magistratura, cátedras universitárias, sobretudo na área do direito –, constituiu um processo relativamente longo, que teve suas peculiaridades conforme a região do país, a trajetória de ascensão social do imigrante e outros fatores”.

⁷ O estímulo à emigração dado pelo governo holandês remonta seu histórico de país mais densamente povoado, como já apontara Braudel (1996, p. 162) ao referir-se aos Países Baixos do século XVI, por encontrarem-se superurbanizados em função da densidade populacional. Mesmo assim, após a Segunda Guerra Mundial, a Holanda estabelecia restrições à emigração quanto à liberação de divisas para o exterior e o controle na distribuição de mercadorias devido à escassez que havia no país, enquanto por outro lado promovia a emigração de jovens desempregados.

⁸ “O governo do estado de São Paulo mostrou-se particularmente interessado no recebimento de agricultores holandeses, que teriam amplas possibilidades no abastecimento da metrópole paulistana em produtos hortigranjeiros, acenando com a possibilidade de um empréstimo para o financiamento desta iniciativa” (ABREU, 1971, p. 14).

gêneros alimentícios e, de outro lado, para trabalharem na industrialização que se iniciara nas grandes cidades, como era o caso do município de São Paulo.

De acordo com Santos (1994b, p. 63), “as levadas de migrantes europeus que aqui desembarcava, mediante suas aspirações de consumo, já traziam consigo um estimulante a uma maior divisão de trabalho nessa área, cuja incorporação econômica tardia, em relação às demandas dos países industriais, acaba por ser uma vantagem”. Também aponta Santos (1981, p. 30), que “o atraso técnico criado pelo progresso da industrialização nos países subdesenvolvidos criou, para eles, uma nova dependência em relação aos países industrializados”.

Também afirma Silveira (2007a, p. 5):

La inmigración, cuyo proceso adquirió ímpetu a fin del siglo XIX, beneficia las regiones hacia donde se dirigía, porque esos grupos afluían como portadores de una tecnología industrial y constituían una mano de obra calificada, deseosa de reproducir en Brasil un modelo de consumo que conocían o ambicionaban obtener en los países de origen. En los Estados de Río Grande do Sul, Santa Catarina y Paraná, la política oficial de inmigración y colonización determinó la forma del poblamiento y del trabajo. El Estado de San Pablo fue el gran beneficiado de ese movimiento.

De fato, torna-se concreta a constituição da colônia holandesa na Fazenda Ribeirão quando o diretor Doria Vasconcelos, do Departamento de Colonização do estado de São Paulo, viabilizou a vinda dos camponeses holandeses tendo em vista o fornecimento de leite e hortaliças para a cidade de São Paulo, em razão da proximidade de 130 quilômetros entre as duas localidades. “Havia grande necessidade de agricultores técnicos para desenvolver a agricultura e assim suprir a demanda crescente de gêneros alimentícios nos grandes centros industriais” (WIJNEN, 1998, 174). No Brasil a expectativa era de que os imigrantes holandeses pudessem contribuir com novas técnicas agrícolas, tendo em vista o destaque holandês nesta área.

Conforme Wijnen (1998), entre 1948 e 1950, foram realizadas doze viagens de navio da Holanda para o Brasil que trouxeram 560 holandeses, sendo destes 80 o número de associados à CAPH. Neste mesmo período, foram transportadas 718 cabeças de gado que ao chegarem a São Paulo eram vacinadas. Mesmo assim, a febre aftosa, as dificuldades de alimentação, as picadas de inseto e a pouca infra-estrutura para cuidar do gado causaram a morte de muitos animais e a

queda da produção de leite e, conseqüentemente culminou em crise à cooperativa que ainda não completara três anos. O cultivo do café e também de pastagens que havia nessa região anterior a chegada dos imigrantes holandeses, já deixara o solo desgastado e isso se somou as dificuldades de adaptação do gado e das novas culturas, culminando em dificuldades⁹ para manutenção da CAPH ainda em seu início.

A princípio os imigrantes recém chegados recebiam um lote de até 20 hectares para se estabelecerem e desenvolverem suas atividades de produção sob a organização da CAPH. À medida que as dificuldades se apresentavam, parte dos associados foi se desvinculando da CAPH, seja para migrarem a outras localidades ou formarem novas associações e cooperativas, fato esse que não alterou a estrutura fundiária que compõe mais recentemente o município de Holambra (Tabela 2.1).

Tabela 2.1. Holambra: Total de hectares por Unidades de Produção Agropecuárias – UPAs

Área das UPAs	Número de UPAs		Total de hectares	
	1995/96	2007/08	1995/96	2007/08
Até 1(ha)	6	3	5,10	2,60
De 1 a 2 (ha)	17	39	31,70	75,40
De 2 a 5(ha)	39	65	143,30	212,90
De 5 a 10 (ha)	47	57	356,90	437,80
De 10 a 20 (ha)	73	81	1.112,50	1.201,50
De 20 a 50(ha)	74	78	2.201,70	2.317,40
De 50 a 100 (ha)	7	6	469,90	412,90
De 100 a 200 (ha)	1	1	161,00	161,00
De 200 a 500 (ha)	-	1	-	316,00
Acima de 500(ha)	-	-	-	-
Total	264	331	4.482,10	5.137,50

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI/IEA, Projeto LUPA 1995/96 e 2007/08.

Elaboração: Telma Bataliotti Galli.

Para tanto, foram necessários novos acordos para o parcelamento dos empréstimos, ao mesmo tempo em que outros eram realizados, na tentativa de reestruturação da CAPH. Para isso, foram importantes os contatos realizados entre os escritórios de representação da CAPH,

⁹ A CAPH desde o início de sua formação passara ciclicamente por períodos de crise. Inicialmente as dificuldades estavam ligadas a falta de infra-estrutura para receber os imigrantes, à condição de desgaste do solo para o cultivo e a manutenção de pastagens. Depois foram crises ligadas à insatisfação dos cooperados com os procedimentos da cooperativa na distribuição dos recursos entre os sócios. Este fato levou ao desligamento da CAPH cooperados que migraram para outras localidades, entre elas Holambra II em 1960. Também a manutenção de serviços básicos (saúde, educação, saneamento, energia elétrica e outros) realizado pela cooperativa, implicava em repasse dos custos aos sócios, culminando em divergências de interesses entre os associados e num processo que levaria a criação do município de Holambra em 1991.

localizados em São Paulo e Holanda, constituídos e mantidos desde a fase inicial do projeto de colonização. A importância dos escritórios constitui-se nas relações internacionais de mediação que se estabelecem entre os lugares. Eles surgem de um processo de intermediação de interesses em que os agentes envolvidos se articulam também na intenção de interações com as instâncias governamentais.

Conforme Wijnen (1998, p. 50), “durante décadas a cooperativa desempenhou papel de ‘banco’ para os imigrantes, catando meios financeiros e distribuindo-os para os sócios. (...) Para que a cooperativa conseguisse verbas para distribuir entre os sócios em 1951 o governo holandês e a K.N.B.T.B. tiveram que dar garantias”. Esses contatos foram importantes, sobretudo em dois sentidos: um, por possibilitar novos apoios financeiros da Holanda que aceleraram o desenvolvimento da CAPH e, outro, por possibilitar a vinda de estrangeiros para compor, o que M. Santos (1981) chamou de “ajuda” e de “cooperação técnica” dos países desenvolvidos no Terceiro Mundo. Para a CAPH os contatos com a Holanda foram importantes além da implantação da colônia, também no desenvolvimento da floricultura. A consulta permanente ao conhecimento técnico dos holandeses e a sua já experimentação fizeram frente à concorrência.

Nas primeiras décadas do século XX em São Paulo, a vinda em grande número de imigrantes de diversas origens, fez reconhecer-se na cidade, segundo Fausto (2004), uma “impositiva” classe média que foi se incorporando, ao mesmo tempo em que também foi formando a pequena indústria, o pequeno comércio e a pequena propriedade. As densidades populacionais, técnicas e informacionais que foram se estabelecendo em São Paulo, tornaram-se fatores de atração para as pessoas e ao capital. Conforme Santos (1981, p. 30) “com o crescimento econômico, a industrialização, modernização, pessoas de diversas nacionalidades são atraídas”, como por exemplo, as correntes migratórias européias em direção a América Latina no século XIX.

No processo de formação da CAPH, a relação do Brasil com a Holanda teve papel central, pois conforme Kahil (1997, p. 29) “das formas de ação coletiva às formas de fazer organizacional, desenvolveu-se uma cooperação horizontal sucedida de uma cooperação verticalmente dirigida”.

O papel dos escritórios foi central na manutenção do acordo de emigração entre Brasil e Holanda até 1992, quando então perdeu seu efeito. Até 1970 a função desses escritórios foi a

seleção e orientação aos emigrantes, dando suporte à constituição da CAPH tratando do funcionamento organizacional do trabalho e também das condições de vida dos cooperados. A partir de 1970, esse suporte foi diminuindo e as atividades dos escritórios passaram a ser mais diplomáticas, de intermediação a favor dos interesses da cooperativa junto às autoridades holandesas. A formação da CAPH é reveladora das conexões geográficas iniciadas nos trâmites da imigração holandesa dirigida ao Brasil em 1947 e, mantidas no momento atual pelas relações econômicas e culturais.

As circunstâncias em que os imigrantes holandeses se fixaram na Fazenda Ribeirão também foram exemplos para outros grupos de camponeses e horticultores holandeses se fixarem em território brasileiro. Ainda no estado de São Paulo, fundou-se Holambra II em 1960, como extensão de Holambra. As outras colônias de imigrantes holandeses que foram se constituindo no país também conduziram no processo de criação de municípios, ou mesmo, enquanto grupos participam significativamente na cultura e identidade local. Alguns outros exemplos de municípios de presença holandesa marcante são: Arapotí; Castro e Carambeí (PR); Não-me-toque (RS); Maracajú (MS); Rio Verde (GO) e, Paracatu e Unaí (MG).

No decorrer dos anos a direção da CAPH, manteve a pretensão do projeto dos primeiros imigrantes: “compor técnica e organicamente o território como possibilidade de se estar construindo um lugar oportuno para a realização mais eficaz das ações” (KAHIL, 1997, p. 56). Com essa pretensão investiram na composição técnica das suas atividades, marcadamente pela modernização do território.

3. A consolidação da Cooperativa Agropecuária Holambra e a modernização do território

No início da implantação da CAPH, os imigrantes holandeses encontraram dificuldades que transpuseram a incompreensão da língua e os novos hábitos e costumes. “Entre o projeto de reprodução de seu próprio mundo e da memória de um território secularmente construído, os imigrantes holandeses acharam-se num mundo onde tudo estava por fazer – na Fazenda Ribeirão” (KAHIL, 1997, p. 28). O estranhamento com o novo lugar, cuja história desconhece e não ajudou a criar, inicialmente “paralisa” o imigrante, pois no novo ele não reconhece o passado.

O novo meio ambiente opera como uma espécie de detonador. Sua relação com o novo morador se manifesta dialeticamente como territorialidade nova e cultura nova, que interferem reciprocamente, mudando-se paralelamente territorialidade e cultura; e mudando o homem. Quando essa síntese é percebida, o processo de alienação vai cedendo ao processo de integração e de entendimento, e o indivíduo recupera a parte do seu ser que parecia perdida (SANTOS, 1999a, p. 263).

Os holambrenses, de tal maneira, no processo de consolidação da CAPH, com o resgate de suas memórias conduziram uma territorialidade¹⁰ nova. Mesmo com dificuldades para decidirem coletivamente, se estruturaram como grupo e empreenderam um modo de fazer cooperativo do trabalho, da produção e do consumo, onde vigorou sucessivamente a implantação técnica dada pelas possibilidades do atual período de intercâmbio entre os imigrantes e o seu país de origem.

A decisão de partir, na esperança de poder realizar um projeto próprio de existência, seja nos confins da própria nação ou região, seja além do oceano, implica evidentemente processos de mobilidade geográfica, cultural, econômica, social e profissional que, no encontro e desencontro com populações, assumem uma importância fundamental; sobretudo em sociedades caracterizadas por complexas e irresistíveis dinâmicas de intercâmbio, internacionalização e globalização, tais como se podem considerar as sociedades contemporâneas (LAZZARI, 2000 apud IANNI, 2004a, p. 94-95).

Diante da intensidade e abrangência da globalização, ampliou-se a abertura do mercado acompanhada das possibilidades de fluxos. Neste processo, os holambrenses constituíram por

¹⁰ Territorialidade entendida como a coincidência entre a sede e o centro da ação (SANTOS, 1999a).

meio de um sistema organizacional a implantação da CAPH, que desde o início contou com padrões técnicos presentes nas atividades econômicas desenvolvidas. Da Holanda para a colônia importou-se de sementes e insumos, também a especialização profissional, e em contrapartida tem-se exportado parte da produção de flores e plantas. As possibilidades de intercâmbio entre os imigrantes holandeses da CAPH e a Holanda, desde o início, conduziram na modernização do território e da produção.

As primeiras atividades econômicas desenvolvidas na CAPH estavam ligadas à produção animal (criação de aves, bovinos e suínos) e correspondiam de acordo com Abreu (1971) a 60 % do valor da produção administrado pela CAPH. Para cada uma dessas atividades, a propriedade rural se equipara tecnicamente para a otimização da produção mais adequada aos seus hectares correspondentes. Nas propriedades criadoras de aves e suínos a instalação de barracões fora realizada com a infra-estrutura mais propícia ao manejo produtivo.

Para a criação de suínos, além da infra-estrutura empregada no manejo da produção, há também uma diversidade na composição racial dos animais, mas com predominância de raças inglesas e holandesas. Na criação de bovinos, houve o manejo do solo em curvas de níveis para a drenagem da água, a adubação química e a adubação proveniente da avicultura, a aplicação de rotação de culturas e pastos e em alguns casos a adoção de um sistema de irrigação. Aponta Abreu (1971), ter os pastos apenas importância complementar, face à importância das rações utilizadas na alimentação dos animais. Aqui verificamos claramente o aprofundamento da composição técnica do território.

A implantação técnica empregada na CAPH desde o início de sua organização revela as raízes culturais dos imigrantes holandeses na construção de um novo lugar. “O território da Holanda é um espaço construído artificialmente pelo homem na sua luta *contra* as águas, para que se pudesse utilizar algum solo” (KAHIL, 1997, p. 24). Na Holanda, das dificuldades e densa população, produziu-se técnicas e ações determinantes na criação de um meio cada vez mais técnico. Na CAPH, o emprego dessa cultura técnico-científica também artificializou as práticas econômicas, da criação de animais as demais atividades agrícolas, em particular na produção de flores e plantas ornamentais.

Entre as décadas de 1950 e 1960, a produção em cada lote que vinha compor a CAPH era bastante diversificada. Em geral os associados produziam milho, arroz, algodão, soja, mandioca,

cará, batata-doce, frutas (uva e abacaxi), amendoim e cana-de-açúcar, além de citros e a criação de animais (aves, suínos e bovinos). Os sítios (lotes) tendiam a sua subsistência com a comercialização dos excedentes pela CAPH.

A CAPH que apresentava uma diversidade da produção até a década de 1970, com o “milagre brasileiro” (1968-1973) foi gradativamente definindo os setores que ganhariam maior impulso nesse período, onde atividades desempenhadas foram adaptadas às novas circunstâncias tendentes à modernização. De acordo com Herbes (1989), de um total de 24 itens produzidos pela CAPH, passou-se a apenas 15 entre 1960 e 1970. Os lotes tendiam passar da produção diversificada para as monoculturas.

No momento que coincidiu com o “milagre brasileiro”, a cooperativa se centrou em cinco setores principais que asseguravam sua contabilidade financeira: aves; suínos; ração; inseticidas e adubos químicos e, flores e plantas ornamentais. Segundo Herbes (1989), esse foi o período de maior investimento e crescimento de Holambra, em particular voltado à floricultura¹¹ em que se construiu o barracão de flores em função do destaque desta produção. Em 1989, o barracão de flores torna-se independente da CAPH com a criação da Cooperativa Veiling Holambra.

As flores inicialmente eram cultivadas como complementação de renda para as famílias que as comercializavam em Campinas e no mercado de flores no Pacaembu, em São Paulo. Esse cultivo começou timidamente com a produção de gladiólos no início da década de 1950 pelas famílias dos senhores Guilherme Welle, Nardus Van Melis, Geraldo e Pedro Wit, Jan Bakker e Klass Shoemaker, sócio-cooperados da CAPH.

¹¹ A floricultura no Brasil não é uma atividade recente, os registros mais antigos remontam 1870 com a produção de orquídeas em Petrópolis no Rio de Janeiro, por Binot, filho do francês Jean Baptiste Binot, encarregado de projetar e executar jardins no Palácio Imperial. No início do século XX a floricultura constituía-se principalmente do cultivo de flores nos jardins e quintais das residências, onde desempenhava função paisagística ou, quando colhidas, empregadas na decoração de interiores. Destacava-se, nesta época no Estado de São Paulo, a firma Dieberger, fundada em 1893, que embora praticando a floricultura como atividade paralela à fruticultura, seu forte, formou outros produtores de renome tais como os irmãos Boettcher os quais eram os seus empregados até 1929 quando iniciaram seu próprio negócio, hoje a conhecida "Roselândia". A floricultura nacional até meados da década de 1950 era pouco expressiva tanto econômica como tecnologicamente, caracterizando-se como uma atividade paralela da agricultura (SEBRAE, 2005). Os principais cultivos, desde então, localizavam-se próximos às capitais do sudeste e sul do país, ainda com pouca expressão no contexto da agricultura nacional. Com a especulação imobiliária, as chácaras e as grandes mansões foram sendo gradativamente substituídas por conjuntos residenciais, privando parte da população da possibilidade de cultivar flores para o seu consumo. Houve, desse modo à necessidade de um suporte representado pelo cultivo em escala comercial de plantas ornamentais diversas. Nesta fase inicial de produção comercial da floricultura tiveram papel importante os portugueses, italianos, alemães e japoneses, mas foi com a criação da Cooperativa Agropecuária Holambra que houve um decisivo impulso à floricultura (VENCATO, 2006).

Eles trouxeram da Holanda bulbos de gladiolos e as técnicas de cultivo, como a irrigação e o cultivo em estufas e, assim, conseguiram produzir flores também no período seco do inverno, tendo a cooperativa, em 1972, a necessidade de compor o departamento de floricultura. A Holanda tornou-se o modelo de produção hortícola, para os imigrantes holandeses, pois desde fins do século XIX na Holanda se desenvolvera técnicas para a produção de flores e plantas ornamentais de forma intensiva.

Em 1980 as flores foram responsáveis pela maior parte das negociações da CAPH consolidando-a como a representante do país no “agronegócio de flores”. Desse momento em diante, a floricultura tornou-se a principal atividade econômica a ser estimulada pela Cooperativa e também de grande interesse dos produtores rurais, num movimento contrário aos interesses da formação inicial da CAPH.

Por assumir papel de destaque, a produção de flores levou a CAPH em 1989 dar independência a essa atividade produtiva criando a Cooperativa Veiling. O departamento de floricultura foi desmembrado em unidade independente da CAPH destinando-se à comercialização sob o sistema de leilão eletrônico de flores. A instalação do Veiling possui área total de 93.000 m² sendo 36.000 m² de área construída, localizados no núcleo urbano da CAPH. (Foto 3.1).

A partir de 1970, a CAPH passou de um lado, a focar suas atividades investindo mais na expansão técnica e científica, sobretudo da produção de flores e, por outro lado, diminuindo sua diversificação produtiva. Ainda assim, havia uma orientação por parte da direção da cooperativa para que os sócios mantivessem uma produção mista entre culturas extensivas (cana-de-açúcar, milho, soja, algodão e citros) e intensivas (criação de animais e o cultivo de flores e plantas), pois havia uma preocupação com a estabilização monetária, onde os preços dos produtos permaneciam em baixas e os juros em alta. A equação necessária a vida econômica da empresa foi aos poucos enrijecendo o município a partir de uma produção única e extremamente especializada.

Foto 3.1. Cooperativa Veiling Holambra.



Fonte: SEBRAE, 2005.

A conciliação da diversidade produtiva para os agricultores da cooperativa exigia a ampliação da área das propriedades. A expansão da produção exigia também novas instalações na cooperativa. Com tal demanda, no final dos anos de 1980 a CAPH comprou uma fazenda de 1.600 hectares (Fazenda Esmeralda), ampliou os setores de beneficiamento e o setor de vendas. Também houve a aquisição de novas terras por parte dos proprietários rurais em outras localidades da região (Jaguariúna, Mogi Mirim, Santo Antônio de Posse) como em outros estados (Minas Gerais, Goiás, Ceará).

Entre a década de 1980 e meados da década de 1990, a CAPH financiou a compra não só de novas terras, mas também a construção de estufas para a produção de flores e plantas, de granjas para a criação de suínos e aves, além da aquisição de novos maquinários.

Nos anos 80, as transformações desencadeadas pelos novos fatores de produção já aparecem muito mais delineadas no espaço da produção agrícola brasileiro.

A produção se artificializa, a circulação das mercadorias e do capital é exponencialmente mais rápida, a distribuição é mais disseminada e a integração desses momentos do processo produtivo é organizada à precisão do sistema (KAHIL, 1997, p. 32).

Contudo, neste período a combinação das altas taxas de juros com a baixa rentabilidade de diversas atividades agrícolas, gerou o endividamento dos produtores e a falta de liquidez da cooperativa. Com essa problemática os produtores tenderam a limitar suas atividades, ao passo que, buscaram pela especialização produtiva. Essa situação das dívidas no setor agrícola no início da década de 1980 fez com que muitos cooperados se desvinculassem da CAPH e começassem a comercializar seus excedentes diretamente no mercado em alguns casos e, em outros, formou-se novos grupos que deram origem a novas cooperativas particularmente ligadas à comercialização de flores e plantas ornamentais. Também houve a incorporação de produtores de outras localidades tais como: Atibaia, Arujá, Santo Antônio de Posse. Assim, fundou-se a Cooperflora / Floranet em 1994 e a Cooperplantas em 2003 a exemplo de CAPH.

Essa produção de flores na CAPH se consolida por meio das condições gerais da modernização tecnológica, empregadas a partir do conhecimento de técnicas possibilitadas primeiramente por meio das relações dos imigrantes com a Holanda. Com uma qualidade superior as flores holambrenses conquistam mercados para além do estado de São Paulo ainda na década de 1970, como as cidades de Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador. Assim, desde o início a floricultura holambrense experimentou um crescimento constante que ao mesmo tempo necessitou novas condições de produção exigindo nova composição do território, tanto no campo como na cidade com a adição de objetos e ações técnicas.

De acordo com Wijnen (1998), os principais produtores compraram grandes áreas nas proximidades de Holambra, implantaram a assistência técnica cujo conhecimento técnico havia sido adquirido na Florida – EUA e, o material de plantio vinha da Holanda. A Cooperativa passou a oferecer cursos práticos de floricultura com profissionais especializados como os senhores Lourens Van Der Wit e Jack Van Der Weidjen com o objetivo de aquisição do *know how* holandês.

Com tais requisitos, importantes empresas holandesas, produtoras de mudas e sementes como Dekker, Fides, Humako, Man, Optimara, Terra Nigra e Van Zanten, se associaram a

alguns produtores de Holambra. Assim, surgiram empresas como Shoemaker-Van Zanten e Man-Dekker-De Wit que estão ligadas às propriedades situadas em Araxá e Registro em Minas Gerais e também nas proximidades de Holambra como Casa Branca, Mogi-Guaçu e à beira das rodovias de acesso a Holambra (WIJNEN, 1998).

Com a especialização produtiva de Holambra, outras empresas que atuam nas atividades ligadas à floricultura e plantas ornamentais se instalaram nas proximidades de Holambra como fábricas de estufas agrícolas, indústrias de terra especial para o plantio, empresas de comercialização de insumos, fertilizantes, defensivos e empresas voltadas aos serviços de assistência técnica, de cursos profissionalizantes, de consultoria, entre outras, ampliando o *consumo produtivo*. Há também a expansão do *consumo consumptivo* por saúde, educação, segurança, eletrodomésticos, eletrônica, informação, viagens, entre outros, ampliando o processo de urbanização.

A colônia holandesa Holambra foi se equipando com novo arranjo espacial para a produção. Afirma Santos (1994b, p. 147), “com a modernização agrícola, o consumo produtivo tende a se expandir e a representar uma parcela importante das trocas entre lugares da produção agrícola e as localidades urbanas”.

Alimentadas por um consumo produtivo, que as adapta, tais cidades conforme Santos (1996a, p. 56), “são chamadas a dar respostas particulares às necessidades das produções particulares, e daí a maior diferenciação entre as cidades”. Ainda segundo o autor, isso se deve ao fato, [...] “de o nexo do consumo produtivo ser ligado à necessidade de encontrar, no lugar e na hora, respostas indispensáveis à marcha da produção”.

As novas formas de produção consecutivas ao atual período possibilitam e intensificam as relações entre o lugar e mundo, cujo sentido das transformações e da internacionalização que se dá em escala mundial, é o da globalização. No entanto, se por um lado, a globalização representa um agir hegemônico liderado pelas grandes empresas que se valem de uma *unicidade técnica*¹² (SANTOS, 1999c), por outro lado, ela provoca também profundas desigualdades sócio-territoriais.

¹² A *unicidade técnica* refere-se ao “fato de que as técnicas atuais formam sistema à escala do globo, cada lugar abrigando fragmentos ou peças interdependentes” (SANTOS, 1999a, p.08). Ver também (SIMONDON, 1969).

A ampliação do mercado mundial dada pela globalização favoreceu a instalação pontual dos agentes hegemônicos nas localidades mais favoráveis a sua realização nos moldes capitalistas. Dessa forma, as atividades hegemônicas (aquelas que têm relações mais longínquas e participam do comércio internacional), fazem com que alguns lugares estejam conectados à dinâmica global ao abrigar determinadas atividades, sobretudo por meio da *especialização territorial produtiva* (SANTOS e SILVEIRA, 2001). Nesse contexto, a CAPH expressa a concretização de um lugar funcional ao sistema de produção globalizado, ainda que mantenha suas especificidades, mediada pelo território nacional.

A integração da CAPH no mercado global se apresenta num processo construído a partir de um projeto de colonização dirigida e organizada sob o sistema cooperativista. A CAPH desde o início foi gradativamente planejada com equipamentos técnicos e um sistema de ações para a sua mais rápida participação no mercado econômico globalizado. Para Kahil (1997, p. 19),

Os sucessos holandeses no novo lugar são portadores de uma explicação: Holambra teve de ser construída antes de ser explorada. Pudemos, assim, distinguir três ordens evidentes dessa construção: o momento necessariamente solidário para o enfrentamento da nova situação; o momento da regulação funcional da situação, e o momento em que, no processo de enraizamento, se cria uma territorialidade nova.

De maneira mais abrangente identificamos dois períodos distintos, porém complementares na consolidação da CAPH. Ao longo dos sessenta anos (1948-2008), a CAPH passou por mudanças nas suas funções conduzidas pela alternância de períodos de crise com períodos vigorosos. Assim, de 1948 até a criação do município de Holambra em 1991, tem-se o primeiro período. Neste, a CAPH organizava a vida social de todo o grupo, e suas funções abrangiam praticamente todas as áreas desde a organização e administração das instalações físicas até a prestação de serviços em saúde, canalização de água, farmácia, educação, serviço de energia elétrica e também um supermercado. Todas essas atividades desenvolvidas pela CAPH compunham cada uma um departamento, cujos custos eram repassados aos sócios. O segundo período se configura com a criação do município de Holambra. A partir desse momento, a CAPH repassa para o poder público suas responsabilidades sociais, centrando-se apenas nas questões econômicas das atividades produtivas desempenhadas pelos sócio-cooperados. Nesse momento a

cooperativa passa a regular a funcionalização das atividades produtivas. De fato, afirma Souza (1997, p. 02), “construir cidades é o maior negócio do século”.

A definição de uma atividade econômica – flores e plantas ornamentais – como principal pelos imigrantes holandeses e seus descendentes, teve de um lado a intenção de atender a demanda crescente nos centros urbanos por tais produtos e de outro lado, fortalecer a identidade cultural holandesa por meio da floricultura comercial. A orientação para a especialização produtiva foi substituindo a grande variedade das atividades produtivas iniciais (arroz, trigo, batata, mandioca e criação de animais) inclusive com o aumento da área cultivada, conforme a racionalização técnica. As técnicas (biotecnologias, novas químicas, novos cultivares e informatização) empregadas na produção florícola conduziram na qualidade e reconhecimento do produto no território nacional e que posteriormente foi vinculado ao nome do município – Holambra, a “Cidade das Flores”.

O papel das novas tecnologias tem conduzido nas transformações dos espaços rurais e urbanos, em que a área da produção capitalista aplainou-se pelo mundo, já que os lugares tornam-se mais facilmente atingidos pela circulação (ELIAS, 1996). Nesse atual período que contempla um “novo” mundo, a velocidade com a qual circulam as informações e os capitais conduz a uma obsolescência das coisas como em nenhuma outra época se tenha visto. A novidade possui curta duração e as mercadorias não satisfazem o consumidor por completo, pois se espera constantemente por aquilo que é recente e mais atualizado e isso se torna um imperativo na sociedade capitalista e de consumo.

Assim, o binômio “indivíduo-necessidade” está contextualizado neste novo cenário, o da sociedade de consumo e da globalização. Entre o binômio indivíduo-necessidade foi adicionado um elemento, o valor. Se não há valor, não há consumo. Se não há valor, não há realização de demandas humanas nem desenvolvimento social. Atinge-se um estágio em que poder consumir significa poder ser cidadão, quando, no entanto, o consumismo e a competitividade [...] “levam ao emagrecimento moral e intelectual da pessoa, à redução da personalidade e da visão do mundo, convidando, também, a esquecer a oposição fundamental entre a figura do consumidor e a figura do cidadão” (SANTOS, 2000a, p.49).

O mundo da mercadoria se alarga e o processo de expansão do capital adquire uma impressionante força. A velocidade da comunicação criou um mundo interligado. Este processo

que tem em si o potencial da humanidade estabelecer laços e criar espaços coletivos para além da esfera local é, também, o espaço da nova forma de compartimentação do Estado e da divisão social e territorial do trabalho.

Face às exigências do atual período, lembra Elias (1996), que o estado de São Paulo foi um dos que mais rapidamente se reorganizou, onde a divisão do trabalho agrícola mais se aprofundou, onde as trocas se intensificaram, onde o território mais se tecnicizou possibilitando as condições necessárias à realização de uma produção mais especializada.

4. A especialização produtiva e a criação do município de Holambra: de Cooperativa à “Cidade das Flores”.

As materialidades do meio técnico-científico e informacionail favorecem as especializações territoriais comandadas por agentes hegemônicos. Assim, o lugar participa do movimento da economia global ao orientar o uso do território a partir de algumas variáveis que proporcionam a especialização produtiva. Essas variáveis são: as condições de produção, de transporte, de mão-de-obra, no conjunto de condições técnicas-sociais que Santos e Silveira (2001), chamaram de fatores técnico-sociais de localização. Ao contrário de períodos anteriores, um determinado território ou uma porção dele não depende mais apenas de sua auto-suficiência, ou seja, de produzir tudo para sua reprodução.

Para Arroyo (2001, p. 52),

Ao passo que a economia local deixa de ser preponderantemente autárquica, estabelece uma crescente divisão territorial do trabalho. Este processo – progressivo e acelerado com a incorporação de novas técnicas – ocasiona uma intensificação dos intercâmbios, que se dá em espaços cada vez mais amplos.

A racionalidade do capital, com as novas possibilidades de circulação de produtos, serviços e informação, permitiu as especializações produtivas territoriais. De acordo com Spósito (2001), em virtude das atuais transformações na divisão social e territorial do trabalho se estabelecem novas funções às cidades de diferentes portes no território.

Os fatores técnicos-sociais permitem também que algumas cidades herdeiras de tradições de períodos anteriores, transformem suas tradições em atividades especializadas no contexto do atual período, em que o novo se integra ao velho. No Brasil, por exemplo, de forma semelhante a colônia holandesa Holambra começou a se constituir. A cultura dos imigrantes holandeses foi importante para o desenvolvimento da floricultura, cuja especialização criou as condições para que Holambra se tornasse reconhecida no território nacional como a “Cidade das Flores”, sendo também fator importante para a criação do município, dando densidade política às suas atividades.

A história de Holambra liga-se ao cultivo de flores e plantas iniciadas por alguns sócio-cooperados da CAPH, fundada em 1948, na área correspondente à Fazenda Ribeirão. A especialização produtiva em flores e plantas ornamentais, incentivada pela CAPH, impulsionou a

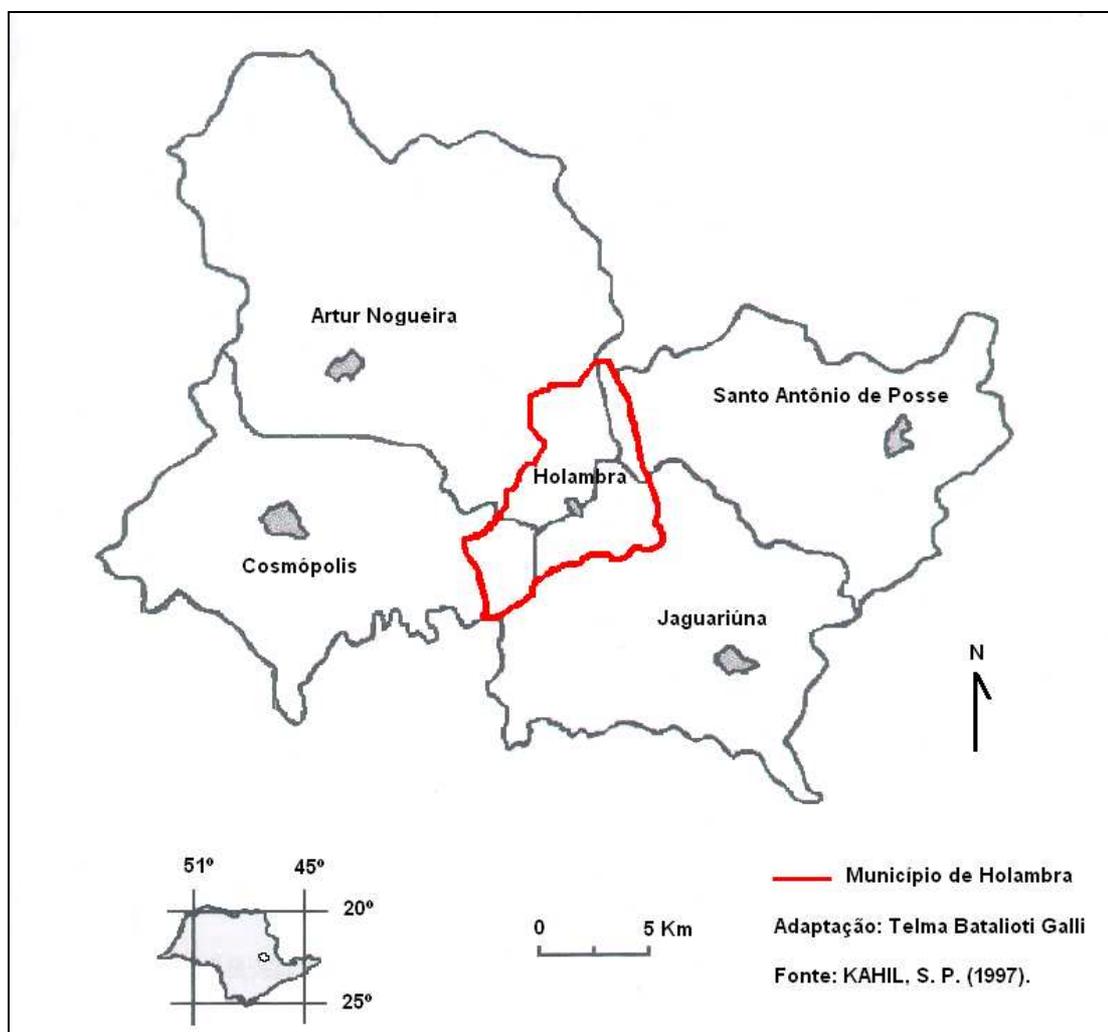
urbanização e a configuração territorial do município de Holambra. O crescimento do núcleo da cooperativa atraiu populações de municípios vizinhos e trabalhadores de outras regiões.

O núcleo urbano que foi se configurando no território da CAPH também foi ampliando os custos das demandas de uso coletivo, (em geral infra-estruturais, tais como: equipamentos coletivos, os transportes, a habitação, e também saúde, educação, lazer, etc) aos quais a Cooperativa havia que dispor. Como consequência, tais custos incidiram em problemas ao capital financeiro da Cooperativa tornando-se um problema tanto referente à arrecadação de impostos quanto no sentido da conformação de uma nova fronteira político-administrativa como se propunha com a criação do município de Holambra.

A CAPH foi instituída numa área de divisas entre quatro municípios: Jaguariúna, Cosmópolis, Artur Nogueira e Santo Antônio de Posse (Mapa 4.1), estando o núcleo urbano localizado exatamente na fronteira municipal entre dois deles: Artur Nogueira e Jaguariúna. Para assuntos municipais como tributação e cunho eleitoral, a CAPH via-se dividida entre esses dois municípios, ao mesmo tempo em que com relação aos benefícios sociais sentia-se sem respaldo de ambos. Pelo fato do núcleo da CAPH pertencer a dois municípios, tais fronteiras incidiam em problemas como aponta Wijnen (1998, p. 165):

Cada parte do centro pertencia a um outro município, que levavam suas fatias de impostos e praticamente nada faziam pela comunidade. Havia coleta de lixo de um lado da rua, de outro não. Casas e terrenos pertenciam a dois municípios ao mesmo tempo, sem contar os demais problemas de água e iluminação pública, que se de um lado existiam, do outro não. Já havia a arrecadação de impostos, estrutura e uma população suficiente para tal empreendimento.

Mapa 4.1. Divisão político-administrativa do Município de Holambra.



Como medida, para equacionar os interesses da Cooperativa frente aos dois municípios (Artur Nogueira e Jaguariúna), no início de 1982 um grupo de moradores formou a Comissão para Assuntos Urbanos da CAPH com o intuito de propor e discutir melhorias, ligando a CAPH às prefeituras envolvidas. Conforme Wijnen (1998), o grupo se dedicou também à política inclusive indicando candidatos que pudessem representar a Cooperativa e que tempos depois viessem sugerir a sua emancipação política, com a criação do município de Holambra. Nesse momento, a transferência dos encargos com os consumos coletivos ao poder público, associado à falta de respaldo com relação aos benefícios sociais foram as principais motivações do local para a criação do município de Holambra.

Em 25 de junho de 1990, na CAPH foi criada uma Comissão Pró Emancipação, e em 27 de novembro de 1991 realizou-se o plebiscito onde compareceram 2.525 eleitores, 63% dos habitantes de Holambra com direito a voto e o resultado foi de 96,4 % a favor da emancipação. No dia 30 de dezembro de 1991, o Governador Luiz Antônio Fleury Filho sancionou então a Lei nº. 7.664, decretando a criação do novo município – Holambra.

O município de Holambra foi criado em 1991 e instalado em 1993 com a posse do prefeito, vice-prefeito e vereadores. Na data de sua emancipação, Holambra contava com aproximadamente 6 mil habitantes. Sua extensão territorial de (65km²) manteve-se compreendida pela Fazenda Ribeirão, desmembrada de 4 municípios na seguinte proporção: Artur Nogueira (27km²), Cosmópolis (12km²), Jaguariúna (20km²) e Santo Antônio de Posse (6km²).

De acordo com Kahil (1997, p. 72), “nesses primeiros momentos, a ação política local aparece muito permeada e orientada por interesses particulares da atividade especializada e hegemônica que acaba por caracterizar Holambra como ‘A Cidade das Flores’ ”.

O município de Holambra foi sendo constituído no contexto das condições do atual período, caracterizando o que Santos (1994b, p. 76) chamou de “nova cidade moderna seletiva”, ou “cidade técnica científica-informacional”, aquela que se superpõe à cidade de todos. Essa nova cidade é “cheia de intencionalidades do novo modo de produzir, criada, na superfície e no subsolo, nos objetos visíveis e nas infra-estruturas, ao sabor das exigências sempre renovadas da ciência e da tecnologia” (SANTOS, 1994b, p.76).

O papel assumido pelo campo e pela cidade na organização do território nacional torna-se condizente com a sua instrumentalização e modernização. No campo a aceitação do capital é mais veloz que na cidade. Nesse sentido, à medida que o campo se tecnifica com objetos cada vez mais carregados de ciência, ao trabalho exige-se maior qualificação e, à cidade cabe afeiçoar-se às exigências do campo. Assim, enquanto o campo é o *locus* da produção propriamente dita, é a cidade o *locus* do seu comando.

Com a especialização produtiva de flores e plantas ornamentais no município holambrense, foi se configurando a divisão territorial e social do trabalho em função da modernização dessa atividade. Holambra e muitas outras cidades passaram a exercer suas atividades em função das novas necessidades produzidas no campo e assim, se especializaram para atender à produção desenvolvida em seu entorno, também por serem requeridos novos

consumos, como: serviços, insumos, mão-de-obra especializada ou não, configurando-se novas divisões territoriais e sociais do trabalho. Essas cidades foram denominadas por Santos (1979a), de “cidades do campo”, pois, “criam-se novos modelos de ação e novas formas de urbanização: as cidades se tornam depósitos dos novos elementos do trabalho agrícola, e pólos de sua regulação. (...) Sua adaptação ao campo modernizado é tanto mais evidente quanto melhor respondam as exigências de racionalidade no campo” (SANTOS, 1999b, p. 243).

A especialização produtiva envolve uma complexidade de sistemas de objetos e sistemas de ações que particulariza ainda mais o território. Os sistemas de objetos revelam-se inseparáveis dos sistemas de ações na composição do espaço. Para Santos (1994b), os sistemas de objetos, cada vez mais artificializados, são povoados por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos, ao lugar e seus habitantes.

As especificidades da produção acentuam a divisão territorial do trabalho graças às possibilidades da produção e circulação que inserem determinada atividade econômica no mercado global. “Quanto mais complexa a divisão do trabalho, maior a diversificação e complexificação dos objetos e das ações, maior a espessura do subespaço correspondente” (SANTOS, 1994b, p. 99).

Ao responderem às especializações produtivas, as cidades se diferenciam umas das outras ao mesmo tempo em que se tornam cada vez mais complexas. “Cada cidade e seu campo respondem por relações específicas, próprias às condições novas de realização da vida econômica e social” (SANTOS, 1988, p.61). As cidades locais, por exemplo, aponta Santos (1999b), mudam de conteúdo. “Antes, eram as cidades dos notáveis, hoje se transformam em cidades econômicas” (SANTOS, 1999b, p. 51).

Como Holambra, no território nacional são muitas as cidades do campo. De acordo com Silva (2004), no Centro-Oeste, sobretudo no *front* agrícola, cidades foram criadas a partir da década 1980, em função da especialização produtiva em *commodities*¹³, como a soja, característica da moderna agricultura.

¹³ Consideramos as culturas de *commodities* àquelas que possuem baixo valor agregado, produção em larga escala e em grandes áreas, em geral destinadas ao mercado externo, pouca utilização de mão-de-obra devido a elevada mecanização.

No território brasileiro as especializações territoriais assumem a forma do município, sobretudo pelo poder político do local, que torna uma atividade econômica qualquer como imagem-produto de sua cidade. Nesse sentido, os entes da Federação quanto mais se tecnificam, também mais se tornam especializados e competem entre si. Assim, Holambra propõe-se reconhecer como “Cidade das Flores”. Contudo, a especialização produtiva envolve o lugar. Conforme Silveira (2002, p. 204-5), “O lugar não é um fragmento, é a própria totalidade em movimento que, através do evento, se afirma e se nega, modelando um subespaço do espaço global”.

No caso brasileiro, os entes da Federação passaram a estabelecer disputas para criarem condições atrativas à produção e desse modo os poderes públicos, sobretudo os locais concorrem entre si para atraírem investimentos, seja por meio de isenção fiscal e territorial ou oferecendo aporte infra-estrutural às empresas. Dessa forma, buscaram na capacidade de renovação técnica atrair atividades competitivas, que assim, contribuem às desigualdades que nessas unidades e, entre elas, se acentuam. À medida que o território se moderniza, ampliam-se as possibilidades das especializações produtivas e da competição territorial e conseqüentemente da compartimentação do território.

Conforme Castillo (2001, p. 184), “o forte desenvolvimento tecnológico do período, em vários setores, flexibilizaram a utilização do espaço geográfico (justamente por torná-lo mais rígido) para alguns agentes da economia e da política”. Para este autor, eleva-se a flexibilidade das relações de trabalho, da produção, da organização empresarial de um lado, enquanto de outro, se estabelece uma rigidez do espaço geográfico por dotar-se cada vez mais de infra-estruturas especializadas e que autorizam certos tipos de trabalho e produção (acrescentaria também o consumo) e não outros. “A flexibilidade da ação exige a rigidez do espaço através de objetos a ele agregados” (CASTILLO, 2001, p. 184).

As empresas necessitam que o território se instrumentalize para que haja as condições de produção e para dar movimento ao produto. Para tanto é indispensável às condições de circulação, de fluidez, tanto técnica quanto política, apresentadas pelo território. Em geral, são nas grandes cidades, e também nas menores no entorno delas, que ocorrem uma maior fluidez, onde os fluxos (materiais e imateriais) corroboram para as atividades competitivas da economia global.

No atual período, a modernização pela qual passa o território brasileiro, responde por importantes transformações no processo de urbanização. As novas demandas de consumo criadas pelo consumo produtivo e consumptivo dinamizam uma nova organização territorial, econômica e politicamente. De um lado, ao campo modernizado, sobretudo, voltado as culturas de *commodities*, se impõe um processo de regulação cada vez mais comandado pelas forças do mercado hegemônico, enquanto de outro lado, são nas cidades que se encontram os serviços necessários à moderna agricultura, ampliando a complementaridade e interdependência entre campo e cidade num processo único de urbanização da sociedade. Para Raffestin (1993, p.198), “a massa demográfica concentrada maximiza as relações sociais e a circulação maximiza as trocas de toda natureza”.

No âmbito dos fluxos que perpassam as fronteiras, Gottmann (1975) apontou que um território não é só material, mais também político e, portanto, é o resultado e a expressão de traços psicológicos dos grupos humanos. O território compõe um fenômeno psicossomático da comunidade e, como tal, é cheio de conflitos internos e de contradições aparentes. Como ao lado das potencialidades ainda estão as carências, o mundo humano segue sendo um espaço de conflitos constantes. Por ser o território também político, ele se altera conforme as injunções da História.

Considerando as alterações do território político, Gottmann (1952) destacou o papel do movimento na dinâmica das relações políticas entre os homens, acentuando que o mesmo não se limita às fronteiras nacionais, nem tampouco a materialidade do Estado. Nesse sentido Gottmann (1952), identificou os “sistemas de movimento” e os “sistemas de resistência ao movimento”. Os primeiros compreendem “a circulação” no espaço (como necessidade de recursos e oportunidades); aos segundos, denominou “iconografia”. As iconografias são as representações sociais que um grupo elabora a partir de símbolos que explicitam a força das idéias, do poder simbólico das identidades sociais (necessidade de segurança e abrigo) e político, inclusive no que se refere aos Estados, interna e externamente. Há, assim, um embate relacional entre a *circulação* impulsionada pelas forças da globalização e a *iconografia*, como forças de resistências para defender os interesses territoriais.

Assim, os “limites funcionais” criados para permitir o exercício das atividades da esfera pública e privada, tornam-se “mediações jurídicas” (SANTOS, 1994b), que estabelecem as

condições de operação localizadas nos lugares. Para isso, materializa no lugar um conjunto de interações que passam a compor a estrutura da realidade, impondo-lhe usos do território. Por isso, a criação de novas fronteiras ou o redesenho das já constituídas, segue sendo instituídas ou reivindicadas em todo o território nacional, não só em Holambra.

II. NOVO DESENHO DAS FRONTEIRAS INTERNAS E A DIFERENCIAÇÃO DOS LUGARES

Entre áreas mais ou menos densas, temos uma intrincada rede de fluxos, na qual a ação de forças centrífugas e centrípetas interage de modo a tecer uma trama complexa de relações, cujo resultado final tende para um certo equilíbrio entre rigidez e a flexibilidade das fronteiras
(MARTIN, 1992, p.13).

Toda sociedade que delimita um espaço de vivência e produção e se organiza para dominá-lo, transforma-o em seu território (COSTA, 1988, p.18).

5. As fronteiras internas frente à fluidez territorial e a diferenciação dos lugares.

O processo de acumulação do capital sempre esteve vinculado às possibilidades de expansão geográfica como reorganização espacial de um desenvolvimento geográfico desigual. Sem o permanente “ajuste espacial”, o capitalismo como sistema econômico político, há muito tempo, teria deixado de funcionar (HARVEY, 2005, p. 193). No atual período, são as possibilidades abertas à fluidez territorial e tomadas pelos lugares, indicadoras das condições para a circulação e indispensáveis à globalização econômica.

De acordo com Arroyo (2001), a fluidez territorial é a qualidade que têm os territórios nacionais de permitir uma aceleração cada vez maior dos fluxos que os estruturam, a partir da existência de uma base material formada por um conjunto de objetos concebidos, construídos e/ou acondicionados para garantir a realização dos fluxos.

Para Santos, (1999a, p. 50),

Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto

ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam.

Com o progresso técnico e as modernizações do capitalismo houve uma maior compartimentação do espaço geográfico e conseqüentemente a instituição de fronteiras políticas. Assim, a unificação técnica não significou a união política. Novas fronteiras internacionais foram criadas como também novas fronteiras internas dentro dos Estados. Segundo Raffestin (1993, p. 152), “o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações”.

A materialidade da fronteira política expressa como norma no território persiste inclusive representando novas compartimentações territoriais e conseqüentemente a instituição de novos poderes político-administrativos.

Como aponta Raffestin (1993, p.169), “sem partições o poder não tem nenhuma referência, nenhuma estrutura, pois não saberia mais como se exercer”. Assim as fronteiras políticas ao acompanharem a intensificação da divisão social e territorial do trabalho, constituem também elementos funcionais à expansão do capital. (...) “O limite cristalizado se torna então ideológico, pois justifica territorialmente as relações de poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 165). As compartimentações são assim demarcadas pelo Estado territorial, pois este detém o poder de redesenhar o território.

O progresso técnico conquistado pelo homem possibilitou a ele a superação dos obstáculos ou limites naturais. No atual período, os elementos da globalização (a *unicidade técnica*, a *convergência dos momentos*, o *motor único* e a *cognoscibilidade do planeta*) dos quais falou Santos (2000a), deram margem a um discurso indicativo do fim das fronteiras. O mundo assim, transformado em uma “aldeia global” todo conectado pelo sistema informacional traria um esvaziamento das funções das fronteiras. Entretanto, como temos presenciado as fronteiras continuam a serem instituídas.

As novas possibilidades de fluidez em face à globalização produziram um paradoxo tendo, de um lado, apontado para uma maior compartimentação do espaço geográfico instituindo fronteiras para que assegurasse ao Estado territorial seu *status* soberano enquanto, por outro lado, essas fronteiras são transpostas dadas à operacionalização dos fluxos materiais e imateriais que de acordo com Cataia (2007) promovem o enfraquecimento de suas funções destinadas à proteção.

Esse paradoxo, no entanto, serve ao fortalecimento das fronteiras e não ao contrário já que estas representam o poder. Antes dividir o poder a que perdê-lo como bem lembrou Raffestin (1993, p.169) ao citar a famosa fórmula “dividir para reinar”.

As funções das fronteiras são por vezes imbuídas de novos significados, pois estas acompanham o movimento da sociedade. Contudo, algumas funções das fronteiras permanecem, como assinala Foucher (1991), ao mencioná-las como envelopes, por apreenderem a coesão política interna do Estado e por ao mesmo tempo representarem uma díade, ou seja, é a separação e o contato entre sistemas políticos diferentes. Também Raffestin (1993), aponta entre outras funções (a fiscal e a de controle) a legal, sendo está a que sempre está presente, pois delimita a área onde um conjunto de normas vigora e regula as atividades da sociedade em um dado território.

A circulação entre territórios, de mercadorias, pessoas, e capital é mediada por acordos político-econômicos, por razão de controle de diversas ordens (origem e destino, qualidade e quantidade, fiscal, entre outras), como medida para superar conflitos, aumentar a segurança, aproveitar vantagens regionais, melhorar a eficiência e alcançar benefícios coletivos. Tais acordos são característicos da globalização e que para o Brasil assumem elevada importância frente a sua extensão fronteiriça com outros Estados e também com relação as suas próprias fronteiras internas.

Os novos usos do território caracterizam uma nova racionalidade às fronteiras externas ou internas de um Estado territorial. Raffestin (1993) denominou de funcionalização e disfuncionalização as possíveis fases pelas quais podem passar as fronteiras por meio de modificações socioeconômicas ou sociopolíticas e que afetam não só o território, mas o tempo social no interior desse, porque o território é um “depósito da história” (RAFFESTIN, 1993). “Se o movimento que originou uma fronteira se envelhece, então a fronteira, que é uma cristalização no território do trabalho social, também se envelhece” (CATAIA, 2001, p. 24).

Para Raffestin (1993) as fronteiras são também informação e, portanto são indispensáveis a qualquer ação, política, econômica ou cultural, ou seja, para a *vida de relações*¹⁴ dos homens. O caráter informacional da fronteira permite identificar o que Santos (1999a) chamou de *forma-*

¹⁴ O conceito de “vida de relações” foi elaborado por P. George (1968), para referir-se às solidariedades internas aos lugares. A vida de relações refere-se à união orgânica que ocorre em um grupo de indivíduos em um dado lugar.

conteúdo como indissociáveis. Na fronteira está contida uma relação complementar e solidária entre a vida de relações (conteúdo) que cria a fronteira (forma) e no condicionamento que esta trás para a sociedade.

A fluidez permitida com os transportes, a comunicação e a circulação de informações no meio técnico-científico e informacional (SANTOS, 1999a), promove o encurtamento de distâncias geométricas muito significativas às dinâmicas globais, no entanto, não dissolvem as fronteiras. Contudo, uma razão global motivada por agentes hegemônicos é seletiva quanto a sua realização no espaço geográfico. Os fluxos que são tidos como tendentes à homogeneização, contraditoriamente encontram-se dispostos e mais concentrados em lugares estratégicos, pois acompanham a implantação dos macrossistemas técnicos, estes seletivamente distribuídos, acentuando as diferenças territoriais.

A seleção de alguns lugares em detrimento da exclusão de outros, obedece à lógica da mais valia global, assim fundando os espaços da globalização, aqueles espaços hegemônicos. Ou seja, “agora, torna-se mais nítida a associação entre objetos modernos e atores hegemônicos” (Santos, 1999a, p.191), estes, que por sua vez, submetem os demais espaços, aqueles hegemonzados, a seus interesses econômicos.

Em função do processo de globalização, portanto, Santos e Silveira (2001), assinalam para a *coexistência dos espaços luminosos e opacos, regiões do mandar e regiões do fazer* e o território é revelador dessas desigualdades. Os espaços luminosos são considerados “aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Por oposição, os subespaços onde tais características estão ausentes seriam espaços opacos” (Santos e Silveira, 2001, p.264). Desse modo, os lugares que não interessam diretamente ao mercado, pois, são desprovidos de recursos tendem a se submeter às exigências exógenas da lógica capitalista global. Constituem-se as regiões do fazer submissas as regiões do mandar.

Castells (2007) aborda o crescimento dos *espaços de fluxos* (suporte material de práticas simultâneas) em detrimento dos *espaços dos lugares* (aqueles segmentados e espalhados, distantes dos espaços dinâmicos). Para Castells (2007), o poder em nossas sociedades esta organizado no espaço de fluxos e, a dominação estrutural de sua lógica altera de forma fundamental o significado e a dinâmica dos lugares. Não existe, portanto, o espaço global, senão

apenas como espaço de globalização, espaços mundializados reunidos por redes (SANTOS, 1999a). Apesar dos fluxos o espaço continua sendo compartimentado.

No território brasileiro, o fato, de que os entes da Federação tornaram-se iguais perante a Constituição de 1988, permitiu a cada ente que se crie leis para a regulação de seus territórios, resguardando o princípio constitucional. Cada ente representa, portanto um Estado no conjunto da Nação.

Dessa forma, o ente federativo brasileiro seja a própria União, estados ou municípios, encontra-se um ao lado do outro, nem abaixo e nem acima do ponto de vista jurídico. Isso tem estimulado uma disputa territorial para a atração de investimentos necessários às empresas dentro da lógica de produção capitalista, conformando uma correlação entre Estado e empresa ao mesmo tempo em que ressalta a relevância das fronteiras. O Estado como figura do poder contempla um território, e um território é exigente de fronteira. Esse tripé (Estado, território e fronteira), por regular estruturas sociais, se impõe como uma necessidade no período atual. De acordo com Cataia (20001, p. 64), “as fronteiras são usadas para garantir eficácia a determinadas ações, que sem o seu uso não surtiria efeito. Veja-se o caso, mais comum, da fronteira como barreira econômica, ou seja, os protecionismos”.

Portanto, mesmo a fronteira sendo transposta pela circulação dos fluxos e mesmo deixando de expressar alguma função ou uma dada ordem, ela mantém seu papel de regulação do território. O discurso de seu enfraquecimento contempla alguns agentes hegemônicos que se beneficiam com a emergência dos fluxos, sua velocidade. O sentido das transformações e da internacionalização das relações que nesse período se dá em escala mundial é o da globalização.

Na medida em que se intensificam as possibilidades geradas pelo progresso técnico e, portanto pela divisão territorial do trabalho, acentuam-se as compartimentações territoriais. As desigualdades promovidas pela globalização ao privilegiar pontos no mundo promovem a competitividade entre territórios. Desse sintoma, espaços são mais valorizados em detrimento de outros conforme o que esses possam oferecer às empresas, potencializando assim a globalização.

As fronteiras externas ao Estado-Nação ou internas a ele podem se adaptar às dinâmicas impostas pela globalização, mas continuam sendo fronteiras. O exercício do poder implica em manipular constantemente a oposição entre continuidade – deslocando os limites – e

descontinuidade – criando novos limites, pois eles fazem parte do processo de reprodução social: produção, troca e consumo. Para Raffestin (1993, p.176), o Estado,

Ele aceita a obliteração de seus quadros territoriais. Existe, assim, uma contradição entre a atitude do Estado que imita a economia e os quadros sobre os quais se apóia. O Estado incita à aplicação de uma tessitura de geometria variável que não é compatível com a gestão política territorial. Portanto, aí ocorre uma deformação da ação política.

Enquanto de um lado os entes federativos permitem à ação econômica a obliteração de seu território, por outro, reivindicam constantemente a alteração e redesenho de fronteiras, como ocorre, por exemplo, no estado de São Paulo. O município de Holambra acrescenta e representa apenas mais um pedido de alteração de fronteira, entre as mais de 100 (Cem) propostas que aguardam julgamento pela Assembléia Legislativa do estado de São Paulo.

6. As propostas de redesenho fronteiriço no estado de São Paulo e o caso de Holambra: entre a política do Estado e a das empresas.

No atual período há uma transformação nas condições e possibilidades político-econômicas e socioculturais colocadas às sociedades, principalmente no que se refere a “Reforma do Estado”¹⁵. Para Ianni (2004a), esse é o contexto em que se rompe o metabolismo “Sociedade Civil e Estado” construído com o projeto nacional, no qual, as tendências predominantes no âmbito do Estado são ditadas pela globalização, ao passo que a grande maioria dos setores sociais é calcada em plena subalternidade.

Para Castells (1977), o Estado no período atual assume cada vez mais a função de assegurar ao sistema capitalista as condições de reprodução da força de trabalho. Isso se refere em o Estado oferecer os bens de uso coletivo (habitação, transporte, saúde, educação, lazer), uma vez que esses representam ônus ao capital. Embora os bens de usos coletivos sejam requeridos pelas massas populares e pelo capital, eles são elementos assumidos pelo Estado, além das funções já tradicionais políticas e militares.

À medida que se instaura a globalização econômica, ampliam-se as disparidades regionais, haja vista que a acumulação de capital tende a concentrar os processos de produção e de circulação, sobretudo nas regiões metropolitanas, onde há também a concentração da força de trabalho e dos bens de usos coletivos, estes, essenciais para o crescimento do mercado de consumo individual.

Conforme Castells (1977), a ampliação histórica das necessidades populares se desenvolve com as lutas de classes e com o poderio do movimento operário, tanto em termos das aspirações dos trabalhadores como das reivindicações que se seguiram. Desse modo, a socialização do consumo foi acompanhada de uma organização e de uma mobilização crescente de massas populares com relação aos meios coletivos de consumo e aos aparelhos encarregados de sua gestão, em particular ao nível municipal.

¹⁵ “A ‘Reforma do Estado’, compreendendo a desregulação, a desnacionalização, a privatização, a abertura do mercado, e a crescente liberalização dos fluxos de fatores da produção, implica a crescente destruição das bases político-econômicas, socioculturais e institucionais do *projeto nacional*, acompanhada da criação, institucionalização e dinamização do *projeto transnacional*, eufemisticamente denominado de ‘mercado emergente’ (IANNI, 2004, p. 41).

É por meio da fluidez do território que se estabelecem as ações globais necessárias à dinâmica capitalista de produção e consumo, ao passo que também se intensificam a compartimentação e a competitividade territorial. São nos lugares mais densos em população, técnica e informação que ocorrem com maior frequência as reivindicações por novos redesenhos fronteiriços.

Lembra Elias (1996), que no processo de urbanização do estado de São Paulo, além do desenvolvimento da indústria, também, o desenvolvimento agrícola promovido pela modernização tecnológica da produção agropecuária, impulsionou um intenso processo de urbanização, a exemplo do que ocorrera na região de Ribeirão Preto (SP). Em 1940, a região contava com 48 municípios, em 1980, esse número saltou para 80.

Conforme Siqueira (2003), na década de 1990, nas regiões de Campinas e Piracicaba (SP), as emancipações municipais concentraram-se nas parcelas mais ricas e de maior adensamento demográfico, conseqüentemente a menor incidência se deu sobre as áreas mais pobres e com menor densidade demográfica. Estes dados contrariam a tese de que as emancipações foram aceleradas indiscriminadamente em todos os recantos do território nacional, simplesmente porque foi restituído ao município seu *status* de ente federativo autônomo em 1988.

Com a Constituição de 1988, o Brasil tornou-se um país com três níveis políticos constitucionalmente autônomos (União, estados e municípios, mais o Distrito Federal), como demonstra o artigo 18 da Carta Magna em seu Parágrafo 4º:

Art.18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, autônomos, nos termos desta Constituição.

Parágrafo 4º: A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual, obedecidos os requisitos previstos em lei complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas.

Em verdade, o número de municípios já começa a aumentar a partir da abertura política de 1979, sobretudo a partir de 1985, com o fim do regime militar. De 1981 a 1985, foram criados 90

municípios em todo país, evidenciando certa fraqueza do governo federal em sustentar a centralização autoritária do poder¹⁶. De 1981 a 1988, aproximadamente 500 novos municípios foram criados no Brasil, portanto o aumento do número de municípios não é simplesmente o resultado das maiores autonomias municipais “concedidas” pela Constituição de 1988.

Ainda que tenha um peso considerável, a norma em si, isolada das dinâmicas territoriais, não é capaz de dar respostas conclusivas sobre o fenômeno. A vida de relações do lugar, com sua ordem local é uma variável-chave na explicação, pois as dinâmicas econômicas e demográficas da urbanização impõem demandas coletivas (arranjos urbanos, coleta de lixo, saúde, educação, segurança – com as guardas municipais), que só podem ser assumidas com a estruturação de um governo político, reconhecido como legítimo (ainda que possa governar em benefício de interesses particulares), para estabelecer normas, impostos e orçamentos destinados à regulação das contradições da vida social local (CATAIA e GALLI, 2008).

No estado de São Paulo após a constituição de 1988, entre 1990 e 2000, foram encaminhadas à Comissão de Assuntos Municipais da Assembléia Legislativa 198 pedidos de emancipação municipal, dos quais 73 foram aprovados. Assim, no mesmo período, o estado de São Paulo passou de 572 para 645 municípios. Dentre as propostas de criação de novos municípios encaminhadas à Assembléia Legislativa, àquelas que não foram sancionadas, parte foi vetada e outra parte aguarda a regulamentação da Emenda Constitucional número 15, de 12 de setembro de 1996, através de uma Lei Complementar, pois a partir desta o parágrafo 4º do art. 18 da Constituição Federal passou a estatuir:

Parágrafo 4º: A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual dentro do período determinado por lei complementar federal e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação de Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

No entanto, devido sua não regulamentação, o Plano de Viabilidade Municipal ainda não tem definido o seu conteúdo e, tampouco, quem o definirá, se a União ou os estados, o que

¹⁶ Salientamos que o nexa entre centralização do poder e criação de municípios não é unívoco, pois, mesmo em períodos de centralização do poder, novas fronteiras são produzidas, sem, no entanto responderem por maior autonomia dos lugares. De fato, centralização e autoritarismo não se confundem, pois, historicamente, tanto em países de organização Federativa quanto Unitária, em questões “territoriais nacionais”, o Estado é centralizador (CATAIA e GALLI, 2008, p.393).

permitiu entre 1997 e 2009 a criação de 591 novos municípios por meio das Assembleias Estaduais da maioria dos estados. Com isso, alguns estados como Minas Gerais, Maranhão, Piauí, Paraíba, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso, continuam permitindo a criação de novos municípios, liderando o número de novas emancipações nos últimos 12 anos (Quadro 6.1).

Quadro 6.1. Número de municípios brasileiros criados entre 1997 e 2009 por Estado da Federação.

Estados	Municípios criados entre 1997 e 2009	N. de municípios em 2009
Minas Gerais	97	853
Maranhão	81	217
Piauí	76	224
Rio Grande do Sul	69	496
Paraíba	52	223
Santa Catarina	33	293
Paraná	28	399
Mato Grosso	24	141
São Paulo	20	645
Tocantins	16	139
Rio Grande do Norte	15	167
Pará	15	143
Goiás	14	246
Rondônia	12	52
Rio de Janeiro	11	92
Pernambuco	8	185
Roraima	7	15
Espírito Santo	7	78
Alagoas	2	102
Bahia	2	417
Amapá	1	16
Mato Grosso do Sul	1	78
Sergipe	0	75
Distrito Federal	0	1
Ceará	0	184
Amazonas	0	62
Acre	0	22
Total	591	5.565

Fonte: LEAL (2009).

Adaptação: Telma Bataliotti Galli.

De acordo com o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, em levantamento realizado em 2008, havia 806 pedidos de desmembramentos parados em 24 Assembleias Legislativas. De 1988 até 2009, foram emancipados 1.383 municípios fazendo com que o total salta-se de 4.182 para 5.565 unidades municipais. Até 2013 mais 4 municípios (Mojuí dos Campos – PA; Paraíso das Águas – MS e Pescaria Brava e Balneário

Rincão – SC) que foram criados em 1990 serão instalados devido a serem só agora oficializados (LEAL, 2009).

No estado de São Paulo, mediante Lei estadual, as propostas de criação de municípios após a Constituição de 1988 continuaram sendo encaminhadas à Assembléia Legislativa, porém tais propostas foram efetivadas até 1997, mas, cujas Leis¹⁷ haviam sido aprovadas até 1995. Atualmente, continuam as demandas por novas emancipações no estado, todavia a Assembléia Legislativa, por meio da Comissão de Assuntos Municipais, recebe os pedidos de emancipação, não os coloca em plenário para votação nem os encaminha ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) que teria a função de organizar o plebiscito entre as populações envolvidas, não acatando assim o pedido de plebiscito por falta de critérios para a realização do mesmo.

No estado de São Paulo, embora a partir de 1997, não se tenha criado mais municípios, novas propostas ainda são encaminhadas à sua Assembléia Legislativa, bem como, outras demandas relativas à compartimentações territoriais como, por exemplo, a ampliação das fronteiras municipais por meio de anexações ou incorporações de áreas (Quadro 6.2). Tanto as propostas de alterações de fronteiras entre municípios como aquelas de distritos que solicitam a emancipação de seus municípios de origem indicam para um novo desenho do mapa político administrativo do estado de São Paulo (Mapas, 6.1, 6.2, e 6.3).

¹⁷ Lei Estadual nº 6.645, de 9 de janeiro de 1990; Lei Estadual nº 7.664, de 30 de dezembro de 1991; Lei Estadual nº 8.850, de 30 de dezembro de 1993 e Lei Estadual nº 9.330, de 27 de dezembro de 1995.

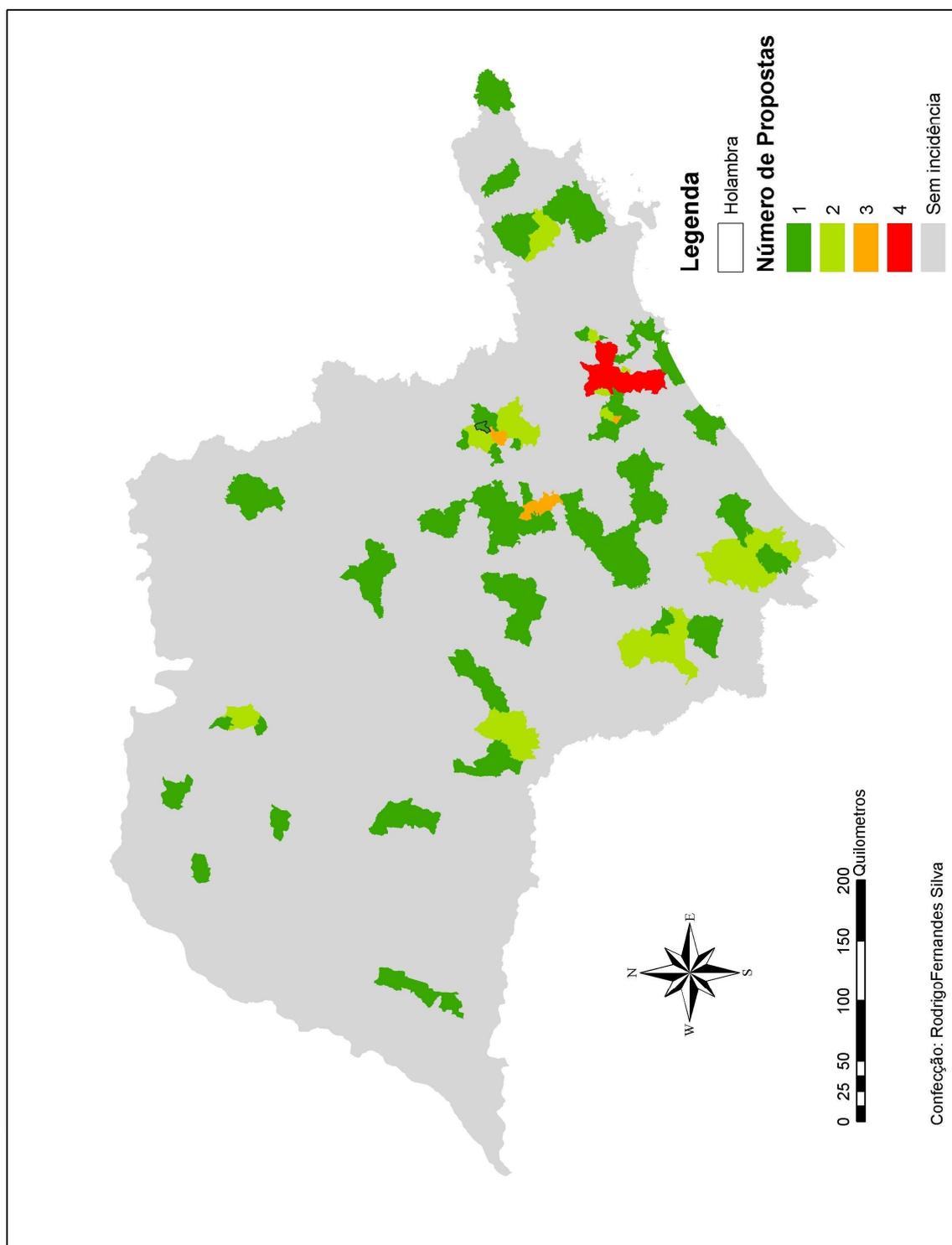
Quadro 6.2. Proposições de alteração de fronteiras municipais e de emancipação com a tramitação suspensa na Assembléia Legislativa do estado de São Paulo (aguardando lei federal específica).

Alterações de fronteiras entre municípios*	Distrito que solicita emancipação / Município
Álveres Florense / Parisi	Araçába / Apiaí
Americana e Cosmópolis / Paulínia	Arcadas / Amparo
Arapeí / Bananal	Área Continental de São Vicente / São Vicente
Araraquara / Gavião Peixoto	Ariri / Cananéia
Batatais / Brodowski	Baguaçu / Olímpia
Botucatu / Pratânia	Bandeirante D'Oeste / Sud Menucci
Buritama / Lourdes	Braço / Eldorado
Campinas / Paulínia	Brasitânia / Fernandópolis
Cotia / Vargem Grande Paulista	Campina de Fora / Ribeirão Branco
Embu / Taboão da Serra	Campos de Cunha / Cunha
Engenheiro Coelho / Arthur Nogueira	Campos de Holanda/ Parapananema – Iatí
Hortolândia / Campinas	Cardeal / Elias Fausto
Ipiguá / São José do Rio Preto	Caucaia do Alto /Cotia
Itapetininga / Tatuí	Cipó-Guaçu / Umbu-Guaçu
Itapeva / Taquarivaí	Costa Machado / Mirante do Parapananema
Itapevi / Jandira	Cruz das Posses / Sertãozinho
Itapevi / Vargem Grande Paulista	Curupá / Tabatinga
Itaquaquecetuba / Arujá	Dalas / Palmeira D'Oeste
Itaquaquecetuba / Poá	Engenheiro Maia / Itaberá
Itariri / Peruíbe	Gramadão / S.Miguel Arcanjo e Capão Bonito
Itirapina / Ipeúna	Guariroba / Taquaritinga
Jacupiranga / Cajati	Guarizinho / Itapeva
Jacupiranga / Eldorado	Ibitiúva / Pitangueiras
Jaguariúna, Sto Ant. de Posse, Arthur Nogueira/Holambra	Ida Iolanda / Nhandeara
Laranjal Paulista / Jumirim	Itaboa/ Ribeirão Branco
Lorena / Canas	Iubatinga / Caiabú
Natividade da Serra / São Luis do Paraitinga	Jacaré / Cabreúva
Piedade / Pilar do Sul	Jardim Presidente Dutra – Cumbica /Guarulhos
Pontalinda / Dirce Reis	Juritis / Glicério
Praia Grande / Mongaguá	Nova Cardoso/ Itajobi
Presidente Bernardes / Emilianópolis	Nova Veneza / Sumaré
Queiroz / Pompéia	Parelheiros /São Paulo
Registro / Eldorado	Patrimônio de santa Terezinha / Lupércio
Ribeirão Branco / Itapeva	Perus / São Paulo
Santo André / Rio Grande da Serra	Pirambóia /Anhemi
Santos / São Vicente	Planalto do Sul / Teodoro Sampaio
São José do Rio Preto / Bady-Bassit	Porto / Capela do Alto
São Paulo / Diadema	Potunduva / Jaú
São Paulo / Diadema	Rechã / Itapetininga
São Paulo / Osasco	Roberto / Pindorama
São Paulo / Osasco	Rosália / Marília
São Pedro do Turvo / Lupércio	Rubião Junior / Botucatu
São Roque / Vargem Grande Paulista	São Benedito da Cachoeirinha / Ituverava
Sta Cruz do Rio Pardo / Agudos / Espírito Santo do Turvo	Santa Cruz dos Lopes / Itararé
Sta Cruz do Rio Pardo / Espírito Santo do Turvo	Santa Eudóxia / São Carlos
Taubaté / Pindamonhangaba	Santo Amaro / São Paulo
Tietê / Boituva	São Berto / Manduri
Tietê / Mombuca	São Mateus / São Paulo
Tietê e Piracicaba / Saltinho	Sousas e Joaquim Egídio / Campinas
Tremembé / Taubaté	Teçaindá / Martinópolis
Paulínia / Cosmópolis	Terra Preta / Mairiporã
	Turibá do Sul / Itaberá
	Vicentinópolis / Santo Antônio do Aracanguá
Total: 50	Total: 52

Elaboração: Telma Bataliotti Galli.

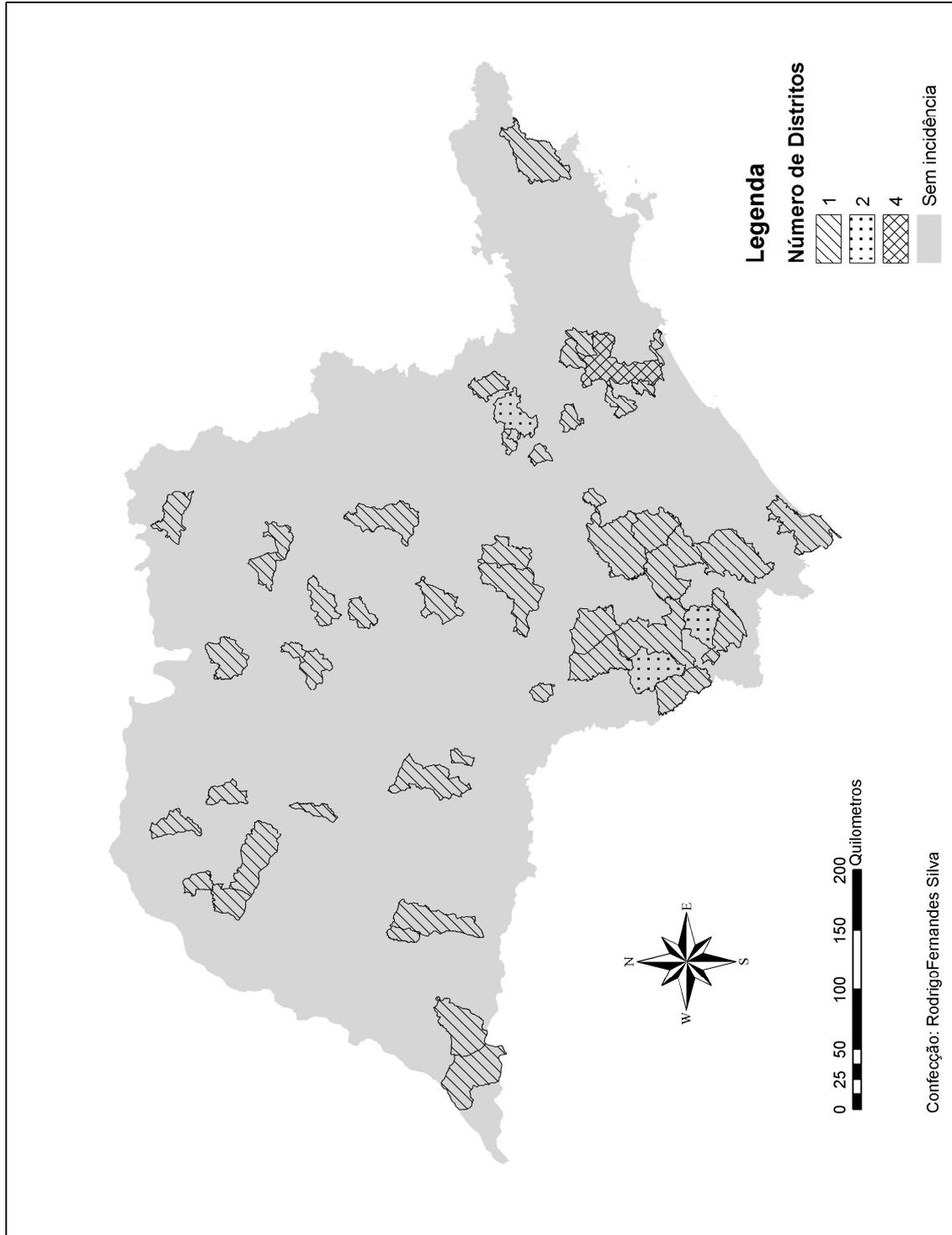
Fonte: Comissão de Assuntos Municipais da Assembléia Legislativa do estado de São Paulo (dados de março de 2007). * Quando um município aparece duas vezes ou mais na tabela, significa que ele possui mais de um pedido de revisão de fronteira.

Mapa 6.1. Propostas de alteração de fronteiras entre municípios no estado de São Paulo.



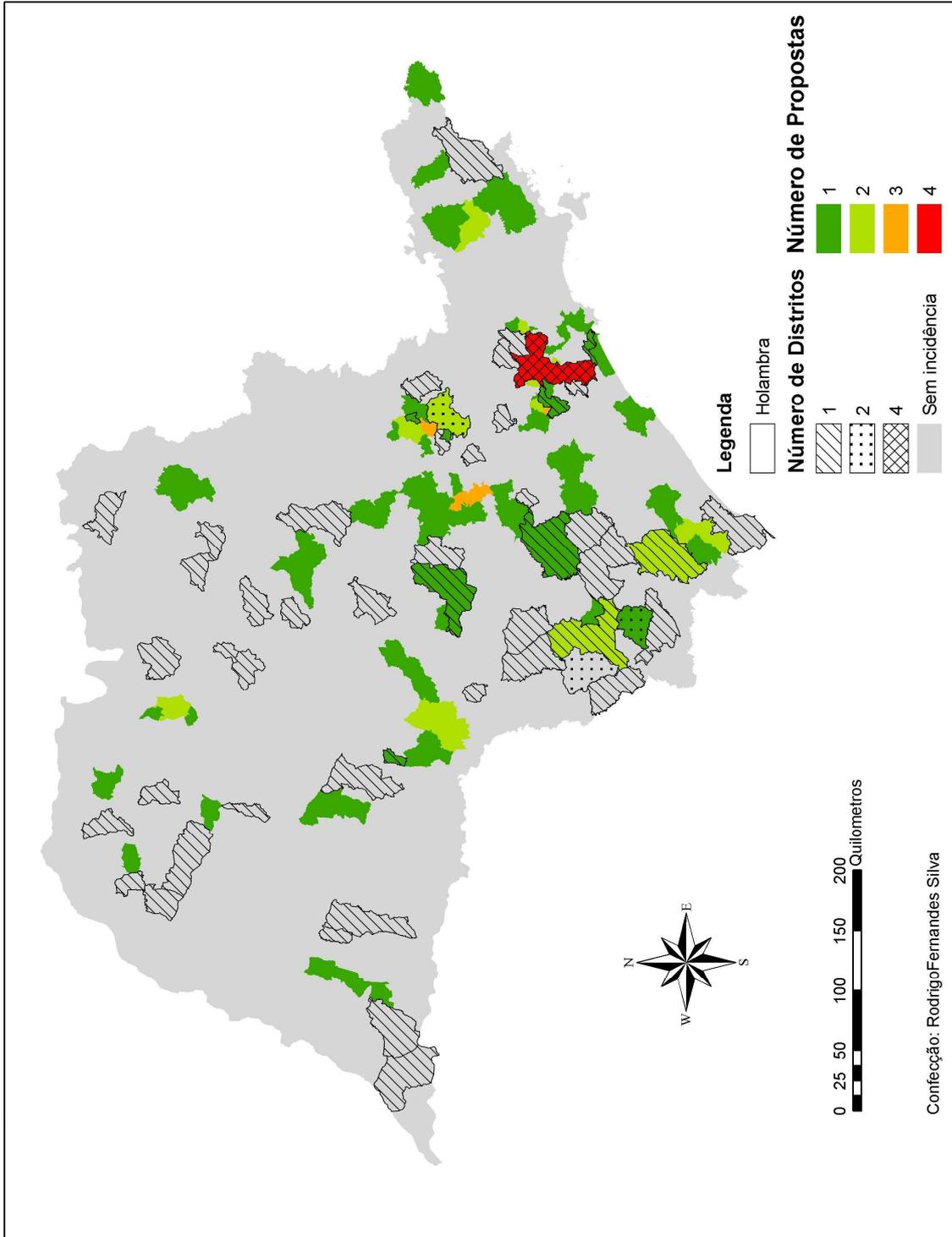
Fonte: Quadro 6.2.

Mapa 6.2. Municípios com propostas de alteração de fronteiras: distritos que solicitam emancipação de seus municípios sedes no estado de São Paulo.



Fonte: Quadro 6.2.

Mapa 6.3. Propostas de alteração de fronteiras entre municípios e de distritos que solicitam emancipação no estado de São Paulo.



Fonte: Quadro 6.2.

No estado de São Paulo, tais propostas se concentram em três regiões mais acentuadamente. A primeira é a Região Metropolitana de São Paulo, a segunda é a Região Metropolitana de Campinas, e a terceira é a região do Vale do Ribeira. As duas primeiras apresentam maior densidade técnica-científica e informacional e, portanto, é de maior interesse do capital, enquanto a região do Vale do Ribeira é mais dependente dos repasses governamentais. As razões de manipulação das fronteiras seguem, portanto, interesses corporativos (empresariais) como também políticos eleitorais.

Essas propostas de novos rearranjos das fronteiras internas emergem entre municípios limítrofes, em que o ganho de território conseqüentemente será acompanhado de aumento de população, de atividade econômica e, sobretudo envolverá repasses de fundos tanto da União quanto dos estados. Nesses casos, uma situação político-administrativa, que já era desenhada anteriormente e, que sugere um novo contorno, é permeada por conflitos, sobretudo em regiões de grande concentração demográfica e de objetos técnicos.

As proposições, em particular as de anexação de áreas, emergem por interesses sobre áreas fronteiriças, devido ao que elas podem oferecer ao grupo requerente, seja por interesses políticos, econômicos ou sociais. Em todos os âmbitos do poder, político, econômico e social, essas propostas demonstram a dinâmica dos desenhos político-administrativos do território brasileiro, como um campo de forças, revelador de novas tensões. A suposta estabilidade de tais arranjos políticos é cotidianamente contestada pelos fluxos populacionais e econômicos que desenharam um novo mapa municipal do país.

No estado de São Paulo, o número de proposições para alteração de divisas político-administrativas, é indicativo da disputa de poder como um fenômeno que atinge o território como conjunto. Pode haver múltiplos interesses por novas fronteiras e, podem partir de diversos grupos sociais (esfera pública e privada ou mesmo da sociedade, no âmbito da população e organizações), mas, a efetivação, de fato, do redesenho fronteiriço, só acontecerá por meio da normatização do Estado.

Do ponto de vista analítico, a criação de novos municípios ou a revisão de antigas fronteiras obedece a duas matrizes de ordens: a) uma exterior ao lugar, por imposição de escalões superiores, tanto provenientes do mundo da política (do Estado), quanto do mundo da economia (das empresas), ainda que a fronteira entre estes dois mundos esteja sendo esfumada no atual

período, e; b) outra interior ao lugar, resultado das características próprias e identidades que movem a vida de relações locais. As articulações entre as duas matrizes produzem distintas combinações que se precipitam em muitas razões locais para as emancipações municipais e pedidos de revisões de fronteira (CATAIA e GALLI, 2008).

A proposta holambrense de redesenho das fronteiras (Mapa 6.4) é questão de reivindicações desde a criação do município em 1991, devido Holambra possuir sua fronteira político-administrativa condicionada ao limite da Fazenda Ribeirão, sendo esta situada sobre a fronteira entre quatro municípios: Mogi Mirim, Artur Nogueira, Jaguariúna e Santo Antônio de Posse.

Anterior à criação do município, no entanto, Holambra enquanto organização cooperativista, já apresentava dificuldades em relação à sua estrutura e funcionamento, pois situada entre esses quatro municípios via-se sem o atendimento da maioria de suas demandas, sobretudo infra-estruturais (moradia, saúde, escola, transporte, entre outros), relacionadas ao crescimento urbano.

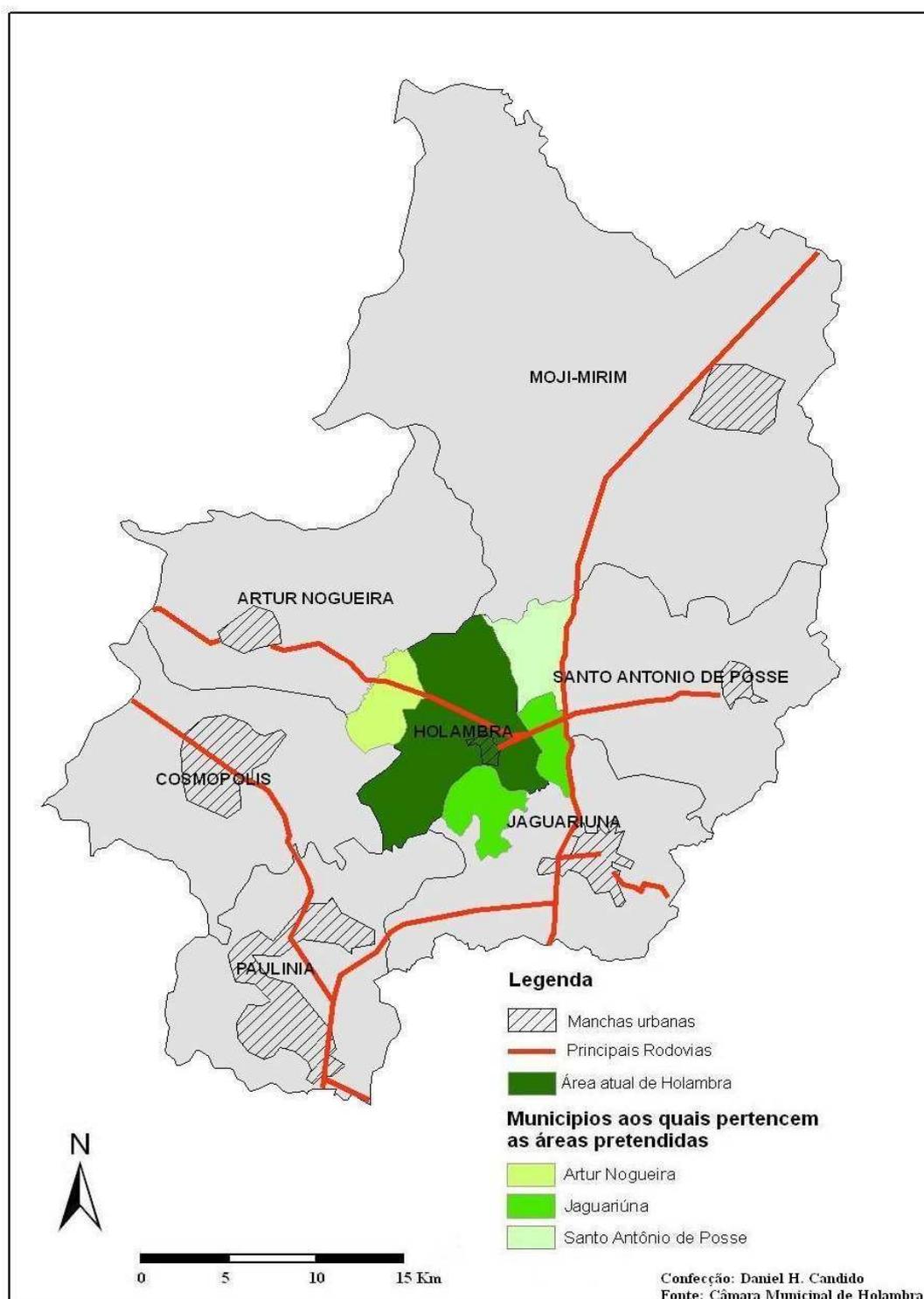
Porém, em função das negociações políticas envolvendo os quatro municípios e na emergência de se estabelecer as fronteiras do território holambrense, o mesmo ficou condicionado ao limite da Fazenda Ribeirão. Realizada a demarcação dessa forma, por um lado, a criação do município possibilitou de imediato à transferência das responsabilidades sociais até então assumidas pela Cooperativa Agropecuária Holambra, para o âmbito municipal, mas, por outro, não houve liberação de mais áreas por parte dos demais municípios envolvidos. Assim, a instituição de fronteiras não acomodou no interior desse território todas as propriedades rurais e nem mesmo toda população estabelecida em bairros sobre a fronteira que fora instituída. A demarcação das fronteiras municipais seccionou propriedades rurais e urbanas, onde parte da população deixou de pertencer ao recente município.

A área urbana de Holambra situa-se na porção centro-sul do seu território fazendo fronteira com o município de Jaguariúna (Mapa 6.5), e apresenta também parcelas de expansão de áreas urbanas fazendo fronteira com Paulínia (Bairro Santo Antônio), com Jaguariúna (Bairro Camanducaia e Condomínio Residencial Duas Marias) e, com Cosmópolis e Paulínia (Bairro Chácaras de Recreio Danúbio Azul), (Mapa 6.6). Os bairros que se encontram na fronteira de Holambra com os outros municípios já se encontravam constituídos quando da criação do

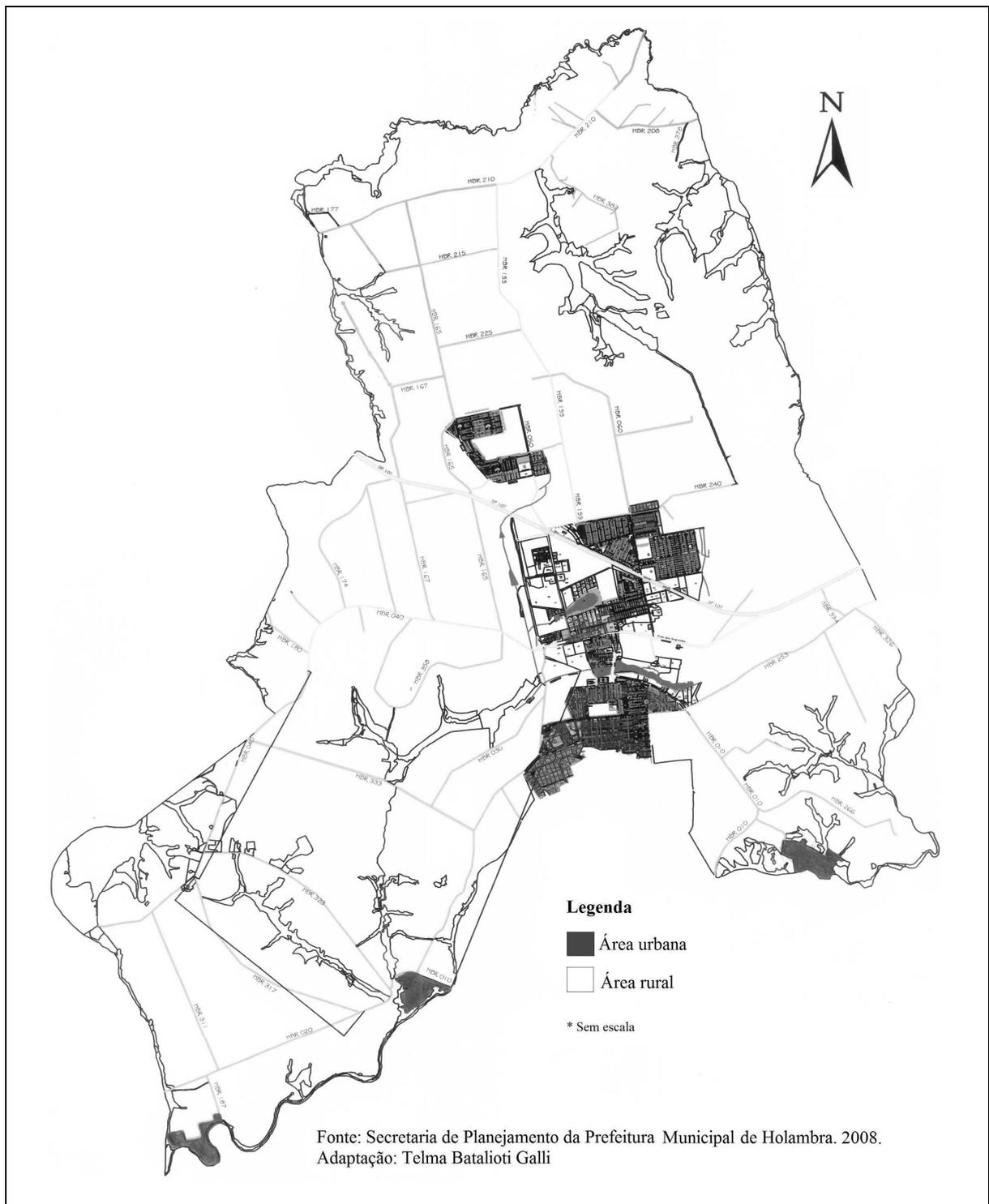
município de Holambra, e são hoje áreas de expansão urbana. A população residente nessas áreas de fronteira soma aproximadamente cinco mil habitantes¹⁸. A demarcação da fronteira que originou Holambra, no entanto, seccionou o Residencial Duas Marias e o Bairro Recreio Danúbio Azul, além de propriedades rurais ampliando as discussões por um novo redesenho fronteiriço.

¹⁸ Informação referente à entrevista com Sr. Iran Daier Brunhani (Presidente da Câmara Municipal de Holambra em exercício no ano de 2005), realizada pela autora como atividade de campo.

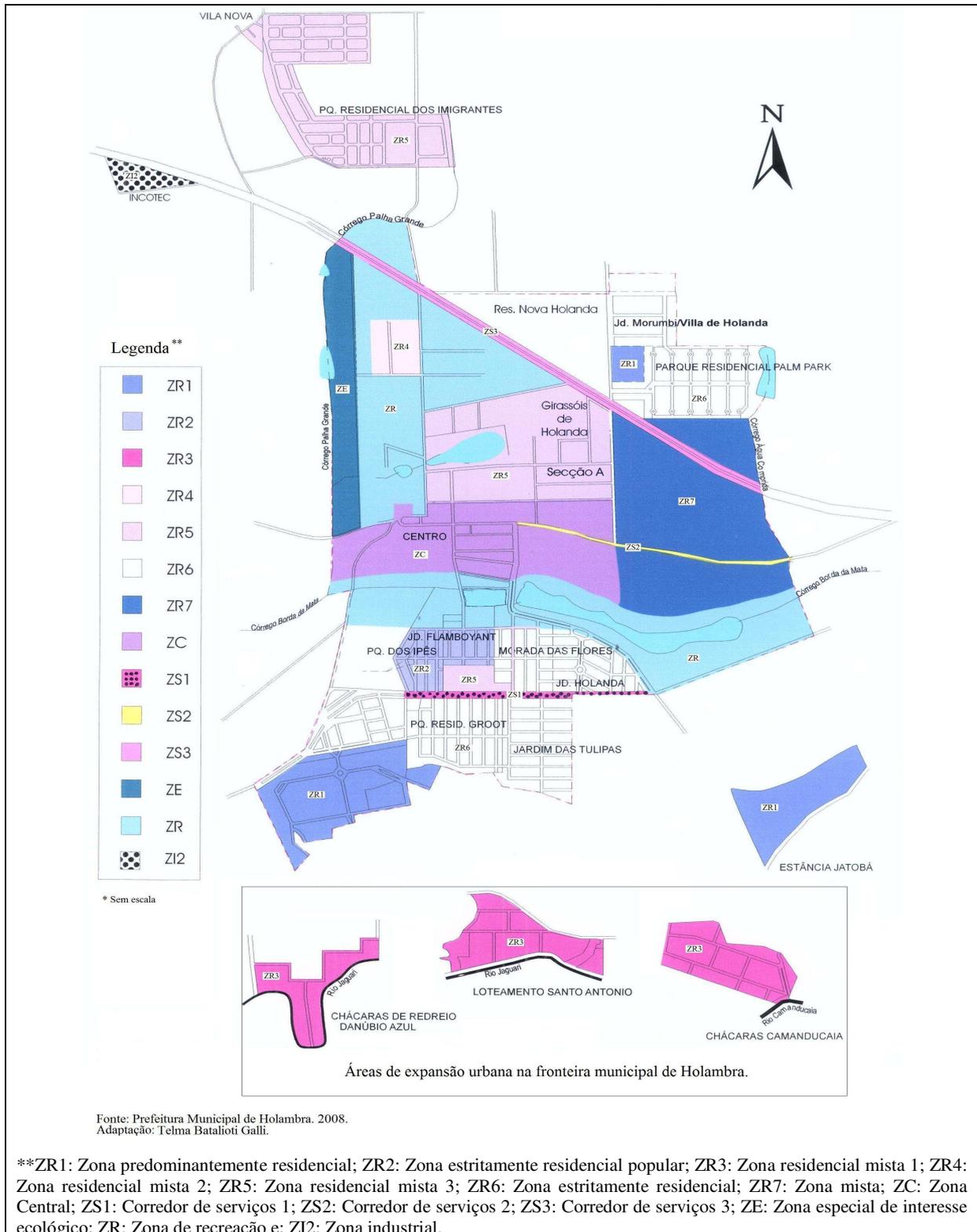
Mapa 6.4. Nova proposta de redesenho fronteiriço de Holambra.



Mapa 6.5. Município de Holambra: Área urbana e rural*.



Mapa 6.6. Área urbana do município de Holambra: divisão em zonas urbanas*.



Desde então, em decorrência dessas circunstâncias que resultaram na demarcação fronteiriça, Holambra solicita um novo desenho político-administrativo em razão de dois fatores: 1) o município atende com serviços básicos, sobretudo saúde e educação, parte da população dos municípios limítrofes e; 2) é um município que acolhe importante especialização produtiva de plantas e flores. Em razão disso, Holambra, elaborou uma proposta de desenho fronteiriço que pretende anexar parte do território dos municípios de Artur Nogueira, Jaguariúna e Santo Antônio de Posse. Tal proposta, no entanto, encaminhada no ano de 2003 à Assembléia Legislativa do estado de São Paulo encontra-se arquivada, enquanto aguarda a regulamentação da Emenda Constitucional número 15 de 1996.

No que tange ao primeiro fator, a problemática de regulação municipal diante de questões fronteiriças, se confirma nas palavras do presidente da Câmara Municipal de Holambra:

Holambra hoje recebe alguns benefícios pela quantidade de habitantes que temos, em contrapartida nós estaríamos assumindo a responsabilidade de outros municípios, a cidade não tem retorno da arrecadação desses aglomerados de pessoas que pertencem a outros municípios. (...) existe na cidade um aglomerado de pessoas que estão a 5 quilômetros do centro da cidade e a 20 quilômetros do município ao qual pertence. (...) Se não for possível a anexação de área, será feito um trabalho no qual cada município cuida dos seus habitantes. In: <http://www.camaraholambra.com.br/noticias/mostraNoticia.asp#> Acesso em 25/07/05.

Em razão da configuração do território e da distribuição relativa dos meios de circulação destinados às atividades cotidianas, as populações procuram por serviços que sejam mais acessíveis segundo suas possibilidades de deslocamento, ainda que tais serviços localizem-se em municípios vizinhos. Todavia, os repasses dos impostos (dos governos estaduais e da União) aos municípios não são realizados segundo os fluxos, mas segundo a geometria fixa do município (CATAIA e GALLI, 2008).

Quanto ao segundo fator, verifica-se que a especialização produtiva em flores e plantas ornamentais que se configura em Holambra, também é um elemento que torna mais complexa a vida de relações do município. A partir da década de 1980 (quando essa atividade obtém maior destaque na economia do município, devido à instalação do Veiling, importante cooperativa de comercialização), eleva-se a demanda por novas áreas de produção no campo, enquanto na cidade

a demanda é por áreas para a instalação de novas empresas e para a expansão da malha urbana. Contudo, a dimensão territorial holambrense de 64, 27 Km² passou a ser um fator limitante a essas demandas, que assim foram redirecionadas aos municípios vizinhos e proximidades.

O território holambrense encontra-se assim, diante de uma dinâmica de fluxos que não corresponde ao seu limite fronteiro, mas que é exigente de normas que o regule. A população de um lado necessita de serviços, enquanto de outro, as atividades econômicas requerem condições para a realização do processo produtivo. As necessidades externas e internas ao território somam-se em interesses diversos e conflitantes que cobram respostas da política municipal. Assim, entre a política do Estado e das empresas, Holambra elabora seu discurso de “desenvolvimento”, sendo o redesenho das fronteiras internas a proposta de materialização do discurso.

A pretensão de anexação de áreas ao território holambrense, não resolveria a transposição das fronteiras pelos fluxos, pois esses as extrapolam, mas, conforme mostra o Mapa 6.4, implicaria em praticamente dobrar sua atual extensão territorial e a partir disso se incluem outros fatores, sendo:

Primeiro, haveria um acréscimo populacional de aproximadamente cinco mil habitantes. O aumento da população constitui um elemento importante e é de acordo com Raffestin (1993) um trunfo do poder, uma vez que sua organização e distribuição no território são concebidas como recurso.

O fato de elevar o número de munícipes conseqüentemente enquadra Holambra em outra faixa percentual de arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios, ou seja, na captação de mais recursos financeiros¹⁹. Também representa o aumento no eleitorado e o aumento no número de vereadores, além de significar maior arrecadação de impostos, uma vez que, parte dessa população que passaria a pertencer a Holambra, reside em bairros urbanos que estão na fronteira com outros municípios.

¹⁹ O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é uma transferência constitucional prescrita no Art. 159, da Constituição Federal de 1988. O FPM é composto de 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados. A distribuição dos recursos aos Municípios é feita de acordo o número de habitantes. São fixadas faixas populacionais, cabendo a cada uma delas um coeficiente individual. O mínimo é de 0,6 para municípios com até 10.188 habitantes, e o máximo é 4,0 para aqueles acima de 156.216 habitantes (Tabela A em Anexo). A distribuição do FPM, a partir do montante arrecado, é feita da seguinte forma: 10% para as capitais; 86,4% para os municípios do interior e, 3,6% para os municípios do interior com mais de 142.633 habitantes (excluídas as capitais).

Segundo, com o novo recorte territorial, Holambra pretende ampliar sua extensão territorial até a Rodovia SP 340 (Campinas / Mogi Mirim) e, com isso, poderá acomodar mais empresas e ampliar a produção rural e, conseqüentemente, receber mais tributos, já que o atual recorte limita tais possibilidades. A atual localização de Holambra por não fazer divisa com a Rodovia SP 340, torna-se um obstáculo em dois sentidos: um, impede o município de caracterizar sua entrada com um Portal composto por um Moinho, típico da cultura holandesa e que sinalize de forma atrativa àqueles que por ali trafegam um convite para se conhecer Holambra. Dois, além disso, as áreas próximas à rodovia são mais valorizadas e preferenciais para a instalação de empresas por facilitar o fluxo de produtos e serviços.

Com uma extensão territorial de 64,27 Km², Holambra encontra-se com indisponibilidade de terras públicas e privadas que possam acomodar as necessidades dos produtores rurais, mas, sobretudo das empresas. Assim, a política municipal de Holambra procura por meio da ampliação de suas fronteiras, com a anexação de áreas, beneficiar-se também com a arrecadação de impostos. Conforme Santos (1996a, p. 110), “o orçamento urbano não cresce com o mesmo ritmo com que surgem as novas necessidades”.

Há, portanto, muitos fatores que incidem na viabilização da proposta de redesenho de fronteiras. No entanto, parte do poder político municipal que a elaborou, vale-se do discurso do desenvolvimento como medida de convencimento da sociedade ao propor que só se atingirão metas, com o aumento da área municipal. O discurso elaborado evidencia possibilitar àqueles que localizados próximos a Holambra, mas, distantes de seu município de origem, sejam acomodados com a nova fronteira. De fato, com essa ampliação fronteira, Holambra poderia atender com mais recursos à população vizinha que já usufrui seus serviços públicos, sem assim implicar no rateio desses, que lhe são próprios, com o atendimento alheio.

No entanto, tal discurso do desenvolvimento mascara outras intencionalidades que compõem objetivos particulares de grupos específicos. Assim, a intencionalidade contida nas propostas de divisão territorial e rearranjo de fronteiras de municípios e estados, partem de interesses políticos e de atores econômicos, cujo objetivo de acordo com o professor André Roberto Martin “é o poder econômico querendo se tornar poder político para ter mais poder

econômico”²⁰. Nesse sentido, de acordo com Furtado (2000), o discurso ideológico do desenvolvimento serve para legitimar interesses de alguns, já que à maioria soa como desnecessários.

São muitos os interesses particulares “travestidos” em interesses públicos. Enquanto o discurso do desenvolvimento elaborado pelas elites soa em benefício da população, pouco de fato chega à maioria, sendo uma consequência da maior parcela tomada por aqueles detentores do poder. No poder público municipal de Holambra, por exemplo, uma situação entre outras possíveis ilustra os interesses particulares sobre a coletividade.

Essa situação refere-se ao interesse do poder político municipal em anexar novas áreas ao município. Posto assim, o outro lado não aparece, mas ele diz respeito à remuneração dos vereadores de Holambra. A Constituição de 1988 menciona que os valores percentuais serão condizentes ao número populacional do município, conforme faixas classificatórias (Tabela B em Anexo). Dessa forma, a remuneração de vereadores que pertencem a municípios abaixo de 10 mil habitantes, será de no máximo 20 % do subsídio dos Deputados Estaduais. No entanto, se a população municipal ficar entre 10 mil e um e 50 mil habitantes, os vereadores passam a ter direito à no máximo 30 % do subsídio dos Deputados Estaduais e assim, por diante. Neste caso, anexar novas áreas a Holambra significa além de ampliar a fronteira, também elevar o número de habitantes (de 9.111 habitantes em 2007, para aproximadamente 14 mil com o acréscimo) e como consequência elevar o subsídio financeiro destinado aos vereadores.

Em Holambra as estratégias políticas vão ao encontro do uso econômico de seu território. Enquanto a proposta de anexação de áreas permanece arquivada na Assembléia Legislativa do estado de São Paulo, outras medidas políticas que visem atender os interesses econômicos do município estão sendo estimuladas. Aproveitando-se da especialização produtiva em flores e plantas ornamentais e das tradições culturais dos imigrantes holandeses, o poder público municipal procura qualificar Holambra também como cidade turística e assim, ampliar seu potencial competitivo.

A competição interlocal para Harvey (1993, p.08, in: SANTOS, 1999a, p.198), “não é apenas pela atração da produção, mas também pela atração de consumidores, através da criação

²⁰ Fala concedida em reportagem ao jornal “O Estado de S. Paulo” na data de 30 de junho de 2007. Verificar: BRANDT, Ricardo. Projetos para a criação de seis Estados podem inchar ainda mais Legislativos. O Estado de S. Paulo. Nacional, p. A4. Segunda-Feira, 30 de junho de 2007.

de um centro cultural, uma paisagem urbana ou regional agradável ou outro artifício”, o que justifica no atual período a *guerra dos lugares*.

O sistema capitalista na economia globalizada abrigou no campo e na cidade novas características de organização da produção e do trabalho. Nesse sentido, o Brasil adotou normas globalizantes da produção econômica constituindo uma situação de internacionalização do território e de maior racionalização das práticas econômicas (SANTOS, 2000b).

Segundo Farah (2003), os estados e municípios no quadro da globalização e da crise fiscal, encontram-se diante de duas situações, uma é a redução da ação do governo federal em diversas áreas em que este se desobriga da ação direta em diversos campos das políticas públicas, e outra quando o mesmo procura estimular a autonomia financeira de estados e municípios, transferindo parte do encargo para os governos subnacionais.

O município de Holambra reúne situações variadas que se encontram nesse novo contexto do federalismo brasileiro, sobretudo, o de enfrentamento das divisas político-administrativas pelo governo municipal perante os interesses internos e externos à sua fronteira, numa busca por alternativas que atendam aos interesses do lugar. Assim, a nova proposta de redivisão territorial proposta pelo município de Holambra vem conformar os usos do território, ou seja, em o mesmo ser o *locus* do *abrigo* e do *recurso* (SANTOS, 1997b e GOTTMANN, 1975). *Abrigo* na medida em que acomoda uma população requerente de serviços e como *recurso* no momento em que viabiliza seu território para o capital, ou seja, para atender os *circuitos espaciais produtivos*.

A forma como vem se dando a estrutura de acumulação capitalista por meio de uma globalização capitalista seletiva sobre o espaço, acentua as disparidades econômicas e sociais ao acelerar o processo de concentração econômica em pontos do espaço. A forma como o território brasileiro foi se organizando possibilitou a alguns lugares maiores infra-estruturas, instaladas em momentos diferentes em um processo que se estende ao momento atual. Assim, os meios de produção foram acumulando-se de forma a configurar e acentuar a diferenciação dos lugares. Tal diferenciação, empregada no atual período, é um instrumento atenuante das competições territoriais.

No estado de São Paulo percebe-se esta diferenciação dos lugares entre a capital, suas proximidades e em relação ao interior, tendo na capital e arredores a maior acumulação e difusão

das inovações. Em São Paulo houve desde o primeiro momento da mecanização do território, uma adaptação progressiva e eficiente dos objetos técnicos favoráveis aos interesses do capital.

A distribuição seletiva do meio técnico-científico-informacional tem se constituído acompanhando a desigual urbanização brasileira que reforça ainda mais a construção de uma sociedade dividida pelas diferenças territoriais. Também a renovação técnica que se implanta sobre o território, inscreve-se numa sociedade cada vez mais urbana que traz as marcas de projetos anteriores de modernização e, portanto, recriam-se clivagens entre classes, grupos e setores sociais. O contexto urbano acentua e torna mais perceptível as ocorrências de profundas cisões sociais mediadas pela acessibilidade favorecidas por cidades e regiões que no território nacional se difundiu a partir da *Região Concentrada*²¹, aquela dotada de infra-estruturas e das redes de informação que veiculam a revolução tecnocientífica.

²¹ A denominação - Região Concentrada – foi introduzida na literatura geográfica por Milton Santos e Ana Clara Torres Ribeiro (*O conceito de Região Concentrada*, Universidade Federal do Rio de Janeiro, IPPUR e Departamento de Geografia, mimeo, 1979). Essa região cobre os estados do Sul e do Sudeste e que desborda para o Centro-Oeste. Também configuram manchas em outras áreas do território nacional e se apresentam como pontos em todos os entes da Federação (estados e municípios).

7. A Região Concentrada e a dinâmica do circuito produtivo de flores e plantas ornamentais.

A Região Concentrada caracteriza-se pela densidade do sistema de relações que intensifica os fluxos de mercadorias, capitais e informações. Na região concentrada encontram-se uma diversidade de produtos e serviços mais especializados. A especialização produtiva dos lugares encontra na fluidez o aporte para a consolidação de circuitos produtivos compatíveis com as demandas de produção, distribuição, circulação e consumo de uma economia globalizada dos fluxos.

A manifestação de uma nova economia internacional depois da Segunda Guerra Mundial, com efeito, de acordo com Santos (1981, p. 11) apresentou, características como: internacionalização e multiplicação das trocas, preponderância da tecnologia e a concentração dela decorrente, solidariedade crescente entre os países (cooperação entre países industriais, domínio sobre os países subdesenvolvidos), modificações da estrutura e força de consumo.

Com o modo de produção capitalista, o espaço do homem tornou-se cada vez mais urbano e, o consumo diz Santos (2007), tornou-se tão contagiante que passou a representar um papel motor e perverso na sociedade atual, pois se estabelece em condições desiguais de distribuição. Assim, como afirmara Baudrillard (1995), da mesma forma que a concentração industrial resultou na produção crescente de bens, também a concentração urbana resultou no aparecimento ilimitado de necessidades.

Para Santos (1981) a força do consumo teve efeito significativo nos países subdesenvolvidos, por contribuir na atração dos homens para as cidades, mesmo nestas não havendo empregos permanentes suficientes para atender a demanda. Desse modo, a urbanização nos países subdesenvolvidos ocorreu de maneira diferente dos países industriais, sobretudo pela velocidade com que foi se estabelecendo, a exemplo da brasileira (Tabela 7.1).

De acordo com Santos (1996a, p.29), “entre 1940 e 1980, dá-se a verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira. Há meio século (1940), a taxa de urbanização era de 26,35%, em 1980 alcança 68,86%. Nesses quarenta anos, triplica a população do Brasil, ao passo que a população urbana se multiplica por sete vezes e meia”. A partir da década de 40, com a industrialização nacional, ampliou-se o processo de urbanização no Brasil. As novas atividades produtivas levaram ao deslocamento populacional do campo às cidades, e conseqüentemente a expansão urbana em todas as regiões brasileiras, (Tabela 7.2).

Tabela 7.1. Evolução da população urbana no Brasil.

Ano	População Total	População Urbana	Índice de Urbanização (%)	Índice de crescimento Populacional (%)	Índice de crescimento Urbano (%)
1900	17.438.434	-	-	-	-
1920	27.500.000	4.552.000	16,55	43,08	-
1940	41.326.000	10.891.000	26,35	33,46	41,79
1950	51.944.000	18.783.000	36,16	25,70	72,46
1960	70.191.000	31.956.000	45,52	35,13	70,13
1970	93.139.000	52.905.000	56,80	32,69	65,55
1980	119.099.000	82.013.000	68,86	27,87	55,02
1991	150.400.000	115.700.000	77,13	20,81	29,22
2000	169.799.170	145.800.000	85,87	12,90	20,64
2006	186.119.238	165.832.920	89,10	9,61	13,74

Fontes: BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES (2004); OLIVEN (1980) e IBGE: Censos Demográficos de 1940 a 2000 e, estimativa da população maio/2006.

Elaboração: Telma Batalioti Galli.

Tabela 7.2. Índice de urbanização – Brasil e regiões.

Região	Índice de urbanização (%)							
	1950	1960	1970	1980	1991	1996	2000	2006
Sudeste	44,5	57,3	72,7	82,8	88,0	89,3	90,5	92,1
Sul	29,5	37,5	44,3	62,4	74,1	77,2	80,9	82,0
Nordeste	26,4	34,2	41,8	50,4	60,6	65,2	69,0	71,5
Centro-Oeste	24,4	37,1	48,0	67,7	81,2	84,4	86,7	86,3
Norte	31,5	35,5	45,1	51,6	59,0	62,4	69,8	73,5
Brasil	36,1	45,5	56,8	68,8	77,1	78,4	85,8	89,1

Fonte: Censos Demográficos de 1950 a 2000; Contagem da população 1996 e estimativa da população maio/2006. In: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/popul/default>.> Acesso em 11/02/08.

Elaboração: Telma Batalioti Galli.

Também aponta Castro (2005), que a população brasileira cresceu no período entre 1970 e 2000 cerca de 76 milhões de habitantes, ao passo que com relação ao processo de urbanização a população nas cidades foi acrescida de 85 milhões de habitantes, ou seja, urbanizou-se mais do que efetivamente cresceu a população. Essa realidade conduziu a demanda de novos usos do território brasileiro.

No território brasileiro, os estados do Rio de Janeiro e São Paulo cumprem papel importante no processo de modernização a partir de suas capitais que condicionaram a formação de uma Região Concentrada. Entre São Paulo e Rio de Janeiro desde 1930 já havia disputa territorial, sobretudo por infra-estruturas, sendo a partir de 1940, mais favorável à primeira cidade. No estado de São Paulo, conforme Monbeig (1984), a expansão da cultura cafeeira

acompanhada da estrada de ferro e de companhias colonizadoras, impulsionou a modernização no estado de São Paulo, sendo também determinante na hierarquia urbana da capital e cidades do interior. Também, associada à industrialização e devido ao equipamento técnico do território, há a formação de um mercado nacional para torná-lo mais integrado, e assim, ampliou-se a vida de relações e o consumo, e conseqüentemente a intensificação do processo de urbanização.

No estado de São Paulo, sobretudo a partir da década de 1940, a concentração da indústria e a modernização do campo possibilitaram a formação de uma complexa divisão do trabalho que exerceu influência sobre a migração da população do campo para a cidade, caracterizando o crescimento demográfico ao longo das décadas, com destaque para o próprio município de São Paulo (Tabela 7.3).

Tabela 7.3. Evolução da população total, rural e urbana do município de São Paulo.

Ano	População Total	População Rural	População Urbana	Índice de urbanização
1940	1.326.261	67.779	1.258.482	94,9
1950	2.198.096	145.954	2.052.142	93,4
1960*	3.781.446	-	-	-
1970	5.924.615	51.759	5.872.856	99,1
1980	8.493.226	155.985	8.337.241	98,2
1991	9.646.185	233.291	9.412.894	97,6
2000	10.405.867	621.065	9.813.187	94,0
2008	10.990.249	-	-	-

* Os dados do Censo de 1960 não permitem a identificação da população rural e urbana.

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1940 a 2000. IBGE/DPE/COPIS – Estimativa da população 01/07/2008.

Elaboração: Telma Bataliotti Galli.

Conforme Silva (2001, p. 57), “A tendência à concentração no município de São Paulo das sedes de empresas financeiras, industriais e de serviços, anunciada no início do século XX, se confirma com a industrialização”. A partir de 1960 a ascensão de São Paulo como primeira praça financeira, fez com que o Rio de Janeiro perdesse a primazia de manter a produção de ordens no território brasileiro, bem como, do comando dos fluxos financeiros, passando São Paulo a ser centro do comando da economia e do território nacional (SILVA, 2001).

Silva (2001), ao analisar o potencial de concentração da indústria em São Paulo em relação a outras unidades da Federação, constatou sua importância como centro de decisões econômicas, tendo em vista a localização de mais de 50% das sedes das 500 maiores empresas privadas até 1995 presentes no estado e, em particular, no município de São Paulo. Tal

participação revela a geografia do poder econômico em território nacional, bem como, aponta para a força política de São Paulo como paralela às funções políticas de Brasília, por ser centro também das decisões sindicais, entre outras organizações e da administração privada.

A maior concentração industrial em algumas regiões potencializou a convergência de fluxos migratórios para as mesmas, atraídos pelo aumento substancial do emprego e onde se gestava a formação das regiões metropolitanas²². A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)²³ é herdeira dessa consolidação da industrialização brasileira. O emprego industrial e a renda gerada naquele período criaram inúmeras atividades econômicas e novas ocupações urbanas, fundamentais para a formação do mercado de trabalho e consumo da RMSP (ARAÚJO, 2001).

A RMSP principal região brasileira de produção industrial, tornou-se também centro político de organização de diversos agentes sociais: trabalhadores, empresários, intelectuais e políticos. No decorrer da década de 1990, a RMSP se configura como principal centro terciário do país.

A concentração do sistema bancário na região potencializou e induziu a criação e o desenvolvimento de novas atividades de serviços – principalmente ligadas às novas tecnologias de informação e à gestão de negócios empresariais e financeiros. A reestruturação tecnológica e as transformações estruturais aprofundaram-se no sentido da constituição de uma metrópole de serviços (ARAÚJO, 2001, p. 21).

²² A definição de Região metropolitana no Brasil é regida por lei estadual. A Constituição Federal em seu artigo 25, parágrafo 3º estabelece: "Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum" (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988).

²³ A RMSP teve sua primeira definição legal em 1967 mediante os Decretos Estaduais números 47.863 de 29/03/1967; 48.162 e 48.163 de 03/07/1967, ano em que foi oficialmente estabelecida a divisão do estado em regiões administrativas. A Constituição do Estado de São Paulo de 1989 define região metropolitana no artigo 153 em seu § 1º como: "o agrupamento de Municípios limítrofes que assumam destacada expressão nacional, em razão de elevada densidade demográfica, significativa conurbação e de funções urbanas e regionais com alto grau de diversidade, especialização e integração sócio-econômica, exigindo planejamento integrado e ação conjunta permanente dos entes públicos nela atuantes". A RMSP reúne 39 municípios: Arujá, Barueri, Biritiba-Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapevi, Itapeçerica da Serra, Itaquaquecetuba, Jandira, Jequitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana do Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, São Paulo, Suzano, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista.

Desse momento em diante, de acordo com Santos (1994b, p. 151), “São Paulo passa a ser a área polar do Brasil, não mais propriamente pela importância de sua indústria, mas pelo fato de ser capaz de produzir, coletar, classificar informações, próprias e dos outros, e distribuí-las e administrá-las de acordo com seus próprios interesses”. As potencialidades criadas para a fluidez territorial qualificam esse território, tornando-o mais atrativo às atividades produtivas e por isso encontra-se no estado de São Paulo uma maior divisão interurbana do trabalho. Se de um lado São Paulo concentra população e serviços mais especializados, de outro, se torna um grande mercado consumidor requerente de produtos de outros lugares.

A partir da década de 1970, a região de Campinas apresenta relevante expansão industrial no interior do estado de São Paulo. A sua situação geográfica que engloba a proximidade com o município de São Paulo, uma densa infra-estrutura de transportes, um sofisticado sistema de ciência e tecnologia, disponibilidade de mão-de-obra qualificada, propiciaram à Região Metropolitana de Campinas (RMC)²⁴ o acolhimento de parcelas significativas de diversos circuitos espaciais produtivos. Essas densidades de materialidades permitiram a ligação da RMC com outras regiões produtoras de matérias-primas, mercados consumidores e terminais de exportação. A RMC é, portanto, um exemplo importante das transformações sócioespaciais ocorridas no estado de São Paulo no atual período.

As regiões (Metropolitana de São Paulo e a Metropolitana de Campinas), no processo de intensa modernização agrícola, desenvolvimento industrial e desenvolvimento tecnológico pelo qual foram se constituindo, vêm abrigando um intenso e crescente contingente populacional (Tabela 7.4).

Tabela 7.4. Evolução da população total das Regiões Metropolitanas: RMC e RMSP.

Anos	Região Metropolitana de Campinas (RMC)	Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)
1970	680.826	8.139.730
1980	1.276.755	12.588.725
1991	1.866.025	15.444.941
2000	2.338.148	17.878.703
2004	2.526.619	18.862.115
2007	2.633.523	19.618.060

Fonte: EMPLASA (Empresa Paulista de Planejamento Urbano) In: <<http://www.emplasa.sp.gov.br>> Acesso em 03/10/2008.

Organização: Telma Batalioti Galli.

²⁴ A RMC foi criada em 19 de junho de 2000, por meio da Lei Complementar número 870. É composta por 19 municípios: Americana, Arthur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

Em regiões de grande adensamento técnico, científico, informacional e também populacional é que se desenvolve o intercâmbio necessário à circulação de produtos e capitais de um lado, enquanto de outro, produz também a segregação social e espacial nas cidades. A urbanização, neste contexto, se apresenta como fenômeno territorial expressivo e condicionante da divisão territorial e social do trabalho, requalificando e criando constantemente espaços que sirvam aos reclames dos novos usos do processo produtivo e do consumo. O crescimento da aglomeração urbana está relacionado à acumulação capitalista, que por sua vez, incide na diminuição do tempo de produção e no tempo de circulação do próprio capital (LOJKINE, 1981).

Em decorrência das tendências mundiais de interação e comunicação, emergem exigências tanto ao Estado quanto ao setor privado, pela produção de fluidez ou, como chamou Santos (1999a, p. 221), de *alargamento dos contextos*. As novas possibilidades de fluidez ampliam a expansão do intercâmbio e conseqüentemente a expansão territorial de processos como a circulação de produtos, capital, serviços e informação. “Mas, enquanto os processos modernos de produção se espalham por todo o Planeta, a produção se especializa regionalmente” (SANTOS, 1996b, p. 46).

Neste período, eleva-se a eficácia do uso do território como já previa Marx, amplia-se a *área* da produção, ao passo que a *arena* da produção se reduz. Para Santos (1994b, p.144), isto é, a produção, considerada em todas as suas instâncias (distribuição, circulação e consumo), abrange áreas maiores do território, ao passo que o processo produtivo direto se dá em áreas cada vez menores, pois, potencializam-se os espaços destinados a produção propriamente dita, reduzindo-se a arena.

Na região concentrada, a modernização do território se dá com uma adaptação progressiva e mais eficiente aos interesses do capital hegemônico, tornando-a a área com maior expansão dos fixos e dos fluxos. São nessas localidades que se encontram instaladas as instâncias da sociedade econômica, isto é, a produção propriamente dita: a circulação, a distribuição e o consumo (SANTOS, 1988). Também são nessas localidades onde o território encontra-se mais equipado em sistemas de objetos e ações, oferecendo maiores condições de abrigo para as especializações produtivas.

A organização pela qual se estabelece a especialização produtiva em flores e plantas ornamentais, em Holambra, se insere no contexto da nova urbanização brasileira, onde os

sistemas de objetos e ações se estabelecem por vetores verticais fundados na racionalidade das práticas hegemônicas, cujo nexos atual é a informação. Mesmo não sendo a floricultura uma *commodity*, ela se revela uma cultura exigente de modernização compatível à sua complexidade classificatória em variedade de produtos e que, portanto segue as orientações do mercado global. Essa variedade de produtos para efeito de identificação e comercialização encontra-se classificada segundo duas nomenclaturas, uma brasileira: Nomenclatura Brasileira de mercadorias (NBM) utilizada até o ano de 1996 e, outra a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM), empregada a partir de 1996 para unificar as informações entre esses os países participantes deste grupo, sendo esta última utilizada por nós neste trabalho, (Quadro 7.1).

Holambra equipou seu território para atender as demandas exigidas por essa especialização produtiva, da produção a comercialização, envolvendo um complexo *circuito espacial da produção* (pressupõe a circulação da matéria: fluxos materiais, envolvendo todas as etapas do processo de produção de um produto, desde o começo até chegar ao consumo final) e seu correspondente *círculo de cooperação* (pressupõe a circulação da comunicação: fluxos imateriais como informações, finanças, ordens, *marketing* e outros) (SANTOS, 1996b). Parcelas significativas de todo o circuito espacial produtivo de flores e plantas ornamentais encontram-se instaladas no estado de São Paulo, o que o torna maior produtor, consumidor e exportador dessa cultura no conjunto do território nacional.

Segundo Elias (1996), desde 1980 o interior do estado de São Paulo apresenta um dos maiores desenvolvimentos econômicos do país, em grande parte devido à modernização de sua produção agropecuária e a sua já então significativa urbanização quando da aceleração contemporânea.

O estado paulista concentrou uma parte muito importante de todos os recursos científico-técnicos e financeiros voltados para o setor no país. É também neste estado que se encontra a maior parte das indústrias produtoras de insumos modernos para a agricultura, assim como o maior complexo parque de agroindústrias (ELIAS, 1996, p.33).

A consolidação da cultura de flores e plantas ornamentais é uma das atividades econômicas que encontrou no estado de São Paulo as condições primeiras e necessárias para seu estabelecimento. Ainda assim, mais que a implantação dos macrossistemas técnicos, o cultivo

florícola necessita de benfeitorias no *lôcus* da produção como a implantação de sistemas de irrigação, estufas e câmaras frias. Todo esse aparato técnico, científico e informacional, disponível em São Paulo, juntamente com a organização cooperativista instalada nos principais lugares da produção desses produtos, a exemplo de Holambra, conduziu o estado de São Paulo com destaque no conjunto do território nacional na produção de flores e plantas ornamentais.

Quadro 7.1. Código e descrição das plantas vivas e produtos de floricultura segundo a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM)*.

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO
06.01	Bulbos, tubérculos, raízes tuberosas, rebentos e rizomas, em repouso vegetativo, em vegetação ou em flor; mudas, plantas e raízes, de chicória, exceto as raízes da posição 12.12
0601.10.00	Bulbos, tubérculos, raízes tuberosas, rebentos e rizomas, em repouso vegetativo
0601.20.00	Bulbos, tubérculos, raízes tuberosas, rebentos e rizomas, em vegetação ou em flor; mudas, plantas e raízes de chicória
06.02	Outras plantas vivas (incluídas as suas raízes), estacas e enxertos; micélios de cogumelos.
0602.10.00	Estacas não enraizadas e enxertos
0602.20.00	Árvores, arbustos e silvados, de frutos comestíveis, enxertados ou não
0602.30.00	Rododendros e azaléias, enxertados ou não
0602.40.00	Roseiras, enxertadas ou não
0602.90	Outros
0602.90.10	Micélios de cogumelos
0602.90.2	Mudas de plantas ornamentais
0602.90.21	De orquídea
0602.90.29	Outras
0602.90.8	Outras mudas
0602.90.81	De cana-de-açúcar
0602.90.82	De videira
0602.90.83	De café
0602.90.89	Outras
0602.90.90	Outras
06.03	Flores e seus botões, cortados para buquês ou para ornamentação, frescos, secos, branqueados, tingidos, impregnados ou preparados de outro modo.
0603.10.00	Frescos
0603.90.00	Outros
06.04	Folhagem, folhas, ramos e outras partes de plantas, sem flores nem botões de flores, e ervas, musgos e líquens, para buquês (ramos*) ou para ornamentação, frescos, secos, branqueados, tingidos, impregnados ou preparados de outro modo.
0604.10.00	Musgos e líquens
0604.9	Outros
0604.91.00	Frescos
0604.99.00	Outros

*Em nosso trabalho ao referirmos ao cultivo de flores e plantas ornamentais, estaremos nos valendo do conjunto de plantas vivas e produtos de floricultura pertencente à nova nomenclatura, ou seja, a NCM (Quadro 7.1), uma vez que a NBM foi empregada até 1996, diferenciando-se da atual em seu conjunto de informações. Ambas, no entanto referem-se aos dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior.

Fonte: <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/default.asp>

O estado de São Paulo exporta mais de 70% dos produtos da floricultura (Tabela 7.5). Ainda assim, a exportação brasileira é pouco representativa com relação à produção nacional. De acordo com O IBGE (2004, p. 67) “a produção nacional de flores e plantas ornamentais, em 1995/1996, mal dava para atender á demanda interna, e o Brasil exportava o equivalente a menos de 1% do comércio internacional deste segmento”. No ano de 2002 de acordo com IBGE (2004), o valor exportado não alcançou o patamar de 5% da produção brasileira estimada em US\$350 milhões.

Tabela 7.5. Ranking dos estados brasileiros exportador de plantas vivas e produtos de floricultura entre 2002 a 2008.

ESTADOS	ANOS						
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
São Paulo	76,73	75,75	77,38	73,67	68,43	71,83	71,61
Rio Grande do Sul	11,40	9,31	7,40	7,82	8,41	6,56	6,63
Minas Gerais	7,82	8,82	6,11	5,21	5,12	4,35	3,99
Ceará	0,37	1,32	5,66	10,69	14,79	14,15	13,71
Santa Catarina	2,09	1,03	1,29	0,65	0,90	1,27	1,48
Pará	0,91	2,03	1,02	1,02	0,99	0,57	1,12
Pernambuco	0,08	0,14	0,32	0,18	0,18	0,18	0,23
Mato Grosso do Sul	0,03	0,24	0,26	0,33	0,26	0,26	0,17
Alagoas	0,14	0,20	0,23	0,40	6,46	0,23	0,03
Paraná	-	0,04	0,22	0,03	0,02	0,06	0,13
Rio de Janeiro	0,25	0,10	0,03	0,14	0,09	0,39	0,21
Bahia	0,02	0,01	-	-	-	-	-
Goiás	0,02	0,01	0,01	-	-	-	-
Distrito Federal	0,02	-	-	0,05	0,01	0,01	-
Rio Grande do Norte	-	-	-	-	-	-	0,59
Outros	0,13	1,00	0,07	0,34	0,10	0,7	0,7
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Elaboração: Telma Bataliotti Galli.

Fonte: <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/default.asp>

A concentração da produção e da comercialização de flores e plantas ornamentais confere ao estado de São Paulo, a posição de liderança comercial, tanto nas exportações como nas importações frente aos demais estados (Tabela 7.6). A adaptação territorial (por técnicas e normas) contribuiu para a acomodação do circuito espacial da produção de flores e plantas ornamentais, tornando o estado de São Paulo maior produtor e consumidor dos produtos desse cultivo no mercado brasileiro. Técnica e política se complementam. A Primeira caracteriza os elementos que formam as composições necessárias a produção e, a segunda, indica os setores a serem privilegiados com a organização da produção.

Tabela 7.6. Exportação e importação US\$ FOB* (milhões), de plantas vivas e produtos de floricultura por estado brasileiro entre 1996 e 2008.

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA		IMPORTAÇÃO BRASILEIRA	
ESTADO	US\$ FOB	ESTADO	US\$ FOB
São Paulo	191.808.701	São Paulo	33.578.751
Rio Grande do Sul	25.858.161	Rio Grande do Sul	14.134.301
Ceará	21.784.738	Paraná	7.153.220
Minas Gerais	18.183.563	Ceará	2.255.277
Santa Catarina	4.167.116	Rio Grande do Norte	1.505.222
Pará	2.663.106	Bahia	908.984
Rio de Janeiro	686.294	Santa Catarina	908.263
Alagoas	564.970	Rio de Janeiro	465.458
Mato Grosso do Sul	456.970	Distrito Federal	337.914
Pernambuco	415.097	Minas Gerais	266.724
Rio Grande do Norte	211.218	Amazonas	181.791
Paraná	208.094	Espírito Santo	162.048
Espírito Santo	85.778	Pernambuco	144.874
Distrito Federal	51.179	Paraíba	68.330
Mato Grosso	15.366	Mato Grosso	16.790
Bahia	11.688	Rondônia	3.773
Goiás	7.772	Pará	2.468
Amazonas	1.003	Goiás	671
		Mato Grosso do Sul	240

*Refere-se às taxas de embarque, normalmente a cargo do comprador.

Fonte: <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br>

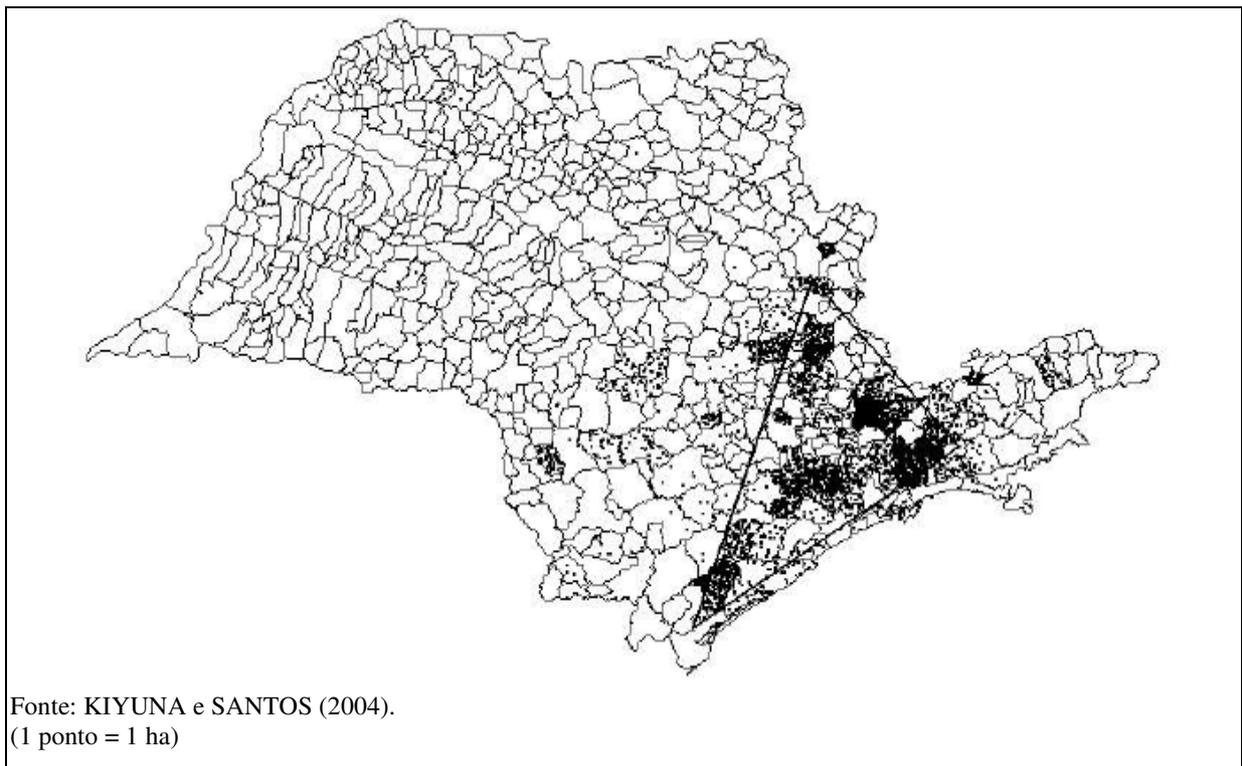
Elaboração: Telma Batalioti Galli.

Segundo Aki (2004a), tomando como base o ano de 2000, o estado de São Paulo possuía 3.434 pontos de vendas de flores e plantas, sendo mais da metade da região sudeste com 6.033, ou o equivalente a 31,21% do total referente ao Brasil, com 11.000 postos de vendas. Com relação à produção, em 2000, São Paulo possuía 2.519 hectares sendo cultivados com flores e plantas ornamentais, a Região Sudeste, 2.789 hectares e, o Brasil 4.953 hectares. Em se tratando do valor da produção em reais também para o ano de 2000, o estado de São Paulo comercializou 335.512 (mil), a Região Sudeste 365.912 (mil) e, o Brasil 500.502 (mil), (AKI, 2004a).

Ainda quando falamos nesta centralidade de São Paulo para esta atividade produtiva, é importante destacar que apenas parte de seu território é representativa, (Mapa 7.1). A produção comercial dessa cultura desenvolveu-se em torno do centro consumidor, a cidade de São Paulo. A produção do estado de São Paulo está concentrada em 20 municípios, reunidos em seis regiões produtoras: Holambra (Holambra, Santo Antônio da Posse, Mogi Mirim e Arthur Nogueira), Atibaia (Atibaia, Bragança Paulista, Mairinque e Piracaia), Campinas (Campinas, Indaiatuba,

Monte Mór, Hortolândia e Limeira), Dutra (Arujá, Mogi das Cruzes e Salesópolis), Paranapanema (Holambra II) e Vale do Ribeira (Registro, Pariquera-Açu e Iguape). O estado de São Paulo é responsável por cerca de 70% da produção do País. Somente o estado de São Paulo consome quase 50% desta produção e, se somado o consumo da região sudeste este porcentual é de 85% (VENCATO, 2007, p. 23). O que não consome, o estado de São Paulo exporta.

Mapa 7.1. Distribuição da floricultura paulista em 2003.



O desenho da produção em São Paulo acompanha principalmente a formação de dois núcleos de imigrantes, os holandeses e os japoneses. Os produtores de origem holandesa iniciaram-se na floricultura a partir da área de produção da CAPH que hoje é o município de Holambra, expandindo-se em torno dos municípios vizinhos como Artur Nogueira, Jaguariúna, Mogi Mirim, Mogi-Guaçu e Santo Antônio de Posse. Os produtores de origem japonesa iniciaram a produção de flores em Atibaia, expandindo-se em direção à Bragança Paulista, Piracaia, Mogi das Cruzes, Itaquaquecetuba e Arujá.

O mapa 7.1, elaborado pelos autores Kiyuna e Santos (2004), apresenta a distribuição da floricultura paulista em hectares, cuja concentração é destacada pelos autores na forma de um triângulo. Essa distribuição dos hectares, embora caracterize ainda uma concentração da produção, ela começa a se espalhar para o interior, na medida em que no território se estabelecem mais materialidades (estradas, pontes, silos, terra arada, maquinário, veículos, sementes especializadas, fertilizantes, pesticidas etc.) e projetos de apoio governamental, o que resulta tanto no aumento da área da produção como no volume de produtos.

A comercialização, mesmo com maior tendência ao “espraiamento” da produção, é marcadamente centralizada no estado de São Paulo, em particular em Holambra, Campinas e na cidade de São Paulo. A produção por outro lado, vem beneficiando-se das possibilidades técnicas, organizacionais e de fluidez informacional dissociando-se da comercialização. Em grande parte a comercialização *on-line*, libera a produção propriamente dita, de passar pelo agente de comercialização, senão como informação e, isso despertou o interesse de outras regiões do país por este setor. A expansão da floricultura para outros estados no território nacional foi exigente não só de infra-estruturas, mais também da atuação da esfera governamental e institucional.

A consolidação da especialização em flores e plantas ornamentais que se dá em Holambra acompanha, portanto, além das condições do período, também as demandas do mercado consumidor. As relações que são criadas entre Holambra e as outras cidades de maior aglomeração urbana como Campinas, São Paulo e Rio de Janeiro, com efeito, vão ao encontro com as novas formas de informação e de consumo mediadas pela acessibilidade. Holambra busca nas maiores aglomerações o mercado consumidor, além de produtos e serviços quantitativa e qualitativamente mais diversificados.

A conjunção das condições históricas de formação de Holambra com o aparato das novas possibilidades técnicas, científicas e informacionais, materializadas e dispostas mais intensamente na cidade de São Paulo, beneficiou Holambra também pela proximidade entre as duas localidades. Holambra, assim, tem tido ao longo de seu processo histórico de formação, papel central nas atividades desenvolvidas com a especialização produtiva no setor de flores e plantas ornamentais, se posicionando e projetando o estado de São Paulo à frente outros entes federativos.

8. A consolidação da especialização em flores e plantas ornamentais no estado de São Paulo: da concentração da produção à comercialização.

É notório que conseqüências econômicas do desenvolvimento da indústria e do comércio, bem como, conseqüências e origens não-econômicas como a ampliação demográfica, o tempo de vida das pessoas e a gradual inversão da sociedade rural ao longo da história para uma sociedade urbana, contribuíram para além da ascensão do consumo – para o fenômeno do consumo. O consumo, no entanto, é reflexo do *fenômeno humano* (SANTOS, 1996b) que é dinâmico. Esse dinamismo se expressa qualitativa e quantitativamente na transformação constante do *espaço habitado* (SANTOS 1996b).

Para Souza (1995, p. 03),

Hoje, tudo se transforma em mercadoria e quanto mais desenvolvidas as capacidades técnicas de produção, mais se intensifica a polaridade entre escassez e abundância, ou seja, uma absoluta regulação entre demanda e necessidade. (...) No mundo da globalização, cujo paradigma é o mercado, abundância e escassez se constituem em moeda indispensável. É nesta perspectiva que se pode falar em *escassez produzida*.

A mudança no paradigma de consumo aponta para a forma como a sociedade se relaciona com o objeto ou mercadoria indo além do consumo de necessidade do produto, para o consumo de demandas e de representações²⁵, ao produzirem-se demandas e não necessariamente necessidades. A mudança de paradigma está em deixar de “consumir para viver” para “viver para consumir”. Como aponta Baudrillard (1995, p.20), “encontramo-nos todos em pleno foco do consumo enquanto organização total da vida cotidiana”.

No Brasil, a partir de 1950, o processo de urbanização contribuiu para o desenvolvimento de um mercado consumidor cada vez mais amplo e exigente e, despertou para a demanda da produção em escala comercial de uma diversidade de produtos, incluindo-se flores e plantas ornamentais. A produção que era comercializada em praças no centro da cidade do Rio de Janeiro

²⁵ Os modos de consumo passaram da subsistência de satisfação das necessidades primárias (comer e respirar, por exemplo) para um consumo que foi se tornando conceitual onde a necessidade de consumir não se encontra necessariamente no uso do produto, mas sim nos valores atribuídos a ele, em sua representação, que por sua vez mostram-se mais necessários que o próprio produto. A isso Marx (1988) chamou de *fetichismo da mercadoria*, Baudrillard (1991) tempos mais tarde chamou de *simulacro e simulação*, ou ainda nas colocações de Haug (1997) seria a *estética da mercadoria*.

e no mercado de flores no Pacaembu em São Paulo, com as novas possibilidades de expansão mercado florícola, exigiu sua organização.

A inauguração em 1969 do Mercado de Flores na Companhia de Entrepósitos Gerais de São Paulo (CEAGESP) se constituiu em evento importante para o dinamismo da floricultura. Em 1989 a criação do Veiling Holambra com a implantação do leilão como sistema de comercialização, ocasionou maior profissionalização da atividade florícola, que foi acompanhada da necessidade de aprofundamento técnico-científico a ser aplicado neste cultivo.

Silveira (2007) aponta que devido a floricultura no Brasil ter sido, durante muito tempo, desenvolvida paralelamente a outras atividades agrícolas, e, muitas vezes ser considerada como destinada à “produção de material supérfluo”, a pesquisa nacional ainda é muito incipiente. A floricultura como disciplina acadêmica, apenas a partir de 1986 passou a ser oferecida obrigatoriamente no currículo das Faculdades de Agronomia do país.

Para Oliveira e Brainer (2007), essa atividade é frágil de estudos, pesquisas e informações tecnológicas referentes aos diversos aspectos produtivos, primeiro por ser uma atividade de recente dinamismo e segundo, pela diversidade de espécies envolvidas tanto as de características subtropicais como as tropicais.

Diferentemente da Holanda que realiza pesquisas com plantas originárias de diversas regiões do globo (em melhoramento de espécies e em sua adaptação), no Brasil, apenas recentemente ocorreu o interesse de instituições de ensino e pesquisa por essa cultura, despertadas pela importância que vem assumindo no mercado. A partir, sobretudo da década de 1990, é que a floricultura eleva os interesses acadêmicos (com o desenvolvimento de pesquisas) e econômicos, para os quais o papel das instituições e da ação do Estado se mostrou mais atuantes.

A partir de 1993, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, através da implantação do Programa de Apoio à Produção e Exportação de Frutas, Hortaliças, Flores e Plantas Ornamentais (FRUPEX), fomentou esta cultura, sobretudo no sentido de ampliar as exportações brasileiras.

Conforme o IBGE (2004), com base nos dados do Censo Agropecuário 1995-1996, embora a produção florícola brasileira seja pequena em relação ao setor agropecuário (o que corresponde à apenas 0,12% da área agropecuária cultivada e uma receita de R\$188.114.000, ou

0,43% da receita da agropecuária nacional investigada), ela pode ser significativa para a economia do país, porque as flores e plantas ornamentais são produtos com alto valor agregado e abrangem em geral pequenas áreas de cultivo, ou seja, em torno de 10 a menos de 100 hectares, ao passo que são também exigentes em uso de tecnologia da produção à comercialização. O uso de eletricidade, por exemplo, está associada à necessidade de irrigação, iluminação artificial de estufas, exaustores, climatizadores, câmaras frias, entre outras práticas que dependem de energia elétrica. Tais aplicações apontam para o grau de especialização no cultivo de flores e plantas ornamentais buscando maior produtividade e qualidade.

Outro aspecto importante do cultivo de flores e plantas ornamentais no Brasil refere-se ao número de “pessoas ocupadas”. De acordo com o IBGE (2004), com base no Censo Agropecuário de 1995-1996, enquanto o setor agropecuário brasileiro apresentava uma média de 3,7 pessoas ocupadas por estabelecimento, a atividade florícola apresentava ocupação média de 7,3 pessoas. Isso decorre das próprias condições de produção, cujos cultivos, são de ciclos geralmente curtos que demandam constante acompanhamento. Para Silveira (2007), a presença de empregado permanente se deve ao fato do produtor precisar atender às demandas e cuidados decorrentes do cultivo, também por ser esta cultura altamente competitiva e exigente quanto à utilização de tecnologias avançadas. Também com relação à receita, o cultivo de flores e plantas apresentou rendimentos de 5,85 vezes maiores que a receita média dos estabelecimentos agropecuários em geral (IBGE, 2004).

A importância do estado de São Paulo, no que diz respeito às pessoas ocupadas diretamente na produção nos estabelecimentos agropecuários com floricultura é significativa. “Dos seis municípios brasileiros que detinham 500 ou mais pessoas ocupadas na produção de flores e plantas ornamentais, cinco deles estão em São Paulo, sendo que dois deles, Holambra e Atibaia, apresentavam, nessa ordem, 2.455 e 2.238 pessoas ocupadas” (IBGE, 2004, p.57).

Em Holambra, de acordo com IBGE (2004), as pessoas ocupadas com a floricultura em 1995-6, representavam cerca de 36,90% de sua população. Com relação à receita *per capita* dos holambrenses com a venda de flores e plantas ornamentais, no geral de R\$ 4.995,53, estava em 1996 entre os maiores índices no conjunto nacional (IBGE, 2004). “Esses resultados confirmam o município de Holambra como o principal pólo nacional na produção de flores e plantas ornamentais” (IBGE, 2004, p. 55).

Enquanto, no Brasil a redução de postos de trabalho agrícola tem sido uma tendência, sobretudo em função da inserção no campo das novas tecnologias que liberam a mão-de-obra, a agropecuária em Holambra é o setor da economia que mantém o maior número de pessoas ocupadas com relação às atividades de ocupação urbana. Em Holambra a agropecuária se destaca com o emprego em média de 50% dos vínculos empregatícios, sendo nos últimos anos também o setor que mais emprega mulheres. A agropecuária holambrense quando comparada aos demais setores econômicos, apresenta a menor faixa de rendimento tanto para mulheres como para homens, embora em todos os setores os homens obtenham os melhores rendimentos, à exceção dos dois últimos anos na construção civil (Tabela 8.1).

Tabela 8.1. Holambra: Vínculos empregatícios e média de rendimentos para homens e mulheres, segundo setor econômico.

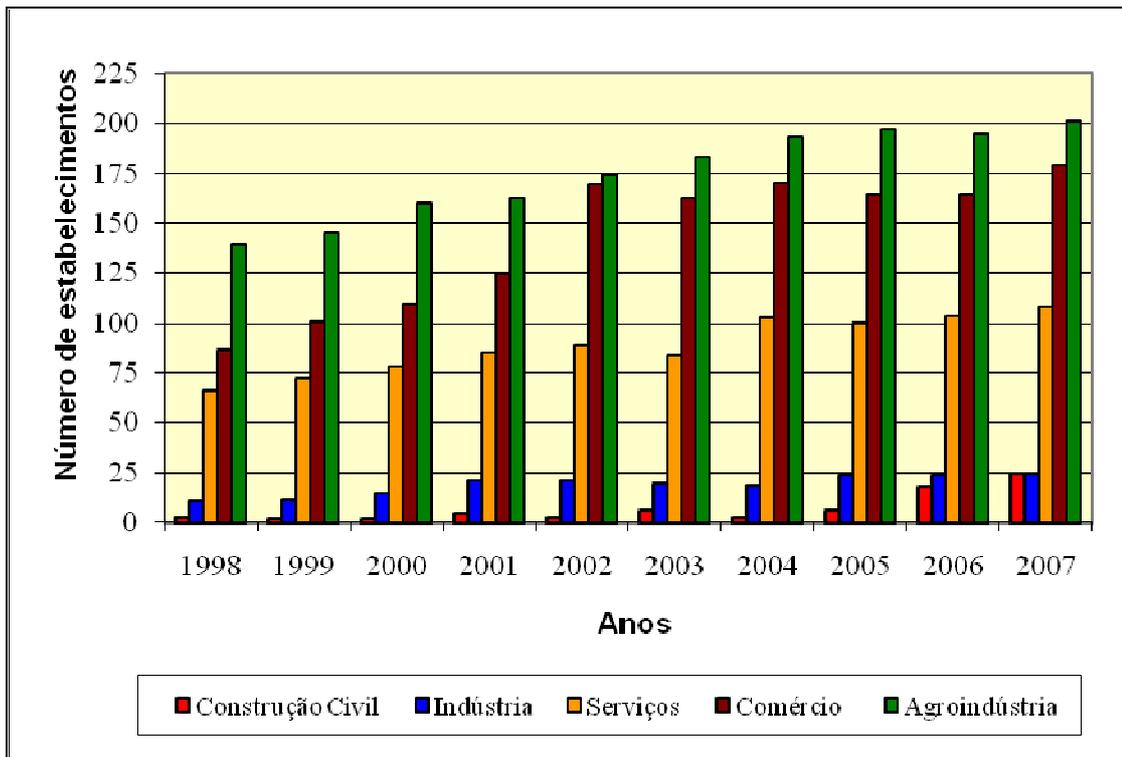
Setor Econômico	Vínculos empregatícios / rendimentos para homens e mulheres	ANOS								
		1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Construção Civil	Vínc. Emp. H	10	16	40	30	36	16	19	149	93
	Vínc. Emp. M.	1	1	4	4	5	4	2	13	11
	Rend. Médio H.	526,33	539,72	612,95	625,89	718,48	811,51	753,95	400,29	541,64
	Rend. Médio M.	288,00	288,00	333,00	423,50	476,83	509,09	529,50	1.337,81	1.652,00
Indústria	Vínc. Emp. H	195	212	519	549	564	645	654	654	681
	Vínc. Emp. M.	29	24	114	129	132	134	174	171	196
	Rend. Médio H.	804,51	767,33	857,05	906,31	1.042,10	1.047,39	1.123,06	1.113,95	1.237,62
	Rend. Médio M.	475,09	474,32	668,76	695,49	840,11	849,02	829,07	875,49	895,46
Serviços	Vínc. Emp. H	847	904	505	523	476	512	563	549	568
	Vínc. Emp. M.	540	552	463	519	527	578	643	686	687
	Rend. Médio H.	732,12	767,65	638,99	927,92	869,01	849,76	907,04	1.022,55	1.138,15
	Rend. Médio M.	629,00	696,31	743,08	1.013,54	799,67	763,14	796,46	873,90	939,85
Comércio	Vínc. Emp. H	349	438	609	807	829	793	804	810	866
	Vínc. Emp. M.	257	257	316	314	314	312	300	359	386
	Rend. Médio H.	576,16	521,12	734,93	593,92	715,33	804,47	903,93	1.013,99	1.062,53
	Rend. Médio M.	405,68	443,32	508,51	507,92	646,20	730,80	777,44	822,90	885,80
Agropecuária	Vínc. Emp. H	1.513	1.621	1.608	1.534	1.490	1.674	1.884	1.509	1.340
	Vínc. Emp. M.	1.262	1.283	1.333	1.284	1.254	1.470	1.622	1.607	1.596
	Rend. Médio H.	412,17	425,60	487,92	517,37	643,69	668,14	718,92	745,37	793,19
	Rend. Médio M.	307,74	320,05	352,11	383,02	485,18	500,30	526,07	561,67	567,38

Fonte: SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Informações dos Municípios Paulista) <<http://www.seade.gov.br/produtos/anuario/index.php>> Acesso 12/05/2009.

Elaboração: Telma Batalioti Galli.

A agroindústria em Holambra é também o setor econômico que apresenta o maior número de estabelecimentos (Gráfico 8.1).

Gráfico 8.1. Holambra: Número de estabelecimentos segundo grandes setores da economia.



Fonte: SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Informações dos Municípios Paulista) <<http://www.seade.gov.br/produtos/anuario/index.php>> Acesso 12/05/2009.
Elaboração: Telma Bataliotti Galli.

A maior ocupação de mão-de-obra nos estabelecimentos agropecuários em Holambra está ligada ao cultivo de flores e plantas ornamentais (Tabela 8.2). Diferentemente das culturas de *comodities*, a floricultura requer intenso manuseio durante o processo de produção, desde o preparo das mudas à colheita. O emprego de mão-de-obra feminina acaba por ser uma vantagem, tanto ligada aos cuidados exigentes deste cultivo, quanto ao valor menor pago ao trabalho feminino, conforme verificado na tabela 8.1.

Tabela 8.2. Total de pessoas ocupadas por classes de atividade econômica segundo classificação CNAE 95 / revisado 2002

Classes de atividades econômicas	Total de pessoas ocupadas por classe	
	2000	2007
Cultivo de flores e plantas ornamentais e produtos de viveiro	1.636	1.911
Atividades de serviços relacionados com a agricultura	897	885
Outras atividades associativas	268	87
Comércio varejista de outros produtos	162	259
Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas e produtos semi-acabados	112	254
Cultivo de cereais	95	35
Fabricação de máquinas e equipamentos para agricultura	75	38
Restaurantes e estabelecimentos de bebidas com serviço	48	93
Lanchonetes e similares	47	16
Atividades de serviços ligados à pecuária	44	13
Fabricação de outros produtos químicos orgânicos	35	22
Transporte rodoviário de cargas em geral	35	52
Cultivo de frutas cítricas	29	96
Fabricação de elaborados de metal	26	44
Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas	24	20
Educação continuada ou permanente, aprendizado profissional e educação pré-escolar	30	32
Comércio varejista de produtos de padaria, laticínios e frios	23	51
Comércio a varejo de combustíveis	22	20
Criação de suínos	33	41
Comércio varejista de materiais de construção, ferramentas e ferragens	18	94
Bancos múltiplos (com carteira comercial)	14	11
Fabricação de produtos diversos / artefatos de plásticos	12	89
Criação de aves	12	54
Atividade de contabilidade e auditoria	11	7
Fabricação de outros equipamentos de transporte	10	41
Comércio a varejo e por atacado de peças e acessórios para veículos	8	10
Comércio varejista de produtos farmacêuticos, artigos médicos e ortopedistas	8	7
Outras obras de instalações e obras viárias	7	22
Comércio varejista de móveis, artigos de iluminação e outros	7	6
Administração de imóveis por conta de terceiros	6	8
Atividades de outros profissionais da área da saúde	5	3
Atividades de agência de viagem e organização de viagem	5	3
Comércio varejista de produtos em geral	5	89
Fabricação de artefatos de concreto em geral	4	29
Manutenção e reparo de veículos automotores	3	8
Comércio atacadista especializado em mercadoria não especificada	135	0
Atividade de imunização, higienização e de limpeza em prédios e residências	128	0
Produção mista: lavoura e pecuária	47	0
Outras atividades de serviços não especificados	42	0
Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e ventilação	39	0
Comércio atacadista de madeira, material de construção, ferragens e ferramentas	22	0
Processamento, produção de conservas de frutas	12	0
Fabricação de móveis com predominância de madeira	11	0
Comércio varejista não especializado	8	0
Publicidade	8	0
Fornecimento de comida preparada	7	0
Serviços veterinários	7	0
Comércio atacadista de hortifrutigranjeiros	6	0
Comércio atacadista de carne e produtos de carne	6	0
Comércio varejista de outros produtos alimentícios não especificados	6	0
Comércio varejista de calçados, artigos de couro e viagem	4	0
Cantinas	4	0

Classes de atividades econômicas	Total de pessoas ocupadas por classe	
	2000	2007
Comércio atacadista de cereais e leguminosas, farinhas, amidos e fécula	3	0
Aluguel de automóveis	3	0
Serviços sociais de alojamento	3	0
Abate de aves e outros pequenos animais	0	393
Cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura	0	40
Comércio atacadista de produtos químicos	0	24
Estabelecimentos hoteleiros	0	22
Comércio a varejo de combustíveis	0	20
Cultivo de outros produtos da lavoura temporária	0	20
Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos	0	18
Comércio varejista de artigos de armarinhos, do vestuário e complementos	0	17
Comércio atacadista de mercadorias em geral	0	13
Processamento de dados	0	13
Impressão de material escolar e de material para uso industrial	0	12
Comércio varejista de livros, jornais, revistas e papelaria	0	11
Comércio varejista de máquinas e aparelhos de uso doméstico	0	10
Atividades desportivas	0	10
Outras atividades auxiliares de intermediação financeira	0	8
Fabricação de ração balanceada para animais	0	8
Outras atividades de serviços pessoais não especificados	0	7
Cultivo de soja	0	7
Fabricação de produtos de padaria, confeitaria e pastelaria	0	7
Transporte rodoviário de passageiro não regular urbano	0	6
Comércio varejista de equipamentos e materiais de escritório	0	6
Comércio varejista de móveis e artigos de iluminação e outros	0	6
Cultivo de cana-de-açúcar	0	5
Comércio a varejo e por atacado de motocicletas, parte e peças	0	5
Comércio varejista de tecidos e artigos de armarinhos	0	5
Atividades de malote e entrega	0	5
Criação de bovinos	0	4
Edição e imprensa de jornais	0	4
Transporte rodoviário de passageiro regular urbano	0	3
Atividade de correio nacional	0	3
Outros	24	28
Total	4.315	5.219

Fonte: < <http://sgt.caged.gov.br/xolapw.dll/fsmMain> > Acesso em 23/04/2009.

Elaboração: Telma Batalioti Galli.

A floricultura, instalada em pequenas propriedades garante o emprego de mão-de-obra familiar, além da contratação de mão-de-obra temporária, o que corrobora por manter um índice de urbanização menor que da Região Metropolitana de Campinas (Tabela 8.3). O índice de urbanização de Holambra ao se elevar nesta última década não representou diminuição dos postos de trabalho na agropecuária. Mesmo ocorrendo uma elevação no índice de urbanização entre os anos de 2000 e 2007, de 54,6% para 72,4 % respectivamente, parcela significativa da população neste município mantêm-se ligadas à agropecuária, ainda que resida em área urbana. Outro fator importante na manutenção de pessoal ocupado com a agropecuária em Holambra se deve ao

tamanho dos estabelecimentos agropecuários ou Unidades de Produção Agrícolas (UPAs) em maior proporção de até 50 hectares, conforme mostrou a Tabela 1.1, o que assegura o trabalho familiar, sobretudo, naquelas onde ocorre o cultivo de flores e plantas ornamentais.

Tabela 8.3. RMC e Holambra: índice de urbanização

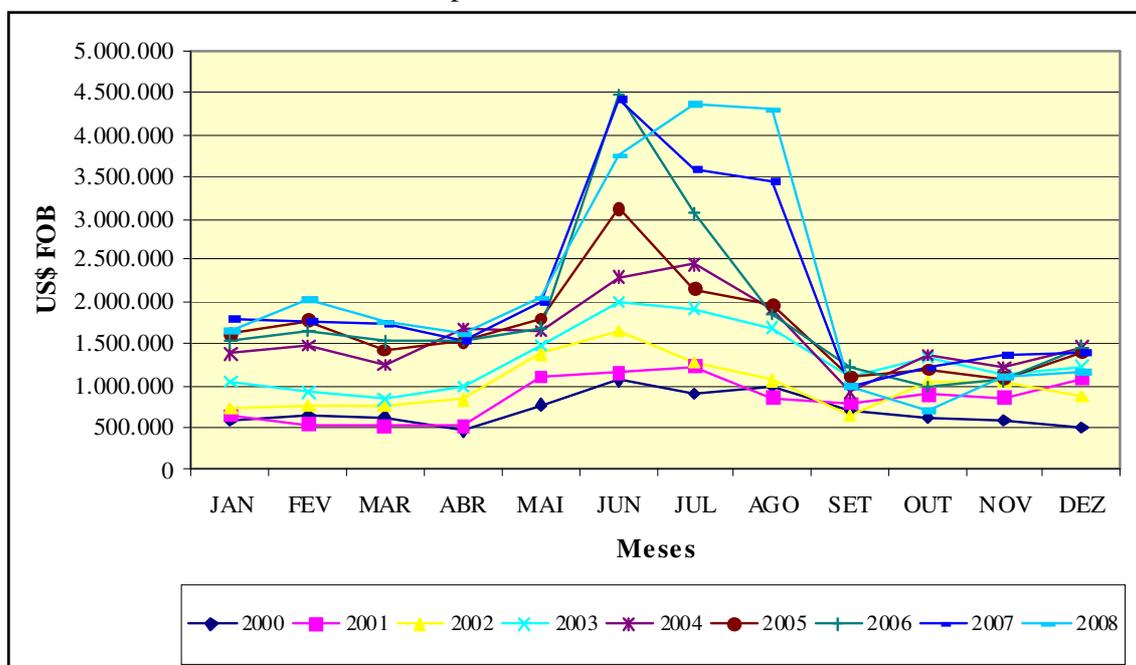
Totais	2000				2007			
	RMC	% urb.	Holambra	% urb.	RMC	% urb.	Holambra	% urb.
Pop. Total	2.333.022		7.211		2.633.523		9.111	
Urbana	2.264.665	97,0	3.938	54,6	2.565.051	97,4	6.597	72,4
Rural	68.357		3.273		68.472		2.514	

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 2000 e Contagem da população 2007.

Elaboração: Telma Batalioti Galli.

Com esse quadro Holambra se consolida como maior produtor nacional de flores e plantas ornamentais. A organização e estrutura que abrange o cultivo de flores e plantas ornamentais instaladas no município de Holambra e no estado de São Paulo, conferiram participação representativa ao estado nos valores mensais das exportações conforme aponta o gráfico 8.2, ao compará-lo ao gráfico 8.3, que refere-se aos valores de exportação mensal brasileira, ambos para o mesmo período (2000 a 2008).

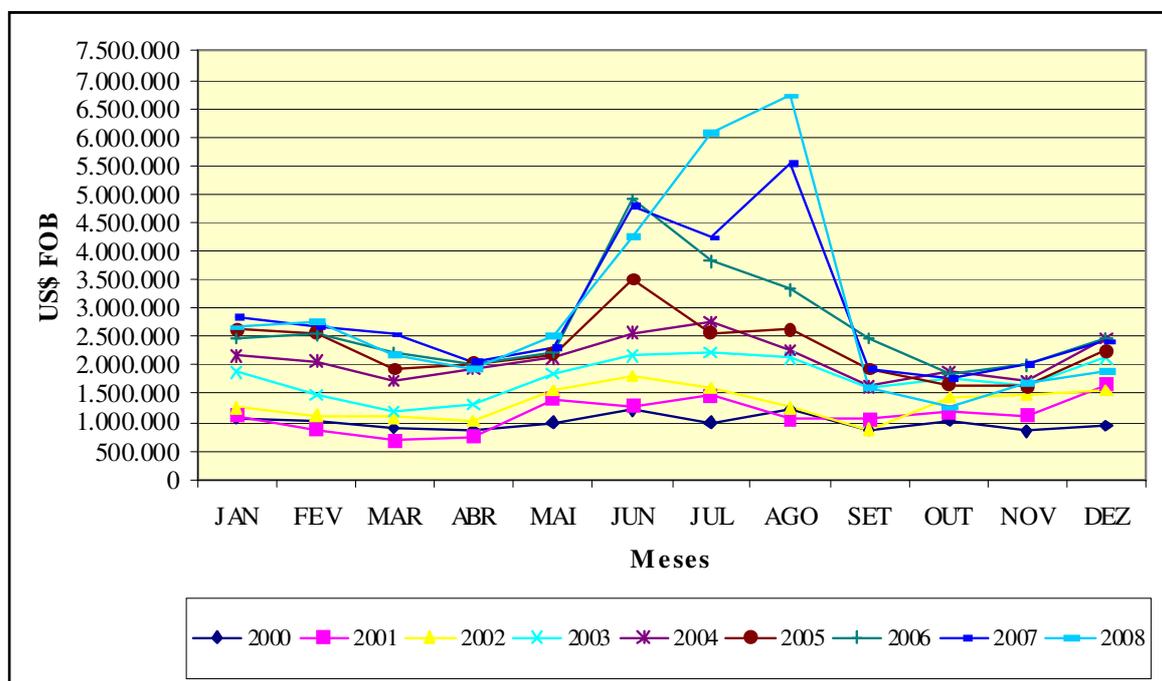
Gráfico 8.2. Exportação mensal do estado de São Paulo em US\$ FOB de plantas vivas e produtos de floricultura.



Fonte: < <http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br> > Acesso em 18/03/2009.

Elaboração: Telma Batalioti Galli.

Gráfico 8.3. Exportação mensal brasileira em US\$ FOB de plantas vivas e produtos de floricultura.



Fonte: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/default.asp>> Acesso em 18/03/2009.

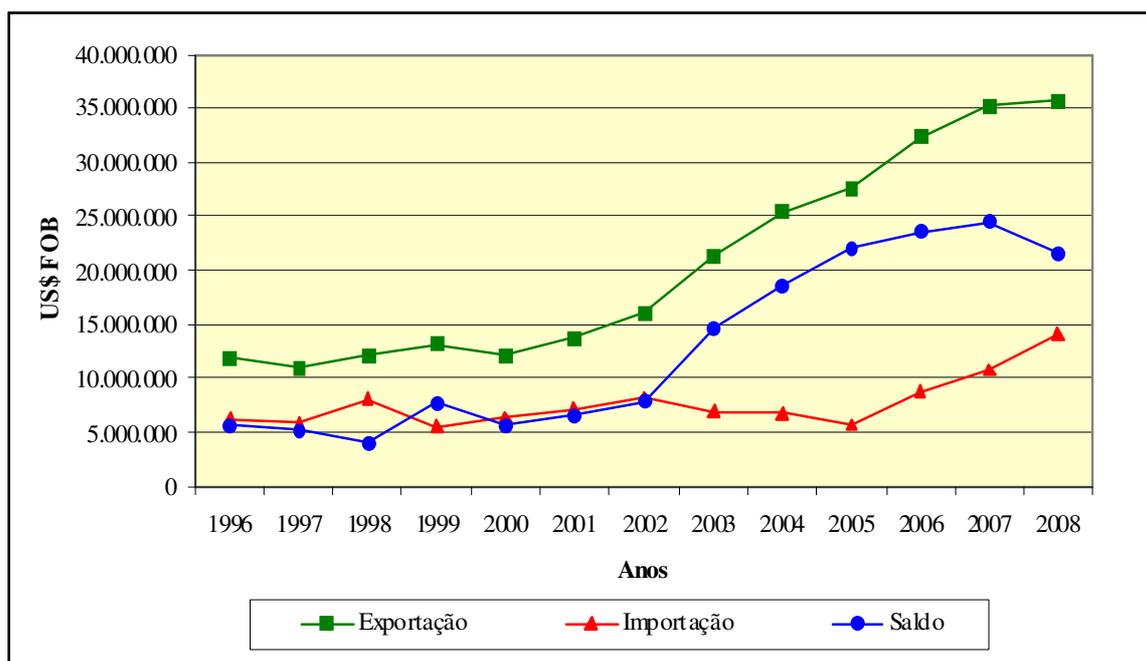
Elaboração: Telma Bataliotti Galli.

Conforme os gráficos 8.2 e 8.3, as exportações não só aumentaram ao longo desses anos, como também caracterizam um período de meses (junho a agosto) em que ocorre o aumento do fluxo de produtos exportados, tanto pelo estado de São Paulo, quanto pelo Brasil. Essa maior demanda do mercado externo neste período se deve à estação do verão nos principais países importadores dos produtos florícolas brasileiros. Nesse período cujo fluxo de turistas se eleva, o pico de vendas visa atender também às questões de embelezamento dos parques e jardins, haja vista que no grupo de produtos exportados lideram as mudas de plantas ornamentais, bulbos, tubérculos e rizomas (Tabela C e D em Anexo). Tal demanda conduz a uma adequação da produção nacional. Assim, a produção quando extrovertida condiciona nos lugares produtores o planejamento do cultivo, para que a colheita possa ser realizada no tempo conveniente das demandas do mercado externo.

A semelhança entre os gráficos 8.2 e 8.3, indica que tanto a produção quanto a comercialização concentradas no estado de São Paulo, refletem no contexto nacional. O volume mensal exportado por São Paulo é muito próximo do que se apresenta para o Brasil. Isso indica a posição central de São Paulo neste mercado. Ou seja, São Paulo condiciona o mercado brasileiro

deste cultivo muito à frente dos demais entes da Federação, o que reflete também na evolução da balança comercial brasileira (Gráfico 8.4) e (Tabela E em Anexo). Esta, por sua vez, vem acompanhando o salto produtivo do estado de São Paulo que a partir de 2002 apresentou elevação dos valores exportados.

Gráfico 8.4. Balança comercial brasileira de plantas vivas e produtos de floricultura entre 1996 a 2008.



Fonte: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br>> Acesso em 18/03/2009.

Elaboração: Telma Batalioti Galli

A balança comercial brasileira apresenta-se positivamente com relação ao crescimento das exportações brasileiras referente a essa cultura. Nos anos de 2007 e 2008, a exportação brasileira foi de US\$ 35.278.392 e US\$ 35.596.241, respectivamente. A balança comercial brasileira de 2008 manteve os meses de junho a agosto como sendo os meses mais representativos nos valores exportados, conforme anos anteriores (Tabela F em Anexo). Para os mesmos anos o estado de São Paulo exportou US\$ 25.342.046 e US\$25.490.499. A superioridade do estado de São Paulo é, portanto determinante no percentual total dos valores que se apresenta para a balança comercial do país.

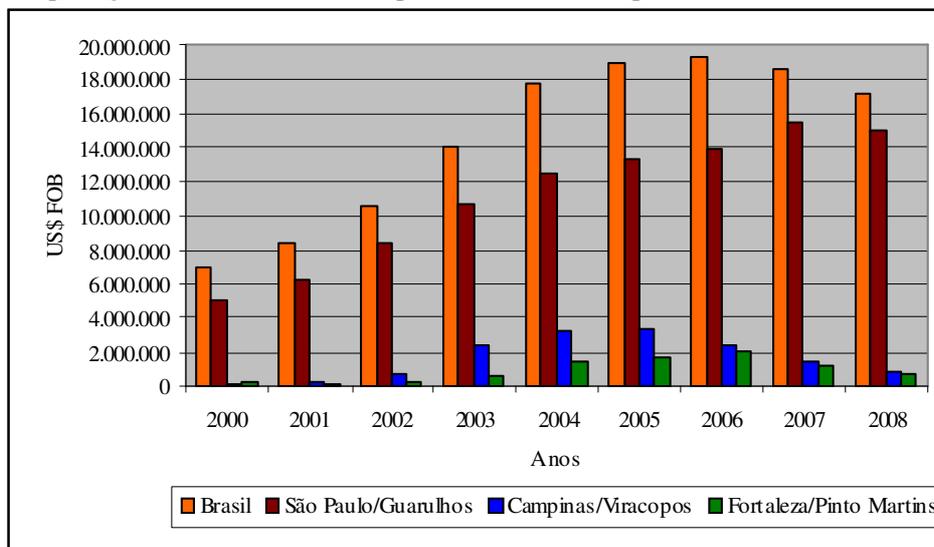
Outro elemento significativo na participação do estado de São Paulo em relação às exportações de flores e plantas ornamentais encontra-se no âmbito da infra-estrutura aérea. O modal aéreo é o principal meio utilizado para o transporte internacional dos produtos da cultura florícola por se tratar de produtos perecíveis e que envolvem riscos como a durabilidade. Se houver qualquer atraso no transporte, ou recusa em embarcar flores em embalagens não adequadas (*pallets*), ou mesmo por falhas em utilizar operadores não especializados, pode haver perdas para o exportador, inclusive afetando futuras negociações, dificultando ainda mais a entrada desses produtos em países estrangeiros (ANEFALOS e FILHO, 2007).

A exportação via modal aéreo requer um acondicionamento do produto em condições adequadas de climatização para a conservação e durabilidade. O armazenamento das flores e plantas ornamentais em câmaras frias que se inicia nas centrais de distribuição, também acompanha os produtos com o transporte refrigerado em caminhões até ao aeroporto. O processo de refrigeração deve continuar no aeroporto em câmaras frias (em áreas de complexo frigorífico) e também nos aviões. A disposição desta infra-estrutura encontra-se de forma seletiva em alguns aeroportos brasileiros, entre eles o de Guarulhos em São Paulo, Viracopos em Campinas e o Pinto Martins em Fortaleza / Ceará. São estes aeroportos os mais utilizados para as exportações brasileiras de flores e plantas ornamentais (Gráfico 8.5), tendo em vista também, a localização destes nas regiões produtoras.

O gráfico 8.5 apresenta a participação significativa do aeroporto de Guarulhos em relação ao total da exportação aérea brasileira de flores e plantas ornamentais. Embora o terminal de cargas de aeroporto de Viracopos em Campinas possua a maior área de exportação do país com 22.887 m² (Aeroporto de Guarulhos possui 15.560 m² e o Aeroporto Pinto Martins em Fortaleza possui 600m²), é o aeroporto de Guarulhos que movimenta em torno de 80% das exportações de flores e plantas do país.

O maior número de empresas aéreas, linhas regulares e diretas, e disponibilidades de horários, são fatores determinantes para a maior movimentação das exportações via aeroporto de Guarulhos. Conforme Santos (1996b), quanto mais tecnificado o lugar, mais aumenta o número, intensidade e qualidade dos fluxos que chegam e saem de uma área e quanto mais modernizada a atividade agrícola, mais amplas são as suas relações, mais longínquo o seu alcance.

Gráfico 8.5. Exportação brasileira de flores e plantas ornamentais por modal aéreo entre 2000 e 2008.



Elaboração: Telma Bataliotti Galli

Fonte: <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br>

A produção de flores e plantas ornamentais para a exportação vem sendo motivada pela crescente demanda, liderado pela Holanda, grande produtora e distribuidora mundial desses produtos. No entanto, a partir de 1988 na Holanda, questões ambientais incidiram sobre seus métodos de cultivo, dando abertura a importação de produtos brasileiros realizados inicialmente através do Veiling Holambra. Desde então, a Holanda é o país para onde se destina a maior parte da produção brasileira de flores e plantas ornamentais, seguido pelos Estados Unidos, Itália e Japão conforme mostra a tabela 8.4 e também o mapa 8.1.

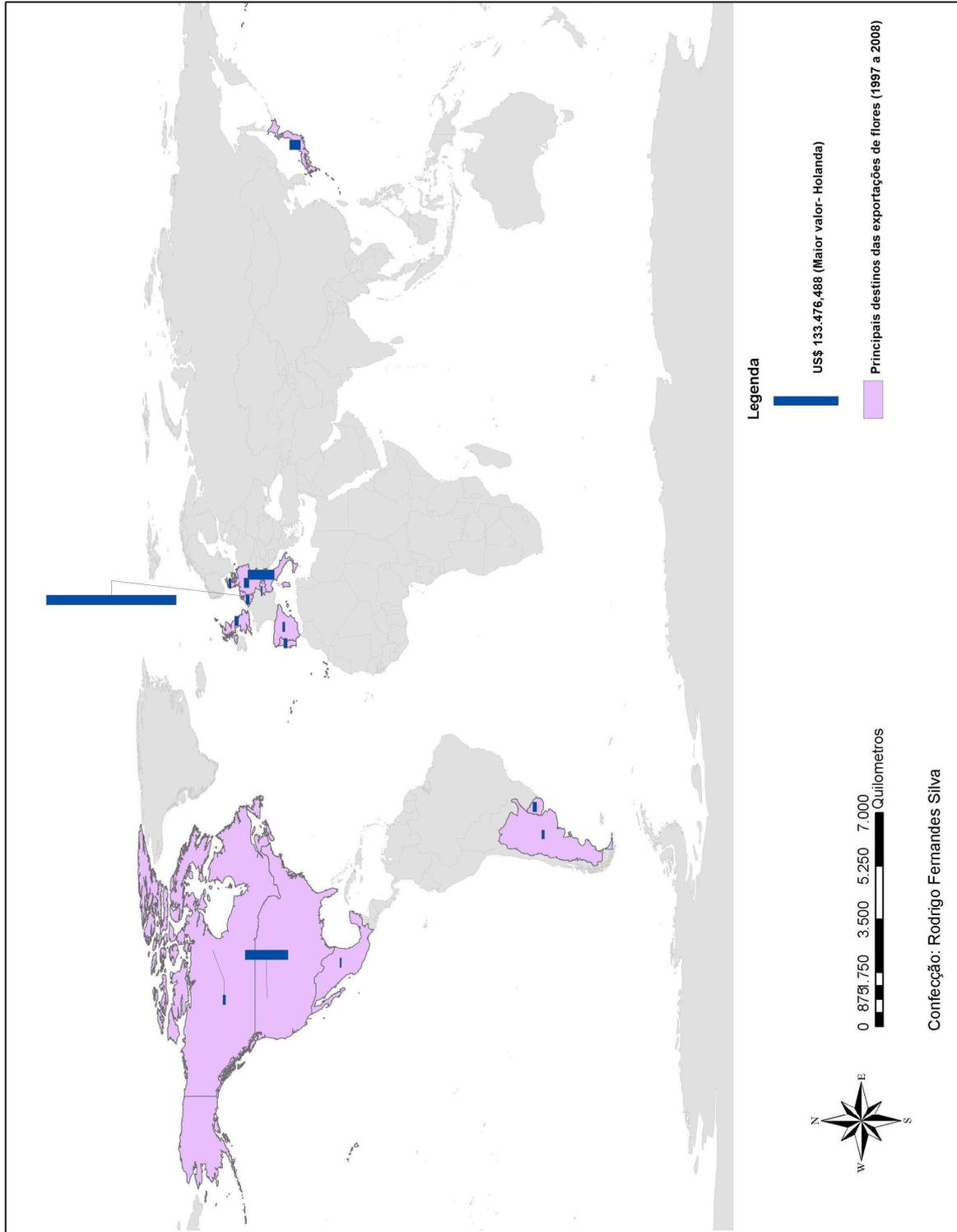
Tabela 8.4. Principais destinos da exportação brasileira em US\$ FOB de plantas vivas e produtos de floricultura entre 1997 a 2008.

PAÍSES	1997 a 2008
Holanda	133.476.488
Estados Unidos	44.111.879
Itália	27.157.393
Japão	11.447.857
Alemanha	5.001.245
Uruguai	4.092.930
Portugal	3.957.666
Reino Unido	3.821.008
Bélgica	3.578.977
Argentina	3.178.553
Espanha	2.562.558
Canadá	2.554.131
Dinamarca	2.548.744
México	1.742.088
Suíça	1.221.592

Fonte: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br>> Acesso em 19/03/2009.

Elaboração: Telma Bataliotti Galli

Mapa 8.1. Principais destinos da exportação brasileira em US\$ de plantas vivas e produtos de floricultura entre 1997 a 2008.



Fonte: Tabela 8.4.

Conforme o mapa 8.1, os principais destinos das exportações brasileiras dos produtos da floricultura são para os países pertencentes às regiões mais ricas (América do Norte, Europa e Sudeste Asiático). Contudo, o país que assume o maior destaque em importação destes produtos brasileiros, é a Holanda. O vínculo criado pelos imigrantes holandeses estabelecidos em Holambra com a Holanda assegurou, de certa forma, o intercâmbio dos negócios envolvendo a crescente demanda por esse cultivo entre esses lugares. Assim, o município de Holambra tornou-se o maior produtor brasileiro de flores e plantas e a Holanda o país importador da maior parcela desses produtos entre os demais, haja vista seu papel de distribuidor na Europa.

De acordo com Santos (1996b), no início dos tempos modernos as cidades ainda contavam com jardins, mas isso vai tornando-se mais raro. Os subespaços agrícolas e urbanos são cada vez mais artificiais (instrumentalizado e tecnificado segundo os ditames da ciência), encoberto pelas obras dos homens. “Com o aumento das populações urbanas, ocupadas em atividades terciárias e secundárias, o campo é chamado a produzir mais intensamente” (SANTOS, 1996b, p. 42).

O papel da floricultura na economia nacional vem crescendo, embora ainda seja um evento recente no território brasileiro. Com o papel das ações direcionadas pelas políticas públicas (União, Estados e Municípios) e, os interesses comerciais das empresas por este cultivo, houve o crescimento gradativo da produção e do consumo que repercutiram também nas exportações. A diversidade de espécies e as variedades brasileiras impulsionam esse mercado, mas são os investimentos em tecnologia desde a produção, que garantem maior qualidade e durabilidade, necessárias a ampliação das exportações. A ampliação do mercado de flores e plantas ornamentais buscou no impulso ao desenvolvimento de novas variedades o estímulo para que o consumidor acompanhe as novas tendências. O avanço contínuo em técnicas e o melhoramento genético permitem variedades mais resistentes e de melhor qualidade que proporcionam vantagens a todo circuito produtivo.

Exemplo de aplicação de pesquisas foi o desenvolvimento de uma nova variedade de rosa na Holanda. A rosa Arco-Íris (Foto 8.1), como é conhecida na Holanda, foi apresentada na Expoflora em Holambra em 2007 e já é comercializada em Amsterdam.

Os interesses de produção e comercialização dessa variedade de rosa no mercado nacional esbarram nas condições e custos de recolhimento de *royalties*²⁶ estabelecidos pelos detentores do registro da patente comercial.

Foto 8.1. A aplicação técnico-científica no cultivo de flores: Rosa Arco-Íris.



Fonte: <www.g1.globo.com> – EXPOFLORA 2007. (Acesso em 28/09/2007).

Com o desenvolvimento de novas variedades, mais resistentes e atraentes ao consumidor e, o mercado torna-se também cada vez mais competitivo. Se por um lado as possibilidades de transferir à distância produtos e ordens, fazem com que a especialização produtiva que ocorre nos lugares seja solidária em todas as escalas, por outro lado, como há em toda atividade econômica, são criadas restrições como forma de conter a concorrência competitiva de mercado.

²⁶ O *royalty* se refere a uma importância cobrada pelo proprietário de uma patente de produto, processo de produção marca, entre outros, ou pelo autor de uma obra, para permitir seu uso ou comercialização. Em se tratando de flores e plantas o *royalty* representa o pagamento pelo direito de uso de uma nova espécie ou variedade desenvolvida por uma empresa de melhoramento genético, que detém o direito à propriedade intelectual desta, assim como de sua multiplicação ou propagação e, comercialização da mesma. A forma de cobrança, assim como o valor a ser cobrado é determinado pela própria empresa detentora da patente.

A comercialização dos produtos da floricultura no território nacional e no mercado externo é mediada por acordos ou sanções impositivas. Tais procedimentos são reveladores da pertinência das fronteiras. No âmbito do mercado interno a principal forma de criar restrições ao fluxo de flores e plantas ornamentais se dá através do estabelecimento de restrições fitossanitárias, ou seja, determinado ente federado, que não possui uma dada praga, estabelece restrições à entrada de vegetais ou animais, originários de uma região onde esta praga está presente. Também como forma de protecionismo os estados aplicam a tributação de ICMS (Imposto sobre Comércio, Mercadorias e Serviços) para produtos provenientes de outros estados. Eis as fronteiras sanitárias e fiscais em ação.

No âmbito do mercado internacional de flores e plantas ornamentais, os países que alcançam os maiores gastos com o consumo *per capita* de flores por ano (Tabela 8.5) e são grandes importadores, como é o caso de países da Europa, Estados Unidos, Japão entre outros, criam barreiras e restrições aos produtos importados de países como, Colômbia, Equador, Costa Rica e Brasil. Essas restrições podem ser tarifárias ou não tarifárias. Também são barreiras relacionadas com aspectos ambientais, uso de defensivos, embalagens recicláveis, processo de produção ecologicamente correto, descarte de resíduos químicos, uso de mão-de-obra infantil, conservação de energia, padronização, entre outros.

Tabela 8.5. Consumo *per capita* anual de flores de corte e em vaso, em países selecionados – 2005 (em Euros).

País	Flor de corte	Flor em vaso	Total
Suíça	94	42	136
Holanda	60	33	93
Reino Unido	40	12	52
Alemanha	38	46	84
Itália	33	10	43
França	33	20	53
Espanha	19	10	29
Polónia	7	3	10
Rússia	3	1	4

Fonte: VLIET, C. Van. (2005) In: JUNQUEIRA e PEETZ (2006).

As barreiras externas às exportações dos produtos nacionais se inserem nas normas de política comercial de cada país. Essas políticas possuem a função de proibir ou restringir a entrada de plantas infectadas com determinadas pragas ou doenças (barreiras fitossanitárias) e também protegem os produtores do mercado interno da concorrência internacional. Outra restrição às exportações das flores brasileiras está relacionada ao recolhimento de *royalties*.

Produtores que produzem e comercializam espécies e variedades protegidas devem pagar os devidos direitos às empresas detentoras do registro dessas. Os fluxos internacionais são intensificados, mas as fronteiras mantêm suas funções e atualidade.

A função que exerce o desenvolvimento em pesquisas para qualquer atividade econômica é central para ganhos de mercado e de concorrência. Neste aspecto o estado de São Paulo dispõe além da criação de infra-estruturas como elementos do sistema de objetos, também um sistema de ações condicionantes, em particular, para produção florícola como atividade econômica. Desse modo, os produtos da floricultura paulista competem em qualidade e preço com maiores vantagens em relação a outros lugares do território nacional. Portanto, o fato da consolidação da especialização produtiva ser local ou regional se deve mais às condições técnicas e políticas que às condições naturais.

Cada vez mais novos meios de produção gerados por setores especializados das indústrias condicionam as atividades desenvolvidas no campo. Também o papel político exercido pelas instituições e empresas, somado as políticas governamentais, é determinante no comando da produção e comercialização da atividade florícola, em que São Paulo faz frente aos demais entes da Federação.

O papel da produção e comercialização que ocorre em Holambra compõe a base de formação, concentração e consolidação do circuito espacial produtivo de flores e plantas ornamentais no território nacional. As relações estabelecidas com a Holanda desde a formação inicial da colônia de holandeses, organizados sob o sistema cooperativista até o momento, conduzem constantemente ao melhoramento técnico da produção e à fluidez do sistema de comercialização através das cooperativas.

Com esse quadro, a floricultura no Brasil é marcadamente representada pelo estado de São Paulo, tanto nas exportações como no consumo interno. Na década de 1990 a ocorrência de criação de instituições e programas governamentais para o desenvolvimento do setor florícola no país, ampliou as possibilidades de participação no mercado externo e interno devido sua maior estruturação. Contudo, é no estado de São Paulo, e mais especificamente nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas onde se encontram a concentração da maior parcela dos agentes formadores do circuito espacial da produção de flores e plantas e seu correspondente círculo de cooperação.

III. A DINÂMICA DO CIRCUITO ESPACIAL DA PRODUÇÃO DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS E SEU CORRESPONDENTE CÍRCULO DE COOPERAÇÃO ATUANTE EM HOLAMBRA.

A ideologia do consumo, do crescimento econômico e do planejamento foram os grandes instrumentos políticos e os grandes provedores das idéias que iriam guiar a reconstrução ou a remodelação dos espaços nacionais, juntamente com o da economia, da sociedade e, portanto, da política (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

Era uma vez um homem que vivia na Raridade. Depois de muitas aventuras e longa viagem através da Ciência Econômica, encontrou a Sociedade da Abundância. Casaram-se e tiveram muitas necessidades (BAUDRILLARD, 1995, p. 68).

9. O circuito espacial da produção de flores e plantas ornamentais e seu correspondente círculo de cooperação para além das fronteiras municipais.

A materialidade que foi se instalando no território paulista permitiu as condições necessárias para o processo produtivo de diversas atividades econômicas, devido aos objetos técnicos implantados formarem sistemas. A interdependência funcional existente entre estes sistemas, de acordo com Santos (1999b), se realiza através da solidariedade dos eventos que possuem de um lado, a escala de “origem” e de outro, a escala de “impacto”. A primeira, conforme Santos (1999b, p. 121), “tem como base a origem do evento, sua causa eficiente, cuja incidência se faz, ao mesmo tempo, em diversos lugares, próximos ou longínquos. [...] Sua ligação vem do movimento de uma totalidade superior à do lugar em que se instalam”. A segunda, “tem como base o lugar da objetivação do evento, sua própria geografização”.

Em se tratando do processo produtivo de flores e plantas ornamentais, em Holambra a solidariedade dos eventos de escala de origem repercutiu com a imigração holandesa, com o processo de urbanização e consumo crescentes e, com as novas possibilidades técnicas e

informativos, em particular, após a segunda Guerra Mundial. Quanto à solidariedade dos eventos da escala de impacto, em Holambra ela se geografizou com a compra da Fazenda Ribeirão para a organização cooperativista, com a constante incorporação técnica para a produção de flores (máquinas e implementos, insumos e inseticidas, correção de solo, entre outros.), com a instituição de um calendário “comercial” tanto para a produção e comercialização, quanto para a realização de eventos (feiras técnicas e comerciais) e, ainda, com a arquitetura urbana de característica holandesa²⁷.

A tecnificação do território e a constituição da rede urbana permitiram uma conexão entre os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação, caracterizando no campo e na cidade uma nova divisão sócio-territorial do trabalho. Segundo Santos (1988), é deste período em diante que no Brasil se acentuam as migrações ascendentes (sobretudo daqueles que não mais conseguem permanecer em seus lugares de origem e, portanto, são expulsos pelos novos nexos econômicos e sociais, buscando nova localização, geralmente nas cidades) e descendentes (geralmente composta por aqueles que se ocupam do trabalho intelectual e que saem das áreas mais desenvolvidas em direção às menos desenvolvidas), sendo as migrações ascendentes em quantidades superiores às descendentes. Dessas migrações, decorreu uma redistribuição tanto da classe média como dos pobres no Brasil, além de “confundir” a identidade da maioria das cidades receptoras da migração.

Em Holambra, quando a produção de flores e plantas ornamentais passou a apresentar maior dinamismo, as possibilidades de emprego ofertadas com esta cultura exerceram atração sobre as pessoas. De acordo com Wijnen (1998), em 1950 poucos brasileiros conviviam com os imigrantes, apenas aqueles que já moravam na Fazenda Ribeirão e que permaneceram para trabalhar com os holandeses. Conforme a CAPH fora se estruturando, novos brasileiros se juntavam a esse grupo. Ao longo dos anos, os brasileiros se tornaram maioria (Tabela 9.1).

O processo migratório, a tecnificação do território, a urbanização, a circulação de capital e da informação indicam os fluxos (materiais e imateriais) que dispostos no território, caracterizam hierarquicamente a importância dos lugares. A fluidez permitida com os transportes, a comunicação e a circulação de informações no período técnico-científico e informativo promove o encurtamento de distâncias geométricas muito significativas às dinâmicas globais

²⁷ Os aspectos da arquitetura urbana de característica holandesa serão abordados no item 12.

(SANTOS, 1999c). No entanto, uma razão global motivada por agentes hegemônicos é seletiva quanto a sua realização no espaço geográfico.

Tabela 9.1. Composição da população residente em Holambra -1950/1998.

Ano	Brasileiros	Holandeses	Total
1950	50	650	700
1975	1.800	1.000	2.800
1988	3.300	1.200	4.500
1998	8.500	1.500	10.000

Fonte: WIJNEN (1998, p. 73).

Com essa disposição, a concentração não é apenas de capitais e informações, mais é também de pessoas. Tal concentração é correspondente à localização e implantação dos investimentos empresariais, o que de acordo com Raffestin (1993), direcionam os fluxos migratórios internos. De um lado, as grandes empresas ou o capital hegemônico por serem instrumentos de concentração e acumulação, visam nas economias periféricas o baixo custo da mão-de-obra para produzirem produtos de exportação a baixo custo e assim, contabilizarem maiores taxas de lucros (SANTOS, 1982). Por outro lado, os Estados, sobretudo o de regiões subdesenvolvidas, minimizam o rigor aplicado ao seu território como forma para se inserirem no mercado global.

Nesse contexto, à medida que o Estado abre-se à globalização, simultaneamente, torna-se propiciador das condições do crescimento econômico ao nível mundial. De tal forma, foram criadas as condições para as ações do circuito espacial produtivo e seu correspondente círculo de cooperação estar em concordância às novas correntes mundiais.

Para Moraes (1991, p. 156), “discutir los circuitos espaciales de la producción, es discutir la espacialidad da producción-distribución-cambio-consumo como movimiento circular constante. Captar sus elementos determinantes es dar cuenta de la esencia de tal movimiento”.

De acordo com Castillo (2005, p. 4), o circuito espacial da produção representa o encadeamento das instâncias geograficamente separadas: produção, distribuição troca e consumo, de um determinado produto, em constante movimento e, o círculo de cooperação garante os níveis de organização necessários para a articulação dos lugares e agentes dispersos geograficamente. “Circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação mostram o uso diferenciado de cada território por parte das empresas, das instituições, dos indivíduos e

permitem compreender a hierarquia dos lugares desde a escala regional até a escala mundial” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 144).

A escolha de instalação e ação das grandes empresas em um ponto do globo e não em outro, foi favorecida pela dissociação geográfica das condições de produção, distribuição e consumo, que acompanhou a implantação seletiva dos novos recursos tecnológicos. Para Arroyo (2001), a circulação no período atual e o papel das grandes firmas no comando dos circuitos espaciais da produção, redistribuem o excedente e redefinem, em grande medida, o uso do território. Contudo, a política do Estado, cumpre papel importante como intermediária entre os agentes e, portanto, além das condições técnicas é necessária uma adaptação política que gere normas de aportes financeiros, fiscais, trabalhistas, entre outros, no sentido de regulá-las.

Para Santos (1999b, p. 121), “uma norma pública age sobre a totalidade das pessoas, das empresas, das instituições e do território. Essa é a superioridade do Estado sobre outras macroorganizações”. Assim, mesmo estas estabelecendo ações globais, seus efeitos tendem a ser pontuais. Como no Brasil, todos os entes federativos, correspondem a um Estado, o papel político municipal é central nas estratégias que promovem ou alteram o acontecer dentro de suas fronteiras. Cabe ao governo municipal, portanto, conduzir suas políticas de forma a não privilegiar apenas parcelas de interesses mercadológicos, mas sim em benefício de toda sociedade civil. Nesse sentido, apresenta-se um embate entre o uso social e o uso estritamente econômico (corporativo) proposto pela globalização.

A intensificação das modernizações, ou camadas técnicas, e das relações capitalistas, que vão se sobrepondo ao território, exigem a sua regulação política. Conforme Cataia (2005, p. 06), [...] “as grandes empresas, vetores das modernizações, difundem as inovações (normativas ou materiais), mas seu funcionamento no lugar requer regulação política”. A competição territorial torna-se desigual, de tal modo que de um lado figura o *território normado* e de outro o *território como norma*, (SANTOS, 1999c). As diferenças territoriais tendem a ser mais intensas e desiguais conforme a capacidade de unificação do território ao mercado, por concentrarem as condições necessárias dos meios de produção, circulação e consumo.

O poder público, “promove um arranjo do conteúdo normativo para viabilizar o aumento da produtividade espacial e tornar mais eficiente o uso do território, pois é mais rápido mudar o arranjo jurídico que o arranjo material” (KAHIL, 2005, p.7198). Dessa forma, no campo a

promoção do conteúdo normativo é mais fácil do que o é, na cidade. “É muito mais caro arrasar um quarteirão, abrir uma nova avenida, fazer um túnel ou um viaduto, do que substituir, por meio de incentivos financeiros e fiscais, máquinas, sementes e produtos químicos” (SANTOS, 1994b, p. 153). Assim, o território encontra-se em permanente adaptação das normas e formas para otimizar as demandas do mercado. O uso preferencial de um lugar revela instantaneamente a desvalorização de outros lugares ou áreas que ficam fora desse processo.

Notadamente, as densidades técnica e política que se aplicam à produção de flores e plantas ornamentais no Brasil encontram-se marcadamente concentradas no estado de São Paulo. A participação de Holambra no contexto do estado de São Paulo e deste no contexto nacional aponta para um conjunto de agentes, e produtos necessários ao funcionamento da floricultura. Em grande medida dispostos de forma concentrada, revelam a participação dos agentes econômicos em porções selecionadas do território nacional. “Cada firma usa o território segundo sua força. Criam-se, desse modo, circuitos produtivos e círculos de cooperação, como forma de regular o processo produtivo e assegurar a realização do capital” (SANTOS, 1994b, p.128).

O conjunto de agentes e produtos requer diversos serviços que interconectados configuram um complexo círculo de relações. Antes da produção no campo, é necessária uma série de atividades que envolvem pesquisas científicas de instituições, órgãos e empresas públicas e privadas, no desenvolvimento de insumos mais adequados ao cultivo; melhoramento genético de bulbos e sementes; maquinários e implementos agrícolas mais eficientes e climatização adequada através de estufas, além de atender a um conjunto de leis e normas que enquadram o setor. Estas atividades, no entanto, são exigentes em produtores capacitados e mão-de-obra especializada, envolvendo outro conjunto de serviços necessários ao processo produtivo, exigente de profissionalização e capacitação técnica das pessoas que lidam diretamente com a produção.

A floricultura no Brasil somente na década de 1990 adquiriu *status* de atividade econômica pelas políticas públicas, período em que começou a implantação de um sistema de ações direcionado a essa cultura. Anterior a 1990 a floricultura, com menor importância, mantinha-se vinculada às atividades de hortifrutí. Até esse momento não havia um sistema de ações específico para a floricultura e o sistema de objetos até então empregado compunha-se basicamente ao mesmo do hortifrutí. A partir do momento que a floricultura ganha projeção na

economia nacional, ela necessita de organização e torna-se exigente de um circuito da produção e de um círculo de cooperação com especificidades direcionadas a ela.

Para isso, passo importante foi a criação do Instituto Brasileiro de Floricultura (IBRAFLOR) em 1994, uma entidade civil sem fins lucrativos, composta por representantes dos diversos agentes que envolvem a floricultura (ensino, pesquisa, extensão, produção, atacado, varejo e paisagismo). O IBRAFLOR centraliza os interesses da produção e comercialização e visa a permanente evolução técnica e comercial. A instalação do IBRAFLOR foi um evento importante para esta cultura, por reunir num círculo de relações (Figura 9.1) os interesses de uma ampla parcela do que vem a compor o circuito espacial da produção de flores e plantas ornamentais e seu correspondente círculo de cooperação da floricultura brasileira.

Figura 9.1. Círculo de relações do IBRAFLOR.



Fonte: <http://www.ibraflor.com.br/ibraflor/index.php?id=13&no_cache=1> Acesso em 15/03/2006.

No ano de 2000, o IBRAFLORE e a Agência de Promoção à Exportação (APEX) lançaram o Programa Setorial Integrado de Promoção e Exportação de Flores e Plantas Ornamentais denominado FloraBrasilis²⁸, com o objetivo de ampliar as exportações brasileiras de flores e plantas ornamentais, por meio das seguintes ações: prospecção de produtos e mercados; sensibilização para o consumo, capacitação e treinamento da base produtiva; promoção e *marketing*.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em 2001, lançou o Programa de Desenvolvimento de Flores e Plantas Ornamentais (PROFLORES) com o objetivo de apoiar o desenvolvimento e a profissionalização de produtores deste setor. Estabeleceu parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Universidades, empresas estaduais e institutos para a assistência técnica aos produtores, pesquisa, tratamento das informações e a organização da produção com base em normas (sociais e ambientais).

Através do Ministério da Agricultura criou-se em 2003 a *Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Flores e Plantas Ornamentais*. A Câmara tem caráter consultivo e é composta por agentes que compõem o circuito produtivo e o círculo de cooperação de flores e plantas ornamentais, (representantes das entidades empresariais e de trabalhadores; organizações não governamentais, bem como órgãos públicos que possuem vínculo com a floricultura).

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior através do Programa Aprendendo Exportar, promove as exportações de flores e plantas ornamentais brasileiras indicando os mecanismos para alcançar o mercado externo.

O Banco Central com o amparo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) instituiu o Programa de Desenvolvimento do Agronegócio (PRODEAGRO) que entre outros programas, apóia o Programa de Desenvolvimento Sustentado da Floricultura (Prodeflor). Esse programa visa elevar a produtividade e seu padrão de qualidade e conseqüentemente elevar as vendas no mercado interno e externo repercutindo nos índices de emprego e renda.

²⁸ FloraBrasilis constitui também a marca da floricultura brasileira no mercado internacional. Existe a Revista FloraBrasilis, com publicação trimestral, tiragem de 2.500 exemplares em edição bilíngüe e distribuída no exterior visando divulgar as flores brasileiras e relacionar produtores em condições de atender o mercado internacional.

O BNDES também possui o Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (PRODECCOP) que incentiva com linhas de financiamento a modernização dos sistemas produtivos e de comercialização do complexo agroindustrial das cooperativas brasileiras. Também o Banco do Brasil possui linhas de financiamento variáveis conforme a finalidade agrícola e o porte (pequeno, médio ou grande) do produtor. Também atua com o Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (PROGER RURAL).

Dessa forma, a produção propriamente dita de flores e plantas ornamentais começa a se instalar em outros estados brasileiros, como Ceará, Pernambuco, Santa Catarina, Distrito Federal entre outros, que passam a ver a floricultura como uma importante atividade econômica e social para seus territórios. Ao Associar a pequena propriedade rural ao emprego de mão-de-obra, verificam-se índices superiores de postos de trabalho em relação a outras culturas, sobretudo às de *commodities*, além de compor um giro de capital em geral, curto, permitindo rápido retorno do capital investido.

Segundo dados do IBRAFLOR para o ano de 2004, o Brasil movimentou cerca de US\$ 1 bilhão no negócio de flores, em uma área cultivada de aproximadamente 5.250 hectares, gerando cerca de 200.000 postos de trabalho (IBRAFLOR, 2005). Conforme Vencato (2007, p. 23), em 2007 o Brasil movimentou US\$ 1,3 bilhão com as atividades ligadas à floricultura, tendo uma área cultivada de 6.000 hectares, gerando 120 mil empregos diretos, sendo: 58 mil (48,3%) na produção, 51 mil (42,5%) no comércio varejista, 4 mil (3,3%) na distribuição e 7 mil (5,9%) no setor de apoio.

Assim, os estados mencionados acima, vêm se organizando e se estruturando tecnicamente. No Ceará em 1999 foi criada a Secretaria de Agricultura e Pecuária (SEAGRI) e a partir daí a floricultura começou a ganhar maior impulso. Dentro da SEAGRI criou-se uma Gerência de Floricultura com o Programa Pró-flores, iniciado em 2000, com atuação direcionada para localidades com potencial. Visando promover a floricultura cearense no mercado internacional foram criados os termos promocionais, “Rosas do Ceará” e “Flores do Ceará”, e construída em 2004 uma câmara fria no Aeroporto Internacional Pinto Martins, apropriada ao armazenamento e acondicionamento de flores e plantas ornamentais.

No estado de Pernambuco a produção de flores e plantas ornamentais, vem assumindo papel crescente entre as atividades agrícolas. Nesse sentido, a Embrapa através de transferência

de tecnologia teve uma participação significativa no desenvolvimento da floricultura. Desde 1997 vem efetuando estudos com flores tropicais, oferecendo orientações técnicas para a difusão dessa cultura, com a instalação de unidades demonstrativas. Em 1998, foi criado o Comitê Pernambucano de Floricultura e Plantas Ornamentais. Também o Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) local a partir de 2002 com pesquisas têm desenvolvido um trabalho na dinamização da atividade.

Em Joinville – Santa Catarina, a organização da atividade florícola passa pela constituição do MERCAFLOR (Mercado de Flores e Plantas Ornamentais de Santa Catarina), com o objetivo de conquistar mercado para a comercialização da produção regional. Em Brasília – DF, o incentivo ocorre mediante o crescente “consumo de negócios” (eventos, empreendimentos paisagísticos) e também do “consumo doméstico”, tendo em vista a média da renda *per capita* desta população. Estes exemplos ilustram a expansão produtiva e organizacional das atividades ligadas à floricultura.

Há, ainda, a partir do ano de 2005, outros 34 projetos voltados para a floricultura e plantas ornamentais sendo desenvolvidos através do Sebrae. Esses projetos abrangem o Distrito Federal e mais 17 estados (AM; PA; AL; BA; CE; PE; PB; PI; RN; SE; GO; MT; RJ; ES; MG; RS e SC), conforme dados do Sebrae (2005).

A expansão da floricultura no Brasil vem tendo maior respaldo organizacional tanto no sentido de instituições e programas nacionais como em nível dos estados. O estado de São Paulo ainda assim, possui maior destaque entre os demais, pois conta com importantes instituições de ensino e pesquisa.

O estado de São Paulo se destaca por patrocinar vários institutos de pesquisa e por possuir sua própria financiadora de projetos de pesquisas científicas. Parte importante dos principais centros de pesquisas técnicas-científicas existente no país está localizada neste estado, entre os quais os relacionados à atividade agropecuária, comandados pela Secretaria de Agricultura (ELIAS, 1996, p. 160).

Na ESALQ-USP (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – Universidade de São Paulo) em Piracicaba, há linhas de pesquisa em paisagismo e ciência e tecnologia da produção de flores.

Na UNESP (Universidade Estadual Paulista), nos campus de Botucatu e Jaboticabal há programas de Pós-Graduação em Produção Vegetal e em Produção e Tecnologia de Sementes. Na UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas) o Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola, oferece disciplinas em Tecnologia de Pós-Colheita.

Também o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) desenvolve especificamente em floricultura oito linhas de pesquisa: 1) Introdução e seleção de plantas ornamentais; 2) Melhoramento genético; 3) Fisiologia da produção de flores e plantas ornamentais; 4) Propagação convencional e micro-propagação de plantas ornamentais; Tecnologia pós-colheita de flores e plantas ornamentais; 5) Ecologia de ecossistemas; 6) Ecologia Aplicada. Recuperação de áreas degradadas; 7) Arborização urbana e, 8) Paisagismo. Também, assumem o papel de destaque nas pesquisas com floricultura no estado de São Paulo, o Instituto de Botânica de São Paulo, a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), localizada em Campinas e, o Instituto *Plantarum* de Estudos da Flora em Nova Odessa.

Também, conforme Olivetti (1994), a instalação da Câmara Setorial de Flores e Plantas Ornamentais do estado de São Paulo em fevereiro de 1992, como fórum de debates, teve o objetivo de integrar as ações da atividade florícola. Visou o desenvolvimento em produção, comercialização, ensino, pesquisa, assistência técnica, serviços e insumos, melhoramento de sementes, mudas e bulbos, contando com a participação financeira na época do BANESPA (Banco do estado de São Paulo) e Banco Nossa Caixa.

A junção desses elementos (proximidade com instituições de pesquisa, mão-de-obra qualificada e a concentração de serviços ligados à floricultura) foi definidora para consolidação de São Paulo nesta cultura. A participação do estado de São Paulo na floricultura nacional é central na concentração da produção e na comercialização e também significativa em pesquisas. A floricultura se estrutura primeiro no estado de São Paulo e somente depois tende a se difundir para outros lugares do território nacional.

A floricultura no contexto nacional está se ampliando em *área* e *arena*. A produção proporcional por área cultivada se eleva na medida em que são adicionadas novas técnicas ao cultivo, potencializando a arena. Também a área cultivada aumenta com as possibilidades de circulação, dada as infra-estruturas que se instalam no território. A produção florícola ao se espriar, exige que a acompanhe, a instalação de centrais de comercialização (cooperativas,

ceasas e *gardens centers*, principalmente), em função de serem produtos perecíveis. Desse modo, a produção de flores e plantas ornamentais necessita da estruturação técnica e da organização normativa dos agentes relacionados a essa cultura para se instalar em outros lugares do território nacional, além do estado de São Paulo. Mas esse é ainda um processo recente (a partir do ano de 2000) de formação da cultura florícola no país.

Desde o processo de produção, o emprego de novas técnicas é essencial na obtenção de melhores resultados. Ampliar o tempo de duração do produto mantendo suas características naturais como a cor e o perfume, é apenas um dos objetivos direcionados à floricultura, sendo que as possibilidades de elevar o consumo e garantir mercado interno e externo, resultam diretamente na ampliação do lucro desta cultura.

Diferentemente de outras culturas agrícolas (soja, milho, cana, entre outras tidas como *commodities*), o agronegócio de flores e plantas ornamentais, possui características que proporcionalmente elevam o custo de produção, desde a mão-de-obra empregada aos investimentos na produção (estufas, insumos, defensivos, sistema de irrigação, transporte refrigerado, embalagens adequadas). As flores e plantas representam o produto em si e, até chegar ao consumidor final a agregação de valor ocorre não pela transformação ou beneficiamento deste em outro produto e sim pelo incremento estético de embalagens que lhe é adicionado, ao contrário dos produtos de uma *commodity* que deriva outros produtos. Ou seja, embora havendo uma agregação de valor com o melhoramento genético, fato comum a maior parcela das culturas, quando se trata de produto acabado as flores e plantas se diferenciam das demais culturas, pois, até chegar ao consumidor final, o produto será exatamente o mesmo. A agregação de valor neste caso só é possível via selos de qualidade e principalmente embalagens.

Devido às embalagens constituírem elemento importante na agregação de valor à floricultura, empresários da floricultura holambrense formaram uma parceria com empresários produtores de cerâmica do município de Pedreira (45 quilômetros de distância entre ambos), cujo *design* diferenciado em modelos e cores, incrementa as vendas e conseqüentemente os lucros. Isso revela que enquanto a produção propriamente dita é característica do lugar, os agentes do circuito espacial produtivo e seu correspondente círculo de cooperação podem encontrar-se dispersos no território, distantes.

A especialização exigida em todas as etapas do circuito produtivo de flores e plantas ornamentais impõe a essa cultura a necessidade de investimentos cada vez mais custosos, sobretudo ao produtor. O investimento em mudas e sementes melhoradas, ambiente protegido, climatização (temperatura e umidade), inseticidas e insumos específicos, manejo adequado a cada variedade, vai além da produção em si e, continua na pós-colheita até a comercialização.

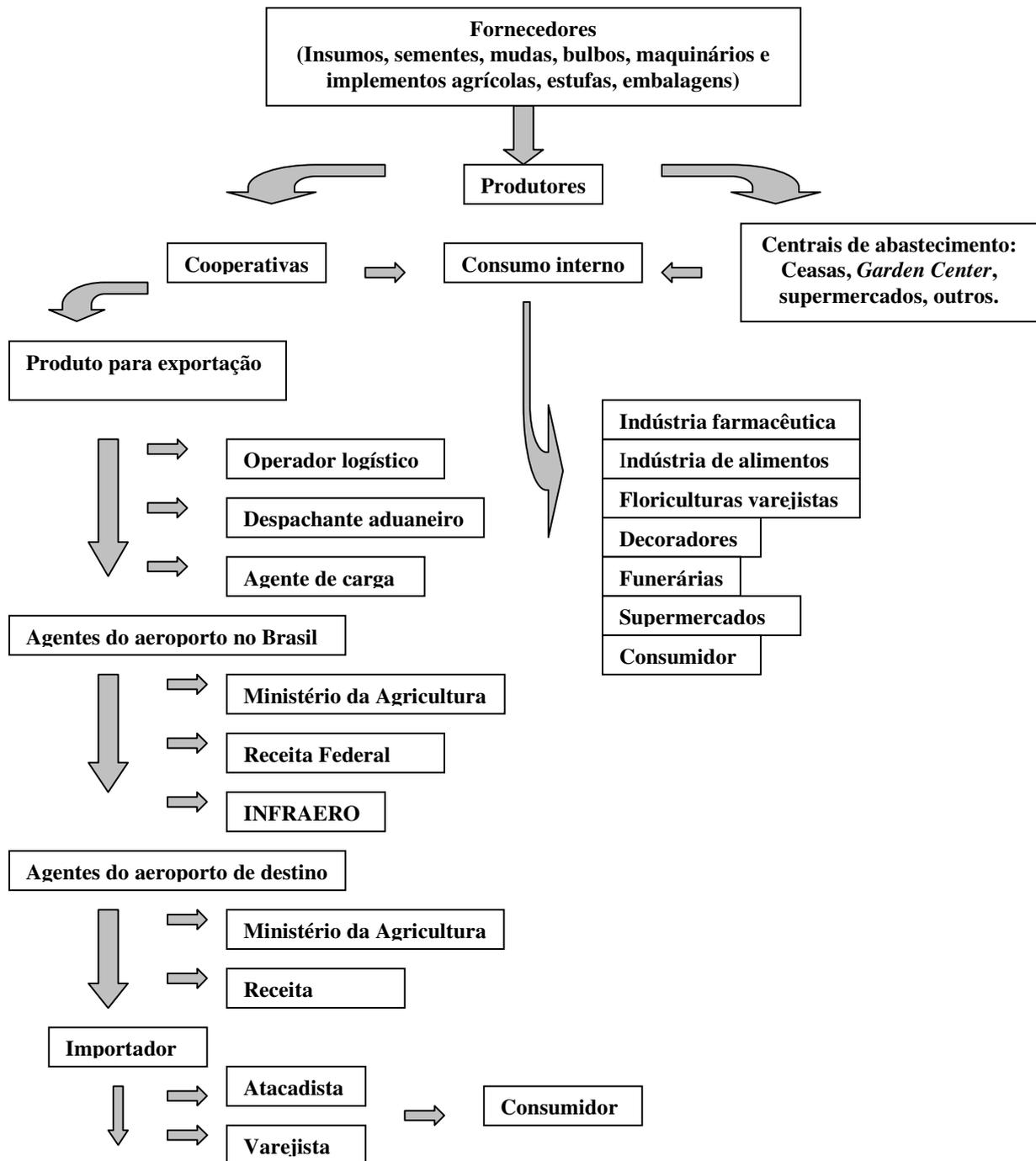
Ainda que a floricultura seja um cultivo não exigente de grandes estabelecimentos rurais e, que a maior parte dos programas de governo destina-se aos pequenos produtores verifica-se um custo elevado de implantação e manutenção da floricultura. O emprego de mão-de-obra familiar nem sempre é suficiente e o acompanhamento de um suporte técnico se faz necessário para manutenção de máquinas e equipamentos e na atualização e incorporação mais rápida das novidades, para assim, poder obter um produto competitivo.

Todos esses fatores elevam o custo de produção e revelam a complexidade técnica e das ações no cultivo florícola. Percebe-se com isso, que o produtor tende a vincular-se a cooperativas – uma característica entre aqueles que optam pela floricultura –, onde o apoio técnico, financeiro e de comercialização é mais facilitado, uma vez que os custos se elevam no processo de pós-colheita. Através dos serviços prestados pelas cooperativas, os produtores se fortalecem, tornando-se mais competitivos no mercado.

Após a produção, na pós-colheita, outros serviços se tornam importantes como: classificação do produto conforme padrões de qualidade para o mercado interno e externo, embalagem do produto e transporte. Depois da produção e colheita, os produtos são comercializados e isso envolve os centros distribuidores: Cooperativas, Ceasas, *Gardens Centers*. Para isso, os produtos necessitam de acondicionamento adequado para conservação, novamente o transporte tanto ao consumidor intermediário nacional como floriculturas, supermercados, funerárias e decoradores, quanto para exportação. Neste caso, requerem outros agentes: do controle fitossanitário, ao embarque em contêineres refrigerados para o transporte aéreo.

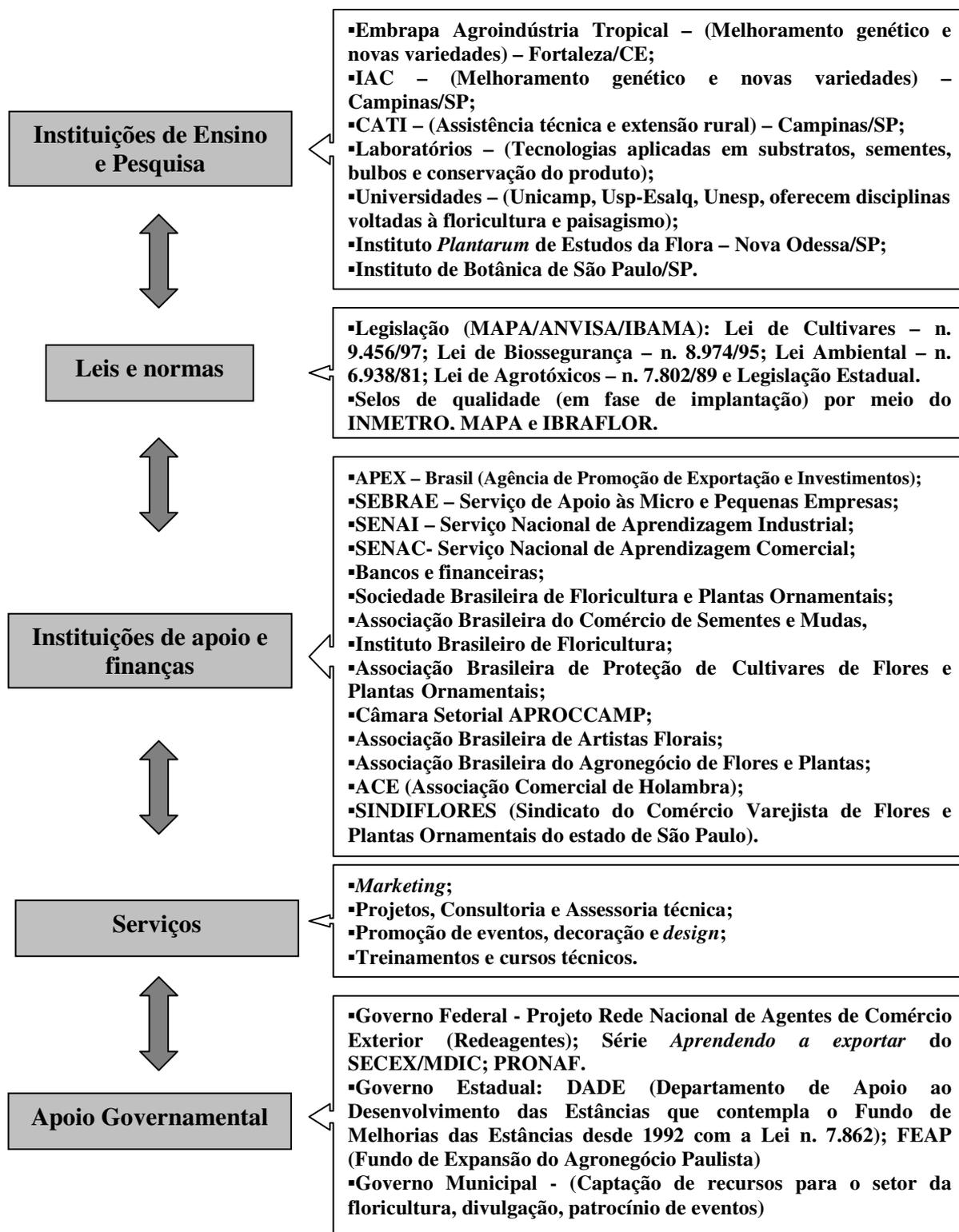
Com esta composição, se revela um complexo circuito espacial da produção (Figura 9.2) e seu correspondente círculo de cooperação (Figura 9.3), uma vez que a circulação por meio das grandes empresas, segundo Arroyo (2001), é essencial no período atual por redistribuírem o excedente e conduzirem em boa parte o uso do território.

Figura 9.2. Esquema do circuito espacial produtivo de flores e plantas ornamentais no Brasil.



Elaboração: Telma Batalioti Galli

Figura 9.3. Esquema do círculo de cooperação do setor de flores e plantas ornamentais, atuante no estado de São Paulo.



Elaboração: Telma Bataliotti Galli.

À medida que foi ocorrendo o aprofundamento da especialização em flores e plantas ornamentais com a produção de novas espécies e variedades, houve uma ampliação das relações e interdependências entre empresas e instituições que formam o circuito espacial produtivo e seu correspondente círculo de cooperação. Para atender a diversidade produtiva dessa cultura, as empresas e instituições também se especializam em produtos e serviços. Isso pode ser constatado por meio da tipologia das empresas e instituições que participam desta atividade econômica, quando analisada a principal feira técnica e de negócios no país, a Hortitec realizada todos os anos em Holambra (Quadro 9.1).

A partir da elaboração do quadro 9.1 pode-se verificar uma diversidade de produtos e serviços maior no circuito espacial da produção de flores em relação ao círculo de cooperação. Notadamente, o que ocorre é uma concentração maior das atividades comandadas pelo círculo de cooperação. Os círculos de cooperação em geral contemplam os fluxos imateriais e são comandados por agentes corporativos, como assim os são as agências de financiamento, as empresas da comunicação e da informação e as instituições de ciência e pesquisa que em geral agem mesmo dispostos geograficamente mais distantes dos lugares onde se estabelecem as especializações produtivas.

Em se tratando da especialização produtiva em flores e plantas que ocorre em Holambra e arredores, ambos, circuito produtivo e círculo de cooperação, dão a situação relativa desse lugar, no atual período, como uma fração do território em função da divisão do trabalho, a considerar o contexto do espaço total do país. A situação geográfica de Holambra, inserida na região concentrada, contempla a proximidade com a disposição dos agentes do circuito produtivo e daqueles do círculo de cooperação, o que torna a especialização produtiva florícola concentrada e consolidada em Holambra ainda mais competitiva frente a outros entes do território nacional.

As relações de ordem técnica, econômica e social do circuito espacial da produção de flores e plantas ornamentais, representam de um lado, o alcance dos agentes econômicos em função dos seus interesses e, de outro, a articulação entre diferentes lugares no processo produtivo. O período atual permite assim, novas formas de cooperação em que a dissociação geográfica das etapas do processo produtivo se torna complementar no circuito espacial da produção juntamente do círculo de cooperação e, ao mesmo tempo, aprofunda a diferenciação dos lugares e a competição entre eles.

Quadro 9.1. Tipologia dos ramos de atuação das empresas e instituições do circuito produtivo de flores e plantas ornamentais no estado de São Paulo, segundo participação na Hortitec/2009.

Pertencentes ao circuito espacial da produção		Pertencentes ao círculo de cooperação	
Ramos de atuação (produtos e serviços)	Número de empresas	Ramos de atuação (produtos e serviços)	Número de empresas e instituições
<i>Fertilizantes e conservantes para flores</i> (importação e comercialização de fertilizantes fólicos, sólidos, solúveis, orgânicos e líquidos de alta concentração)	21	<i>Serviços</i> (escritório de eventos internacionais; cursos e palestras; gestão empresarial e da informação; consultoria, assessoria comercial e representação de produtos agropecuários e, assessoria em comércio exterior e logística)	13
<i>Embalagens e vasos para agricultura</i> (papelão e plástico)	11	<i>Marketing</i> (editoras, revistas, gráficas, informática e livros técnicos)	12
<i>Tratores, máquinas e implementos agrícolas</i>	11	<i>Instituições de Ensino e Pesquisa</i>	3
<i>Importação e comercialização de bulbos e mudas</i>	10	<i>Associações e entidades de classe</i>	3
<i>Equipamentos e produtos agrícolas e agropecuários</i>	10	<i>Financeiro</i>	3
<i>Estufas e proteção de cultivares</i> (Fabricação, comercialização e montagem)	10	Registro da proteção de cultivares e administração de licenças	1
<i>Robótica, automação, sensores climáticos, câmara fria e engenharia de refrigeração.</i>	9		
<i>Telas de proteção e sombreamento</i>	9		
<i>Equipamentos de irrigação</i>	9		
<i>Sementes</i> (Importação; exportação, distribuição e comercialização)	8		
<i>Insumos e insumos orgânicos</i>	8		
<i>Substrato e nutrientes especiais para agricultura</i>	8		
<i>Produtos e instrumentos de controle de pragas e medição</i>	6		
<i>Defensivos agrícolas</i>	5		
<i>Comercialização de flores e plantas ornamentais</i>	3		
<i>Indústria química e agroquímicos</i>	3		
<i>Têxtil</i> (vestuário de segurança do trabalho)	3		
<i>Indústria e comércio de produtos de fibra de coco</i>	2		
<i>Produtos de jardinagem</i>	2		
<i>Transporte refrigerado</i>	2		
<i>Aubos e adubos especiais</i>	2		
<i>Hidroponia; Poço artesiano; Drenagem; Propagação in-vitro de plantas; Laboratório de análises químicas; Saneamento ambiental; Nutrição mineral e fisiologia vegetal; Produtos fitossanitários; Instrumentação analítica; Produtos para a produção de mudas.</i>	(10)*		

*Refere-se ao número total de empresas, sendo apenas uma para cada ramo de atuação.

Fonte: Catálogo de Expositores do evento HORTITEC 2009.

Elaboração: Telma Batalioti Galli.

10. O município de Holambra e a especialização produtiva funcional.

De acordo com Santos (1996b), o espaço geográfico é formado por sistemas de engenharia e fluxos de relações que constituem subespaços (agrícola, urbanos, mineiros, estratégicos, etc). Desses somente o subespaço urbano tem condições requeridas (o aparelho terciário) para manter relações com os demais subespaços. “Desse modo, a rede urbana tem um papel fundamental na organização do espaço, pois assegura a integração entre fixos e fluxos, isto é, entre a configuração territorial e as relações sociais” (SANTOS, 1996, p. 112).

No atual período, sendo o espaço geográfico estratégico e definidor de políticas públicas e privadas, os novos usos do território se apresentam por meio de uma reconfiguração constante do território. “A cada divisão do trabalho, muda o uso do território, em virtude dos tipos de produção reclamados das técnicas diretamente utilizadas e das formas como se exercem as diversas instâncias da produção, exigindo novos objetos geográficos (casa, silos, etc) e atribuindo valores novos nos objetos preexistentes” (SANTOS, 1996, p. 114-5).

As sucessivas divisões sociais e territoriais do trabalho, no entanto, não atingem os lugares com os mesmos efeitos, ou seja, se exercem conforme as condições específicas de cada lugar. A diferenciação dos lugares aumenta conforme os usos do território em função da divisão do trabalho, incluindo-se a divisão internacional.

Na mediação dos interesses da esfera pública com a esfera privada se estabelecem acordos, *pactos funcionais*²⁹. A especialização territorial produtiva e funcional do lugar, por meio de uma ou mais atividades econômicas e, também, propostas de criação de novos entes federativos ou mesmo, propostas de redesenhos de fronteiras através de anexação de áreas, são exemplos de como os pactos funcionais atendem interesses seletivos.

A especialização produtiva em flores e plantas ornamentais que se difunde para além das fronteiras municipais de Holambra, caracteriza-se assim, por ser também *funcional* dada “a intensificação do movimento e a possibilidade crescente de trocas” (SANTOS, 1988b, p.51).

A especialização produtiva funcional de flores e plantas ornamentais caracteriza Holambra como um exemplo representativo no território nacional de cidade do campo. O uso do

²⁹ Para (SANTOS 2007, p.133) “os pactos funcionais interessam a parcelas da população e a interesses localizados, mas não atingem o âmago das relações sociais, fundamentais. Criar um novo município, por exemplo, pode atender a interesses eleitorais (ocasionais) de um partido ou a interesses financeiros de um grupo”.

território holambrense apresenta uma densidade em sistemas de objetos e ações direcionados a essa especialização. Encontra-se instalado em Holambra a maior parcela do circuito espacial da produção e parte do círculo de cooperação relacionados à floricultura. São áreas de produção, cooperativas, empresas de consultoria, empresas de registros de proteção de cultivares e de cursos técnicos, empresas de insumos e implementos agrícolas, e também o Ibraflor, todos com participação significativa na organização e configuração territorial de Holambra.

Em adaptação contínua às normas internas e externas ao seu território, Holambra assumiu uma dinâmica de modernização exigente de nova configuração territorial, não só do município, mas do lugar. À medida que em Holambra se intensifica a divisão territorial e social do trabalho numa atividade bem definida, tal espaço passa a ser valorizado pela política das empresas desse complexo circuito espacial produtivo. As empresas buscam instalar-se no local e na região e, quando não, procuram estar presente através de escritórios, representantes comerciais, serviço de *marketing*, consultorias ou ainda na participação em feiras de negócios.

Holambra possui papel importante nesta atividade econômica, certamente a maior do país, pois aglutina a produção, a comercialização e um conjunto de serviços, em particular os eventos técnicos e de negócios (Hortitec, Garden Fair, Enflor e Expoflora) mais representativos da cultura de flores e plantas ornamentais no país, o que caracteriza o município como estratégico e definidor para as políticas das empresas e do estado de São Paulo, no que tange a esse cultivo.

A Expoflora, evento que ocorre todos os anos no mês de setembro, é a maior feira de flores da América Latina e recebe um público em torno de 300 mil pessoas (VENCATO, 2006), ao passo que a população do município é de aproximadamente 10 mil habitantes. A Expoflora é um evento direcionado a divulgação e comercialização dos produtos ao público consumidor, visa elevar o consumo florícola. A Hortitec, a Garden fair e o Enflor são eventos técnicos direcionados aos profissionais e têm como objetivo mostrar as inovações técnicas aplicadas, sobretudo à produção de flores e plantas ornamentais, aliadas as estratégias de comercialização.

No calendário nacional, o município de Holambra, participa significativamente como sede do maior número e também dos mais importantes eventos ligados à floricultura. Holambra se tornou estratégico no mercado florícola por aliar feiras técnicas às comerciais, ampliando também sua projeção nacional. Holambra, ao lado da cidade de São Paulo e do restante do estado, realizaram 10 eventos, ou seja, 41 % do total dos eventos no ano de 2008 (Quadro 10.1).

Quadro 10.1. Principais eventos (feiras técnicas e de negócios) do calendário nacional relacionados à floricultura em 2008.

MESES	EVENTOS NACIONAIS*
Março	<ul style="list-style-type: none"> ▪AGROFLORES (Fortaleza – CE); ▪MERCAFLO (Joinville – SC)
Abril	<ul style="list-style-type: none"> ▪HORT-FLOR (Atibaia – SP) ▪HORTIFEIRA (Joinville – SC) ▪FLOR INVEST (Recife – PE) ▪ENFLOR RJ (Rio de Janeiro – RJ) ▪AGRIFLOR BRASIL (São Paulo – SP)
Maio	<ul style="list-style-type: none"> ▪FLOR PARÁ (Belém – PA) ▪Feira de distribuição atacadista EXP. Flores (Rio de Janeiro – RJ) ▪EXPOFLOR (Domingos Martins – ES)
Junho	<ul style="list-style-type: none"> ▪HORTIFEIRA (Venda Nova Imigrantes – ES) ▪HORTITEC (Holambra – SP) ▪ENFLOR (Holambra – SP) ▪GARDEN FAIR (Holambra – SP)
Julho	<ul style="list-style-type: none"> ▪SUL FLORES (Curitiba – PR)
Agosto	<ul style="list-style-type: none"> ▪FESTFLORA (Fortaleza – CE) ▪EXPO AFLORD (Arujá – SP) ▪FLV (São Paulo – SP)
Setembro	<ul style="list-style-type: none"> ▪EXPOFLORA (Holambra – SP) ▪Festa das flores e morangos (Atibaia – SP) ▪FRUTAL/AGRIFLOR (Fortaleza – CE) ▪BLUMENFEST (Domingos Martins – ES) ▪TECNOFLOR (Barbacena – MG)
Outubro	<ul style="list-style-type: none"> ▪FIAFLORA (São Paulo – SP)

*Tais eventos possuem ocorrência anual e nas mesmas localidades.
Organização: Telma Batalioti Galli.

As feiras representam a reunião das empresas num mesmo espaço para realização de negócios, divulgação de produtos e serviços voltados a uma ou mais atividade econômica, neste caso, o de flores e plantas ornamentais. Através das feiras de negócio é possível identificar a origem das empresas distribuídas no território, sendo que para as atividades ligadas a esse setor é possível dizer que em Holambra e no estado de São Paulo estão os principais fornecedores de produtos e serviços, conforme se pode constatar nas tabelas 10.1 e 10.2.

Tabela 10.1. Origem das empresas participantes da HORTITEC 2009 – Holambra (SP).

Número de expositores	UF / Países	% do total
264	Brasil (SP, RS, PR, MG, SC, DF, BA, ES, RJ, RN); Holanda, Espanha, Canadá, Alemanha e Chile	100,00
197	São Paulo	74,62
25	Rio Grande do Sul	9,46
10	Holanda	3,78
6	Paraná	2,27
5	Minas Gerais	1,89
5	Santa Catarina	1,89
3	Distrito Federal	1,13
3	Espanha	1,13
2	Bahia	0,75
2	Canadá	0,75
1	Alemanha	0,37
1	Chile	0,37
1	Espírito Santo	0,37
1	Rio de Janeiro	0,37
1	Rio Grande do Norte	0,37
1	Mato Grosso	0,37

Fonte: Catálogo de Expositores do evento HORTITEC 2009.

Elaboração: Telma Batalioti Galli.

Tabela 10.2. Distribuição no estado de São Paulo das empresas participantes da HORTITEC 2009 – Holambra (SP).

Número de empresas	Localidade	% do total
38	São Paulo	19,28
36	Holambra	18,27
18	Campinas	9,13
7	Arthur Nogueira	3,55
6	Piracicaba	3,04
5	Bragança Paulista	2,54
24	Santo Antônio de Posse (4); Indaiatuba (4); Paulínia (4); Barueri (4); Mogi Mirim (4) e Jaguariúna (4).	12,18
18	Atibaia (3); Sorocaba (3); São José dos Campos (3); Ribeirão Preto (3); Diadema (3) e Limeira (3).	9,13
8	Mogi-Guaçu (2); Louveira (2); Jundiá (2) e Jaboticabal (2).	4,07
37*	Monte Mor; Presidente Pudente; Piedade; Cotia; Guararema; Ibiúna; Santa Bárbara d'Oeste; Mairiporã; Valinhos; Itu; Taboão da Serra; Itapetininga; Itatiba; Guarulhos, Ipeúna, Sumaré; Embu; Biritiba Mirim; Araraquara; Jacareí; Nova Odessa; Avaré; São Carlos; Leme; Cajamar; Itápolis; Salesópolis; Barueri; Rio das Pedras; São Bernardo do Campo; Suzano; Tatuí; Cabreúva; Americana; Piracaia; São Joaquim da Barra; Santo Amaro.	18,78
197	Estado de São Paulo	100,00

*Refere-se ao número total, mas sendo apenas uma empresa para cada localidade.

Fonte: Catálogo de Expositores do evento HORTITEC 2009.

Elaboração: Telma Batalioti Galli.

Na tabela 10.1, verifica-se a origem das empresas deste circuito produtivo predominantemente no estado de São Paulo com um índice de 75% em relação aos outros estados da Federação. No atual período existem possibilidades maiores das condições gerais da produção se estabelecer repartidamente entre muitos lugares, conforme a produção de certos produtos. O que ocorre no Estado de São Paulo quanto às empresas relacionados à floricultura é a concentração destas. Na capital, em Holambra e proximidades a disposição das empresas se beneficia da proximidade entre as etapas do processo produtivo com o mercado consumidor.

Na tabela 10.2, as posições de destaque que assumem algumas cidades do estado de São Paulo revelam mais detalhadamente a concentração das empresas ligadas à atividade florícola em poucos municípios. Em São Paulo, Holambra, Campinas, Arthur Nogueira e Jaguariúna estão localizadas mais de 50% das empresas fornecedoras de produtos e serviços colocando esta porção do território nacional em evidência aos agentes do circuito produtivo de flores e plantas.

Da produção ao consumo, tais empresas participam complementarmente de um complexo circuito espacial produtivo e de seu correspondente círculo de cooperação. A adição constante no território holambrense de materialidades e normas direcionadas à especialização produtiva de flores e plantas ornamentais potencializou as condições do processo produtivo florícola, diferenciando-se de outras localidades.

A coexistência no território de formas e normas ao longo do processo histórico e, mais acentuadamente no atual período, estabelece a distinção dos lugares nas mais diferentes escalas e mesmo entre elas, sejam as de relações locais, regionais ou mundiais, também por uma estrutura espacial hierarquizada. O progresso científico e técnico acrescido da política produzida por agentes globais (empresas, bancos, instituições) aceleram as transformações no espaço e no tempo. Desse modo, a configuração de cada lugar reflete tanto o seu envelhecimento quanto a sua modernização, seja por meio da técnica como através das normas que se renovam e tão logo são substituídas. Para Bernardes (2005) a dinâmica do desenvolvimento capitalista é, assim, marcadamente desigual no tempo e de concretização desigual no espaço.

As cidades exercem função importante nesse processo, pois é no subespaço urbano onde se configuram as densidades técnicas e informacionais do território e, sobre as quais se afirma o comando político. Para Santos (1999a, p. 217), nas cidades locais se exerce o comando da parcela técnica da produção, ligadas ao que, na divisão territorial do trabalho, deve-se à produção

propriamente dita, enquanto, nas cidades globais se exerce o comando político, aquele que rege e regula as ordens, o controle de mais-valia, a circulação e distribuição.

Holambra e sua circunvizinhança detêm com a consolidação da especialização produtiva em flores e plantas, o comando da parcela técnica da produção (baseada em suas densidades técnicas-informacionais), mas apenas parte da parcela política (baseada nas informações privilegiadas em ciência e tecnologia) cujo domínio é de controle externo ao território. A produção florícola holambrense adotou o padrão holandês ao importar técnicas, profissionais e o mesmo sistema de comercialização, o chamado *Veiling*.

Entre outras infra-estruturas decorrentes da especialização produtiva, a implantação da Cooperativa *Veiling* respondeu à necessidade de maior fluidez na comercialização das flores e plantas ornamentais, já que se trata de produtos perecíveis. De acordo com Wijnen (1998), o *Veiling* Holambra é um sistema de venda por pregão diário – leilão de preços decrescentes – (Foto 10.1), a exemplo do *Veiling* de Aalsmeer (Holanda) o maior em atuação no mundo desde sua origem em 1912, em se tratando de horticultura. O *Veiling* Holambra possui dois relógios digitais também conhecidos como *Kloks* e mostram todas as informações referentes aos produtos de corte e em vaso no momento da venda, permitindo a comercialização de grandes quantidades e variedades de produtos.

O leilão é realizado pelas manhãs com início às 7h:30min e tem duração de pouco mais de duas horas. Um lote de flores é adquirido em média a cada 1,5 segundos. Os compradores, em geral atacadistas, donos de floriculturas, precisam ser rápidos, pois se demorarem podem perder a compra, ao passo que ao se anteciparem pagam mais caro. Caso não haja lance para determinado lote, este é descartado pelo produtor. Os preços, máximo e mínimo, são fixados pelo produtor em acordo com a Cooperativa para que a venda não fique abaixo dos custos de produção, envolvendo também embalagens, transporte até o *Veiling* e taxas da Cooperativa. Assim, no leilão o valor começa do mais elevado e vai sendo reduzido até que é dado o lance. Os boletos de venda são emitidos no mesmo instante em que o cliente efetua a compra e são colocados junto aos produtos que serão liberados para o carregamento em caminhões estacionados em plataformas na própria cooperativa.

Foto 10.1. Terminais de compra na tribuna leilão do Veiling Holambra.



Fonte: SEBRAE, 2005.

A composição técnica, informacional e organizacional do Veiling abrange de um lado, um complexo nexo de relações que concentra a produção em torno de 400 fornecedores de Holambra e outras regiões produtoras, cerca de 550 empresas clientes de pequeno, médio e grande porte, responsáveis pela distribuição do produto no território nacional e Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Há ainda uma equipe de logística treinada para manusear os produtos do recebimento até a entrega e, uma equipe de controle de qualidade que atua também junto aos produtores. De outro lado, possui também uma complexa infra-estrutura que conta com um laboratório de pós-colheita (Fotos 10.2 e 10.3) onde são realizados diariamente testes de durabilidade, resistência e qualidade das flores e plantas, por meio do controle de umidade, temperatura, controle de pragas, adequação de substrato e fungicidas. Conta-se também com rampas de carga e descarga, câmara fria com diferentes temperaturas e área de exposição de produtos para venda toda climatizada com condições ideais de temperatura e umidade.

Foto 10.2. Laboratório de pós-colheita da Cooperativa Veiling Holambra.



Foto: Telma Batalioti Galli. Trabalho de campo realizado em 10/10/2007.

Foto 10.3. Laboratório de pós-colheita da Cooperativa Veiling Holambra.



Foto: Telma Batalioti Galli. Trabalho de campo realizado em 19/10/2007.

Para Elizabete Raimundo (Gerente de *marketing* do Veiling)³⁰ todo esse aparato já encontra-se insuficiente para atender a demanda desse mercado que vem crescendo. Conforme o site portal do cooperativismo (<http://www.portaldocooperativismo.org.br>), em 2003 o Veiling negociou 106 milhões de unidades, 13% mais do que em 2002 e em 2004 previa-se que os volumes negociados ultrapassassem 110 milhões de unidades. A diretoria do Veiling adquiriu uma área no município vizinho de Santo Antônio de Posse para expandir suas instalações e desde 2006 já opera parte de seus negócios no novo endereço (Quadro 10.2).

Quadro 10.2. Infra-estruturas oferecidas nas duas unidades do Veiling.

Infra-estruturas	Veiling (Holambra)	Veiling (Santo A. de Posse)
Área total	93.000 m ²	800.000 m ²
Área construída	36.000 m ²	105.000 m ²
Área climatizada	10.000 m ²	100.000 m ²
Terminais de compra na tribuna leilão	288	540
Vagas nas rampas de carga e descarga	150	450
Área de câmara fria	1.900 m ²	3.500 m ²
Salas para clientes	2.000 m ²	3.000 m ²

Fonte: Trabalho de campo. Veiling Holambra – 2007.

Organização: Telma Batalioti Galli.

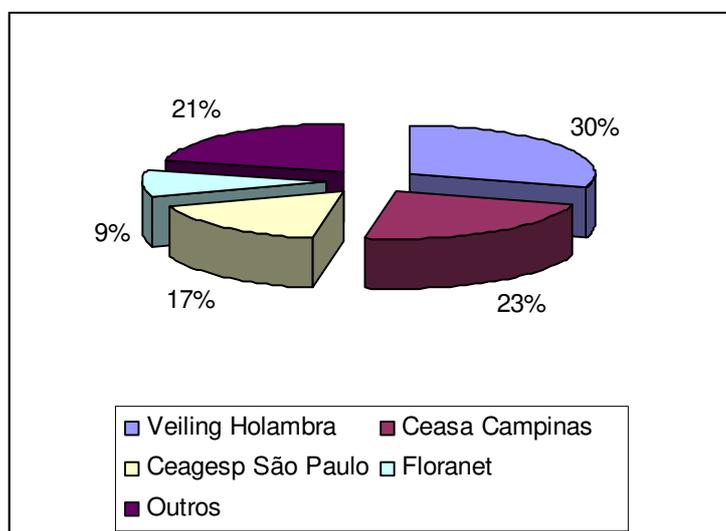
A especialização, sobretudo na área comercial que foi se consolidando em Holambra, evidencia o papel dessas “cooperativas empresas” no sistema de distribuição de flores e plantas, frente ao estado de São Paulo e mesmo no país, tendo em vista o percentual comercializado em particular pelo Veiling (Gráfico 10.1). A especialização em flores e plantas ornamentais, estabelecida por meio da CAPH e posteriormente pelo Veiling e demais cooperativas, no contexto histórico e nos contatos contínuos com a Holanda, conduziram constantemente ao melhoramento técnico da produção e à fluidez do sistema de comercialização. De acordo com Silveira (2007), o sistema cooperativista para o setor de floricultura, em particular a organização implantada pela Cooperativa Agropecuária Holambra com a instalação do Veiling, refletiu-se na profissionalização da floricultura com o aprimoramento das atividades desenvolvidas, de modo que o binômio quantidade/qualidade das flores e plantas ornamentais passasse a ser mais bem atendido.

No atual período, a velocidade das trocas é elemento imprescindível, pois o processo de expansão do capital adquire uma impressionante força. Não basta elevar os padrões de qualidade, de inovação e de produtividade se a distribuição permanecer um entrave, sobretudo no que tange

³⁰ Entrevista realizada no dia 19 de outubro de 2007, como atividade de trabalho de campo.

aos produtos perecíveis como é o caso de flores e plantas. A fluidez na distribuição é central nos trâmites da comercialização.

Gráfico 10.1. Percentual da comercialização de flores e plantas ornamentais nos principais mercados atacadistas de São Paulo em 2002.



Elaboração: Telma Batalioti Galli.
Fonte: SEBRAE, 2005.

A especialização na comercialização pode ser verificada também em outras possibilidades apresentadas ao comprador. Além do sistema de leilão, há o sistema de intermediação, a venda *on-line* e a venda na “pedra” (Quadro 10.3). No sistema de intermediação, os produtores e distribuidores fecham contratos de curto, médio e longo prazo em que constam os preços, características do produto e prazo de entrega. Essa forma possibilita tanto ao produtor, quanto ao comprador uma programação antecipada para atender a demanda nas principais datas deste setor (dia das mães, dia dos namorados, dia das mulheres, dia de finados e natal), pois a produção é sazonal.

Quadro 10.3. Formas de comercialização adotadas nos principais mercados atacadistas de flores e plantas ornamentais do estado de São Paulo.

Mercados atacadistas	Leilão	Intermediação	Venda <i>on-line</i>	Venda na “pedra”
Veiling Holambra	X	X	X	
Cooperflora/Floranet- Holambra		X	X	
Cooperplantas – Holambra		X		
Ceasa – Campinas		X		X
Ceasa ABC – Grande São Paulo		X		X
CEAGESP – São Paulo		X		X
SP Flores – Arujá		X		X

Fonte: Dados de campo, obtidos na Associação Comercial de Holambra em 01/06/2007.
Elaboração: Telma Batalioti Galli.

11. A natureza florícola obediente às lógicas de demanda do mercado.

A especialização produtiva que ocorre em Holambra configura exemplo marcante do que se pode chamar de “reinvenção social da natureza”. A natureza é recriada pelas ações sociais como processo mútuo de inter-relação sociedade/natureza.

Segundo os autores Beck (1992), Giddens (1991) e Latour (1994)³¹, não há como sustentar a existência de uma natureza independente das ações e construções cognitivas humanas, pois sociedade e natureza embora considerados muitas vezes paradoxais, constituem um híbrido, são interdependentes e complementares. Para esses autores já não existe uma natureza “externa” (BECK), “natural” (GIDDENS) ou “pura” (LATOURE).

Quando a natureza ainda era inteiramente natural, teríamos, a rigor, uma diversificação da natureza em estado puro. (...) A primeira presença do homem é um fator novo na diversificação da natureza, pois ela atribui às coisas um valor, acrescentando ao processo de mudança um dado social. Num primeiro momento, ainda não dotado de próteses que aumentem seu poder transformador e sua mobilidade, o homem é criador, mas subordinado. Depois, as invenções técnicas vão aumentando o poder de intervenção e a autonomia relativa do homem, ao mesmo tempo em que se vai ampliando a parte da “diversificação da natureza” socialmente construída (SANTOS, 1999a, p.105-106).

Ao longo do processo histórico e de formação de cada novo meio geográfico, a natureza tornou-se objeto de investigação científica, transformou-se em objeto-mercadoria das demandas humanas. Assim, a natureza é um híbrido do natural/social que segue a renovação das aspirações humanas conforme os novos mecanismos técnico-científicos de monitoração, transformação e controle. A renovação ou intervenção social constante empregada pelos homens (indivíduos, empresas, instituições) revela novos recursos, e estes, outra constelação de dados, outra totalidade. “Recursos são coisas, naturais ou artificiais, relações compulsórias ou espontâneas, idéias, sentimentos, valores” (SANTOS 1999a, p.106).

³¹ Nossa discussão não pretende aqui aprofundar as questões teóricas desses autores, mas sim ressaltar a importância destes no que tange a análise sociológica das especificidades de construção social da idéia de natureza no mundo contemporâneo. As contribuições desses autores nos mostram como a teoria sociológica geral vem pensando o *status* atribuído à natureza, não mais a considerando como uma entidade “externa”, “natural” ou “pura”.

A reinvenção social da natureza se aplica, portanto, na produção de flores e plantas ornamentais e se estabelece em todo o processo produtivo, da produção à comercialização. Na produção a utilização de sementes melhoradas e técnicas de cultivo protegido (irrigação, iluminação e temperatura) associadas a solos corrigidos quimicamente, modificam as condições naturais propiciando uma produção adequada ao tempo da demanda mercadológica e não ao seu tempo natural. O cultivo em ambiente protegido como em estufas, por meio do emprego de diferentes tipos de tecnologia (sistemas de aquecimento, refrigeração, irrigação e cortinas móveis) possibilita as condições ideais de produção durante todo ano e que são adaptadas a cada espécie ou variedade.

A comercialização de flores e plantas ornamentais é controlada independentemente da forma (leilão, intermediação, *on line*, na pedra), pela qual ela ocorra. A comercialização é orientada pela demanda exigente do mercado e que impõe uma sazonalidade a produção. Essa sazonalidade é focada predominantemente em datas comemorativas como as do calendário nacional (dia das mães, namorados, dia de finados e natal).

Por isso, os contratos de compra e venda assumem importância fundamental, pois antecipam a produção conforme a necessidade de comercialização e assim a produção é preparada para seguir a sazonalidade da comercialização e não o contrário (Quadro 11.1). Neste caso, à produção já é possível tamanho controle que é a comercialização que determina o quanto produzir e em que período produzir, propiciando as centrais de abastecimento à disponibilidade do produto nas oportunidades comerciais criadas pelo mercado. A produção segue a ordem do mercado e, portanto, é programada conforme o “calendário” de demandas deste, ou seja, conforme os picos de vendas em datas comemorativas e eventos ocorridos tanto no mercado interno como no externo.

Esse novo mecanismo de programação da produção agrícola, Santos (2000b, p.55), chamou de agricultura científica globalizada. “Na agricultura e em função do mercado global, a prática é científica. E porque é científica há uma determinação de datas, formas de fazer, uma produção inteiramente programada” (SANTOS, 2000b, p.55).

Quadro 11.1. Calendário da sazonalidade da comercialização de flores e plantas ornamentais no CEAGESP.

Produtos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Agapanto	FRACO	MÉDIO	FRACO	FRACO								
Alstroméria	FRACO											
Angélica	FRACO											
Antúrio	FRACO											
Azaléia	FRACO											
Boca de Leão	FRACO											
Branquinha	FRACO											
Copo de Leite	FRACO											
Cravina	FRACO											
Cravo	FRACO											
Cravo Comum	FRACO											
Cravo Tunico	FRACO											
Crisântemo	FRACO											
Crisântemo Comum	FRACO											
Crisântemo Crespo	FRACO											
Crisântemo Polares (Pct)	FRACO											
Crista de Galo	FRACO											
Dália	FRACO											
Dracena	FRACO											
Estátice	FRACO											
Estrelícia	FRACO											
Eucalipto Siméria	FRACO											
Flor de Trigo	FRACO											
Gérbera	FRACO											
Gérbera (Cx)	FRACO											
Gérbera (Dz)	FRACO											
Gipsofila	FRACO											
Girassol	FRACO											
Gladiolo	FRACO											
Goivo	FRACO											
Grama	FRACO											
Helecônia	FRACO											
Impatiens	FRACO											
Lírio	FRACO											
Margarida	FRACO											
Mistura	FRACO											
Musgo Pequeno	FRACO											
Orquidea	FRACO											
Palmeira	FRACO											
Prímula	FRACO											
Rosa	FRACO											
Samambaia	FRACO											
Sempre Viva	FRACO											
Tuia	FRACO											
Violeta	FRACO											

Fonte: Site <<http://www.ceagesp.gov.br/produtos/epoca/>> Acesso em 05/05/2008.

A produção orientada pela sazonalidade do calendário comercial aponta que o mercado consumidor brasileiro não possui o hábito rotineiro de consumo de todos os tipos de flores e plantas ornamentais produzidas, ou seja, o mercado de flores e plantas é regulado, sobretudo pelas datas comemorativas.

Embora a produção seja programada e controlada socialmente, o fato de um produto ter custos mais elevados em determinados períodos do ano, está mais relacionado com a sua demanda a que propriamente as condições de produção.

A floricultura hoje é uma cultura que independente das estações do ano, pode ser toda controlada por ambientes protegidos, o que pode sim elevar os custos da produção, mas não necessariamente sua ausência no mercado por falta de condições produtivas. A produção de rosas é um exemplo bastante significativo. O seu preço mais elevado no dia dos namorados e no dia das mães ocorre mais em função de ser o principal produto eleito pela “atmosfera do consumo” nestas datas, que propriamente por não encontrar-se em seu período “natural” de cultivo.

Sendo o consumo esporádico e por isso, considerado um “gargalo” da floricultura brasileira, o setor passou a investir em *marketing* e em publicidade cujas mensagens não contemplam apenas datas especiais e sim um hábito rotineiro e, portanto focada na intencionalidade de mudança de hábitos tradicionais e no aumento de novas demandas. Conforme Santos (1979a), o *marketing* é utilizado como instrumento de transformação de hábitos e costumes, para conseguir erigir novas demandas e no intuito de elevar seu mercado consumidor (Figura 11.1). Para Silveira (2007b), verifica-se um alargamento dos hábitos de consumo da chamada sociedade industrial, cujo motor tem sido sua propaganda e sua consequência, a imitação.

Em se tratando do calendário nacional, outro aspecto consta na melhoria da qualidade da produção voltada em particular para os produtos destinados à exportação, pois a produção nacional segue também a demanda dos mercados externos, conforme um calendário das festividades internacionais (Quadro 11.2).

Na comercialização *on-line*, há um banco de dados informatizado e atualizado sobre os produtos disponíveis. Esses dados são fornecidos pelo próprio produtor ao seu distribuidor atacadista, neste caso, apenas ao Veiling e à Cooperflora e, referem-se às quantidades, preços e prazos de entrega. Ainda, a comercialização pode ser realizada na “pedra”, através de centrais de distribuição, a exemplo dos *Gardens Centers* e Ceasas. Este último compreende o sistema mais tradicional, onde os produtos são oferecidos a partir da distribuição em boxes, lado a lado, para atender outros clientes atacadistas, e também varejistas até consumidores finais.

Conforme os dados apresentados no Gráfico 10.1 e no Quadro 10.3, verifica-se a centralidade ocupada por Holambra na comercialização, no âmbito do estado de São Paulo. Neste município estão estabelecidos três dos seis principais mercados atacadistas de distribuição do setor de flores e plantas do estado de São Paulo, sendo o Veiling o mais importante do país. Isso se deve às materialidades técnica e informacional, tão necessárias à comercialização desses produtos, por serem perecíveis. De acordo com Junqueira e Peetz (2005, p. 4) [...] “o estado de São Paulo representa cerca de 40% de todo o consumo nacional, enquanto que apenas a cidade de São Paulo absorve perto de 25% de toda a demanda dessas mercadorias”.

Assim, o território holambrense marcado por uma colonização de característica específica (sistema cooperativista), foi condicionando desde sua origem pela organização da produção, o que conduziu na construção da sua autonomia político-administrativa. Foi desse modo que aos interesses dos agentes da especialização produtiva adicionou-se à parcela técnica mais elementos, sempre visando estar a contento da parcela política de comando dessa produção. A especialização produtiva em flores e plantas ornamentais segue assim, a demanda de certos produtos e consumos para evitar a inviabilidade da produção.

Figura 11.1. Publicidade de campanha de incentivo ao consumo de flores e plantas ornamentais veiculadas no estado de São Paulo.



Fonte: Trabalho de Campo. Foto de outdoor instalado na Av. Imperatriz Leopoldina em Campinas – SP, 2007.
Foto: Telma Batalioti Galli.

Por exemplo, no calendário nacional o mês de fevereiro seria o período menos significativo para comercialização de rosas, mas o fato de neste mês ser comemorado o dia dos namorados (Valentine's Day) nos EUA e na Europa, elas são produzidas com finalidade de exportação. Para conquistar o mercado externo, os produtores de Holambra investiram em tecnologia na construção de estufas especiais, na aquisição de adubos especiais e adquiriram fazendas para produção em locais cujo clima ameno é mais apropriado para as variedades destinadas à exportação, o que reduz os custos da produção.

Quadro 11.2. Calendário das principais datas comemorativas internacionais.

Mês	Dia	Evento	Países
Janeiro	7	Natal	Rússia
Fevereiro	14	Dia dos namorados	Estados Unidos e Países da Europa
Março	6	Dia das mães	Inglaterra
	8	Dia Internacional da mulher	Todos
Abril	21	Dia da secretária	Estados Unidos
Maio	2º domingo	Dia das mães	Todos
	30	Dia das mães	França
Agosto	13-15	Kyuu-Bom (Festa dos mortos)	Japão
Novembro	25	Dia de Ação de Graças	Estados Unidos
Dezembro	25	Natal	-

Fonte: OLIVEIRA e BRAINER (2007).

Adaptação: Telma Batalioti Galli.

A família Reijers de imigrantes holandeses que iniciou sua produção de flores em 1972, em Holambra, expandiu a produção para os municípios: Pinhal e Santo Antônio da Posse (SP), Itapeva e Andradas (MG) até encontrar em São Benedito e Ubajara no Ceará as melhores condições sob a Serra da Ibiapaba. Outros fatores também foram influentes: a) o ciclo de produção de rosas em São Paulo e Minas Gerais é de 65 a 85 dias, enquanto no Ceará é de 35 a 45 dias, até o ponto da colheita e, b) no aeroporto de Fortaleza a produção pode ser mantida em câmara fria específica para flores.

A especialização produtiva em flores e plantas ornamentais envolve também uma complexa tipologia de produção que reúne com particularidades cada espécie. A produção de rosas, por exemplo, requer cuidados especiais que não se encerram no campo. Na pós-colheita todo o processo logístico, desde a colheita até o momento da comercialização, precisa ser rápido e eficiente, para que não haja desperdício sendo necessárias medidas importantes quanto à embalagem, ao armazenamento e ao transporte.

Logo após a colheita, as rosas são transportadas, em água, para uma câmara refrigerada, a uma temperatura de 8°C. Em seguida são classificadas por variedade, tamanho de haste e ponto de abertura do botão, em um ambiente climatizado a 18°C. O passo seguinte é o encaixotamento, feito dentro da câmara resfriada a uma temperatura de 2°C. Na embalagem está discriminado, em língua inglesa, o tamanho da haste e sua variedade. Essas ficam armazenadas nas câmaras refrigeradas à disposição da expedição. As rosas são transportadas para Fortaleza em um caminhão climatizado a 2° C. Temperatura que é mantida em câmaras resfriadas no próprio aeroporto e posteriormente transportada por via aérea na mesma temperatura. In: <<http://www.aprendendoaexportar.gov.br/flores/porque/casos.asp>>.

Outro exemplo de especialização na produção por espécie cultivada ocorre com a produção de crisântemo. Nos primeiros meses de cultivo, essa cultura precisa de muitas horas de luz para crescer até 90 centímetros, o tamanho ideal para a comercialização. Se o dia for curto, luz artificial é usada na estufa. A especialização produtiva em flores e plantas ornamentais é, portanto, exigente de tecnologia em todas as etapas da produção. Assim, a participação de empresas e de instituições de pesquisa intensifica a especialização. Nesse sentido, a filial brasileira da empresa holandesa SBW Internacional, localizada em Holambra, adquiriu de outra empresa, a Bionova (Ribeirão Preto – SP), 24 bioreatores que serão utilizados na produção de

mudas *in vitro*, no âmbito de melhorar os sistemas de micro-propagação de mudas selecionadas de diversas espécies.

A especialização da produção estimulada por Holambra aprofunda a complexidade da atividade florícola em dois aspectos principais. O primeiro encontra-se diretamente ligado à produção no que tange a diversidade de produtos. Quando foi instalado o Veiling em Holambra em 1989, a produção envolvia cerca de mil variedades de flores e plantas ornamentais, sendo que no ano de 2007 esse número já ultrapassava duas mil variedades entre mais de 200 espécies.

O segundo aspecto é a complexidade que envolve e requer o circuito produtivo florícola, ou seja, as relações de complementaridade exigidas a uma cidade do campo. A especialização em flores e plantas ornamentais é exigente de empresas e serviços que possam garantir as modernizações ao circuito da produção mais o círculo de cooperação. Só na área de capacitação em floricultura, em Holambra estão instaladas nove empresas (Stans Scheltinga – Arte Floral; Escola de Arte Floral AlfredoTilli; Colégio Van Gogh; Augusto Aki – Assessoria; Flortec – Treinamentos, Cursos e Eventos; Curso Tec Holambra; Studio Floral; Floral Design Brasil e Centro Paisagístico Gustaaf Winters) que caracterizam Holambra como centro de referência em flores e plantas no Brasil.

12. A política pública e os interesses privados no uso do território holambrense.

No percurso de mudanças e avanços do capitalismo se estabelecem os espaços da globalização, estes definidos conjuntamente pela presença indissociável de uma *tecnoesfera* e uma *psicoesfera* (SANTOS 1999a). A *tecnoesfera* refere-se ao mundo dos objetos e a *psicoesfera* ao mundo das ações, reino das idéias. “Essa *psicoesfera* produz a busca social da técnica e a adequação comportamental à interação moderna entre a tecnologia e valores sociais” (RIBEIRO, 1991, p.48). A *psicoesfera* fornece as regras à racionalidade e estimula o imaginário (SANTOS, 1999a).

Os espaços da globalização possuem cargas diferentes de conteúdo técnico-científico e informacional e que definem os lugares originando espaços hegemônicos e hegemonzados. O município de Holambra se configura como um espaço da globalização, onde funcionam de modo unitário *tecnoesfera* e *psicoesfera*. Em Holambra, a tecnificação do território em função de uma especialização produtiva, obedece aos mandamentos da produção que traduz interesses distantes. Assim, *tecnoesfera* e *psicoesfera* se apresentam a sociedade com dimensões mais amplas que o lugar, obedientes a racionalidade da globalização.

A julgar o atual momento, a voracidade do capital como tendência, converte tudo em mercadoria para o consumo abarcando uma infinidade de produtos, idéias, o território e mais enfaticamente as cidades. A cidade é o concreto, o conjunto de redes, as materialidades visíveis do urbano, enquanto o urbano é o abstrato, mas que dá sentido à cidade, assim, define Santos (1992).

Dessa forma, a nova racionalidade do capitalismo produz uma manipulação ideológica que potencializa a eficácia econômica que se estende para além de produtos e pessoas, impondo rearranjos aos territórios, seja modificando suas fronteiras ou criando signos para as cidades. A *tecnoesfera* e a *psicoesfera* se apresentam como conteúdo do território, condicionam os comportamentos humanos e estes a utilização de novos recursos técnicos, numa complementaridade, pois, são redutíveis uma a outra.

Em Holambra, *tecnoesfera* e *psicoesfera* se apresentam tanto na tecnificação do território quanto nas políticas públicas. Assim, se consolidou em Holambra uma especialização produtiva em flores e plantas, bem como, se criou a Estância Turística da “Cidade das Flores”. Como tendência atual, aos territórios são atribuídas imagens, um parecer estético, o que justifica a

elevada utilização publicitária e do *city marketing* (SÁNCHEZ, 1999) para representar sobretudo, os interesses de um conjunto de agentes da elite local para suas cidades.

As imagens produzidas para os territórios, mais em particular para as cidades procuram evidenciá-las e qualificá-las com uma “marca”, um *slogan*, predominantemente construídas a partir da ação combinada de interesses dos governos locais, junto a agentes hegemônicos e ou agências multilaterais³². A política pública juntamente com as agências multilaterais que em grande medida representam interesses de grupos econômicos, definem para o território projetos particulares e seletivos que acentuam as diferenças e elevam a competitividade territorial, ao adotar o planejamento estratégico com as aspirações do mercado. Tais agências se fundamentam na informação como mercadoria, transformando-a em uma estratégia de poder para as políticas das grandes empresas que coexistem envolvendo as escalas local, regional, nacional e do mundo.

Assim, a informação que se propõe a informar é também aquela que manipula acerca das possibilidades e vantagens segundo as intencionalidades dos detentores da informação. “O que é transmitido à maioria da humanidade é, de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde” (SANTOS, 2000b, p. 39).

A associação de interesses entre agentes econômicos e o poder público se fundamenta na ideologia³³ cuja forma de conhecimentos e idéias proferidos assume um *discurso competente*. Para Chauí (1989, p. 7) “discurso competente é aquele que pode ser proferido, ouvido e aceito como verdadeiro ou autorizado porque perdeu os laços com o lugar e o tempo de sua origem (...), é o discurso instituído”. O discurso competente se localiza no processo de burocratização, “organização” e racionalização das sociedades modernas, contido na ascensão e expansão do

³² As agências multilaterais ou instituições supranacionais possuem características internacionais de ação em diversas escalas e operam como centros de pensamento, difusão e financiamento de políticas públicas: FMI (Fundo Monetário Internacional), OMC (Organização Mundial do Comércio), Banco Mundial, ONU (Organização das Nações Unidas), entre outras. (SÁNCHEZ, 2001b).

³³ “A ideologia, forma específica do imaginário social moderno, é a maneira necessária pela qual os agentes sociais representam para si mesmos o *aparecer* social, econômico e político, de tal sorte que essa aparência (que não devemos tomar como sinônimo de ilusão ou falsidade), por ser o modo imediato e abstrato de manifestação do processo histórico, é o ocultamento ou a dissimulação do real. Fundamentalmente, a ideologia é um corpo sistemático de representações e de normas que nos ‘ensinam’ a conhecer e agir. A sistematicidade e a coerência ideológicas nascem de uma determinação muito precisa: o discurso ideológico é aquele que pretende coincidir com as coisas, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser e, destarte, engendrar uma lógica da identificação que unifique pensamento, linguagem e realidade para, através dessa lógica, obter a identificação de todos os sujeitos sociais com uma imagem particular universalizada, isto é, a imagem da classe dominante” (CHAUÍ, 1981, p. 3).

Estado, e manifestando-se sobre todas as dimensões da vida humana, ora como discurso do poder e ora como discurso do conhecimento (CHAUÍ, 1989).

Os interesses e estratégias dos agentes políticos e econômicos capturados pela ideologia da estética da cidade produzem uma agenda política para as cidades. Conforme afirma Dallari (1982, p. 62), “atualmente o poder político está geralmente a serviço do poder econômico”. As cidades passam a assumir características conforme as imagens atribuídas a elas em função das escolhas econômicas.

Dentre as simbologias criadas para figurarem os projetos propostos a essas cidades, muitas são as denominações que podemos encontrar na literatura: “cidades-modelo”; “cidades-espetáculo”; “cidades-empresa”; “cidades-mercadoria”, “cidades-vitrine”, enfim, estas denominações³⁴ buscam evidenciar o produto em que estas cidades se transformam para se venderem ao consumo. Sendo assim, alguns exemplos são bastante ilustrativos, como os de “cidades-modelo” (Barcelona na Espanha, Curitiba no Brasil), vinculadas a um projeto de gestão urbana (SÁNCHEZ, 2001b); “cidades-empresa” (Volta Redonda no estado do Rio de Janeiro, Aracruz no estado do Espírito Santo), vinculadas a projetos empresariais (PIQUET, 1998) e; tantas outras que se inserem neste contexto de “cidades-mercadoria”, a exemplo também de Holambra e Campos do Jordão no estado de São Paulo, vinculadas a potenciais produtivos ou de condições “naturais” e turísticas. Todos esses casos representam projetos de modernização urbana que fazem uso do discurso do pensamento único da economia neoliberal para inserção destas no mercado global.

Para Sánchez (2001b, p. 33) [...] “a transformação das cidades em mercadorias vem indicar que o processo de mercantilização do espaço atinge outro patamar, produto do desenvolvimento do mundo da mercadoria, da realização do capitalismo e do processo de globalização em sua fase atual”. À produção social do espaço como mercadoria, Lipietz (1987), vinculou a “lei do valor”, e assim, o espaço como um bem pode ter um preço.

Moraes e Costa (1982) atentam para o *processo social de valorização do espaço*. Esta valorização se configura pela impossibilidade do espaço ser tomado apenas em sua existência e individualidade, ou seja, deve ser considerado como resultado das relações sociedade/espaço.

³⁴ Sobre essas denominações dadas às cidades consultar: SÁNCHEZ (2001c), PIQUET (1998), BOTELHO (2004) e BENACH (2000).

Desse modo, os subespaços cidade e campo na figura do ente municipal, são transformados em mercadoria para uma comercialização completa, nada escapa ao mercado. Criam-se potenciais para o município e assim, produzem-se novas formas de uso do território.

De forma abrangente, essas novas formas de uso do território se apresentam como processos de modernização das cidades, onde a urbanização inserida no circuito de reprodução capitalista baseia-se na produção-consumo de mercadorias. Contudo, Harvey (2005, p.165) também aponta que o processo de feitura da cidade é tanto produto como condição dos processos sociais de transformação em andamento, na fase mais recente de avanço capitalista.

A gestão e o planejamento urbano despontam a partir de 1980 como mecanismos para as políticas públicas municipais em serviços (infra-estruturais, financeiros e econômicos), agirem na promoção do crescimento econômico em favorecimento da ação empresarial, o que dinamiza a economia local com a atração de investimentos. As cidades, assim, buscaram construir ou produzir a exemplo do “modelo Barcelona”, imagens de si mesmas inseridas na lógica da competição interurbana. Esse posicionamento adotado pela política municipal, Harvey (1996, p. 50) chamou de passagem do gerenciamento urbano para o empresariamento ou do administrativismo ao empreendedorismo (HARVEY, 2005, 166).

Também entre as novas formas de uso do território está o planejamento qualificado como estratégico, e neste sentido, tende a ser pensado para uma parcela do território – para a parcela urbana, a cidade. Desse modo, conforme Carlos (2007, p. 91):

Nas estratégias dos “planos”, o uso da cidade é pensado na perspectiva de uma simplificação das necessidades, que deste modo aparece, separadamente, a partir do estabelecimento de funções bem delimitadas, como àquela do morar, do trabalho e do lazer. A idéia de uso presente no planejamento da cidade reduz a cidade ao seu nível funcional e essa simplificação decorre do fato de que se pensa a cidade apenas enquanto meio físico, teatro da atividade econômica e, portanto, lugar a ser ordenado pelo planejamento para viabilizar essas necessidades e a partir daí, busca-se uma solução técnica. A dominação imposta pelas necessidades do poder político em articulação com a empresa privada produz o espaço homogêneo ao mesmo tempo, que contraditoriamente, impõe a fragmentação pela realização da propriedade privada, que vende a cidade em

pedaços. Esse processo entra em contradição com as necessidades da vida social, que não se reduz nem ao aspecto econômico, nem ao político, gerando lutas.

À medida que os territórios participam de interesses específicos ampliam-se as desigualdades e a competitividade entre estes. Harvey (1996), assinala que a redução das distâncias geométricas nas últimas décadas do século XX, possibilitou a maior competitividade dos espaços. O poder público municipal tem buscado, nesse sentido, facilitar investimentos privados em âmbito local e, explorar as vantagens locais também pela “revitalização” mais como embelezamento da cidade, além, de utilizar cada vez mais a publicidade e o *city marketing* para sua promoção, também no mercado internacional. Trata-se da construção de uma imagem, “marca” ou “*slogan*” da cidade como local empreendedor e atrativo aos negócios e, para tanto se favorecem aspectos endógenos como nichos de mercado, como um segmento produtivo, por exemplo.

Esses mecanismos estruturam subjetividades determinando um esquema para a produção e o consumo, que drenam significantes em direção ao que o capital pretende de determinada cidade. O poder público municipal, portanto, cria estratégias buscando dinamizar sua economia, ao mesmo tempo, em que se auto-promove com discursos desenvolvimentistas. A cidade como mercadoria, existe se inserida num sistema de significantes simbólicos que se recriam ou se reinventam constantemente, como processo de uma nova psicosfera.

O *marketing* urbano concretiza-se por meio de campanhas publicitárias, eventos e feiras que promovam o nicho de mercado elegido pelos agentes locais, revitalização da área urbana, melhorias infra-estruturais, entre outros. Conforme Sánchez (2001a, p.161), a cristalização desse ideário midiático em imagens e discursos, impõe-se como legítimo e condiciona um conjunto de ações voltadas para a adaptação das cidades aos tempos e espaços da globalização.

Essa prática estratégica e discursiva empregada pelo governo municipal, nas condições atuais, segue as lógicas do dinheiro. Conforme Santos (2000b), essas lógicas seguem duas vertentes, uma que é o dinheiro das empresas e, outra, deriva das finanças dos governos financeiros mundiais (Fundo Monetário Internacional Banco Mundial, bancos travestidos em regionais como o BID). Por intermédio das finanças deles é que o emprego dessa política municipal conduz a projetos e discursos que se dão como “inteligência global”.

Essa inteligência é exercida como contabilidade global, cuja base é um conjunto de parâmetros arbitrários que medem, avaliam e classificam cada projeto de modernização urbana, por meio de escolha arbitrária de variáveis, o que contempla certa parcela da produção, deixando praticamente de lado o resto da economia (SANTOS, 2000b, p. 100). Assim, apenas certa parcela da produção e do espaço é contemplada, conseqüentemente ampliam-se as desigualdades sócio-territoriais, pois, as diferenças que constituem cada território são submetidas às demandas de mercado.

Quando o município de Holambra foi criado em 1991, também no Brasil foi o momento em que as políticas públicas se abriam à “capacitação” de cidades para a inserção competitiva no mercado global. A administração pública de Holambra aproveita-se das condições precedentes e direciona-se ao empresariamento, marcadamente como uma característica. O sentido de uma especialização produtiva proporcionou a Holambra uma competitividade favorável frente a outros entes federativos.

Enquanto de um lado, a especialização produtiva caracterizou Holambra como a “Cidade das Flores”, de outro, as políticas públicas utilizaram-se da cultura dos imigrantes holandeses por meio da cristalização de sistemas de objetos e ações, na construção de um imaginário da “Holanda brasileira”. Para isso, o município se vale de políticas que beneficiam as empresas de duas formas: uma indiretamente através da imagem, da estética e do *marketing* criados para o município e, outra, diretamente com a isenção fiscal e territorial, como prescreve os artigos 117, 131 e 135 da Lei Orgânica Municipal de Holambra.

Art. 117. Parágrafo 3º. O município poderá instituir através de Lei, a redução de impostos para prédios e obras da iniciativa privada que contribuam para desenvolvimento turístico do município, nos termos do artigo 132, inciso III e do Parágrafo Único do artigo 135, desta Lei Orgânica.

Art. 131. O município dispensará às microempresas, às empresas de pequeno porte, urbanas e rurais, assim definidas em Lei, tratamento jurídico diferenciado, visando incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias e creditícias, ou pela eliminação ou ainda pela redução destas, por meio de Lei.

Art. 135. Parágrafo Único. As edificações e obras urbanas poderão ter características e arquitetura típicas de seu povo de origem.

O poder público, dessa forma, se retira do mercado, na medida em que renuncia tirar dinheiro das empresas. Contudo, de acordo com SOUZA (1996, p. 04) “para ser social, o Estado tem de tirar parcela do produto das empresas. Mas, o que ocorre hoje é que ele diminui, melhor dizendo, renuncia sua ação social, pois diminui a mais valia que ele extrai”.

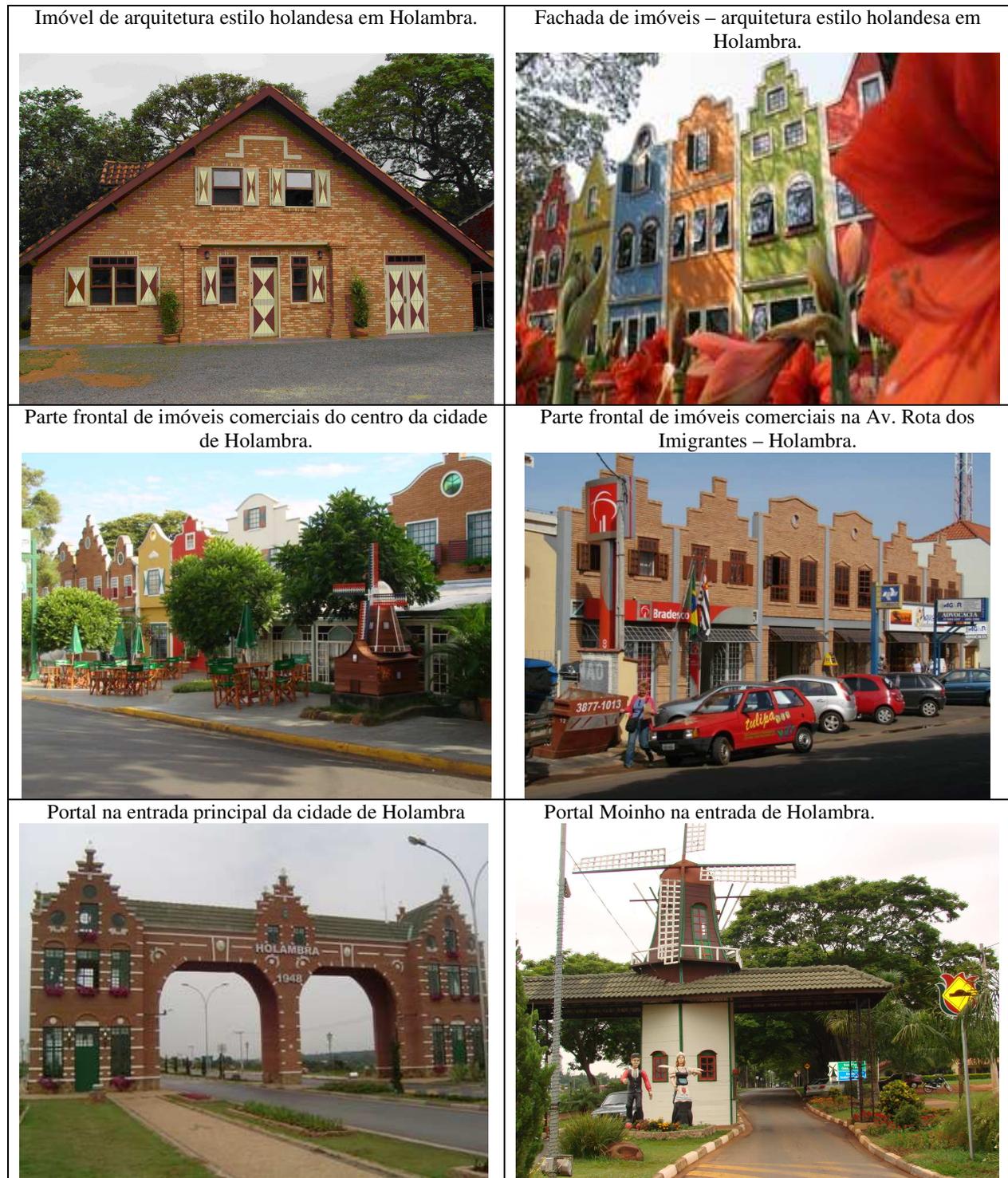
O poder público municipal de Holambra, dessa forma, também incentiva seus munícipes com descontos de até 50% no IPTU, a manter o padrão da arquitetura holandesa na construção das residências e dos estabelecimentos comerciais, além de viabilizar a construção e manutenção da cultura holandesa através de parques, museus e monumentos presentes na cidade como os portais que sinalizam ao visitante a chegada à cidade (Figura 12.1).

O poder público também instalou em todo município sinalização de trânsito turística temática, com placas em formato de moinho e tulipa para orientar a locomoção do turista e assim, favorecer o comércio local (Figura 12.2). Aqui a psicoesfera é complementar à ideologia e como tal se materializa. “A ideologia produz símbolos, criados para fazer parte da vida real, e que freqüentemente tomam a forma de objetos” (SANTOS, 1999a, 101).

Holambra foi construindo a psicoesfera do turismo a partir da memória coletiva, das tradições e costumes herdados da origem holandesa de seus imigrantes, bem como, se aproveitando da própria especialização produtiva em flores e plantas já característica deste município. Com um território favorecido em função de fatores culturais, produtivos e de acessibilidade, por meio da mídia e do *marketing*, constituíram-se as condições de viabilização e construção de sua imagem (Holambra: Cidade das Flores). O turismo em Holambra é um produto que foi sendo construído junto da especialização florícola, mas que recentemente tornou-se um novo elemento econômico.

Para Moretti (2007), o turismo assume a perspectiva de racionalização do espaço, participa da transformação dos lugares, viabilizando-os para as ações programadas para o lucro. A atividade turística participa do contexto geral da reprodução capitalista.

Figura 12.1. A psicosfera construída: padrão da arquitetura de Holambra em estilo holandês.



Fotos: Telma Batalioti Galli.

Trabalho de Campo, realizado em 04/05/2009.

Figura 12.2. O emprego da simbologia: Sinalização de trânsito no município de Holambra – SP.



Fotos: Telma Batalioti Galli. Trabalho de campo realizado em 04/05/2009.

As políticas públicas e os interesses privados carregam sempre um conjunto de intencionalidades, diretrizes e estratégias, e o turismo soma-se a elas. Com a instituição do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) na década de 1990, criou-se os instrumentos (Conselhos, Fundos e Planos municipais)³⁵ para a oficialização da participação do poder público juntamente com os interesses da sociedade, mais precisamente da esfera privada.

Holambra, ao direcionar seu espaço também ao turismo, novos objetos e novas ações passaram a incidir sobre a reorganização do território com políticas adicionadas ao planejamento urbano, dando origem a um novo *padrão espacial* (SANTOS, 1999a). Devido a esse contexto de inter-relação entre objetos e ações, o planejamento urbano emerge como uma necessidade. O planejamento urbano, neste caso, se reduz a uma técnica, cuja urbanização preparada para o turismo, inaugura objetos (são as materialidades).

Em Holambra a psicoesfera da “Cidade das Flores”, cria materialidades que tomam a forma de objetos turísticos: portais, moinhos, arquitetura urbana, canteiros de flores, sinalização de trânsito, parques, roteiro turístico rural, roteiro gastronômico, e feiras técnicas e de negócios. Também os nomes de ruas (Rua das Dálías, Rua das Azaléias, Rua das Tulipas, Rua Antúrios), de praças (Praça Vitória Régia, Praça dos Crisântemos, Praça dos Cravos, Praça das Gérberas) e de bairros (Jardim Flamboyant, Parque dos Ipês, Morada das Flores, Residencial Nova Holanda, Parque Residencial dos Imigrantes, Jardim das Tulipas), fazem menção a “Cidade das Flores”, e a memória dos imigrantes holandeses.

Muitos imóveis preservam os detalhes arquitetônicos típicos dos imóveis holandeses: telhados bastante inclinados para não acumularem neve e tijolo à vista; nas janelas as cortinas até a metade dos vidros para que o sol possa entrar com maior intensidade e aquecer os imóveis. Eles também são enfeitados com flores e em alguns casos os desenhos nas fachadas podem indicar a profissão ou procedência do proprietário.

³⁵ **Conselho Municipal de Turismo** é o órgão da Administração Municipal de caráter consultivo e deliberativo que conjuga esforços entre o poder público e a sociedade civil, para assessorar o município em questões referentes ao desenvolvimento do turismo. É por meio do Conselho Municipal de Turismo que a sociedade participa da elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo. O **Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Turismo** é o documento que reúne as diretrizes, estratégias e ações para o município desenvolver o turismo de maneira organizada e planejada. E o **Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR)** é criado por lei municipal para subsidiar as ações do Conselho, com o objetivo de concentrar recursos de várias procedências, com vista a promover a consolidação da atividade turística do município.

A cultura do imigrante da qual se apodera o poder público é mantida quando o imigrante se assenta no Brasil, pois de acordo com Fausto (2004, p. 18) “o imigrante busca amenizar o corte materializando, de várias formas, a lembrança da terra que deixou. Desse modo, o arranjo de sua casa tem características próprias, evidenciadas nos chamados objetos biográficos”. Em Holambra tais características são explícitas no interior das casas, e também, marcadamente na arquitetura externa dos imóveis.

A cultura holandesa impregnada nos objetos e ações da urbanização holambrense, incentivada pela política municipal possibilitou Holambra elevar-se a “Estância Turística de Holambra” em abril de 1998, através da Lei nº 9.995. A aprovação desta Lei possibilitou além da sua inclusão no grupo de 67 cidades catalogadas como estâncias turísticas no estado de São Paulo³⁶ até junho de 2006, a também receber recursos financeiros que passam a somar na administração municipal, conforme o que dispõe Constituição do estado de São Paulo sobre as estâncias:

Artigo 146 – A classificação de Municípios como estância de qualquer natureza, para concessão de auxílio, subvenções ou benefícios, dependerá da observância de condições e requisitos mínimos estabelecidos em lei complementar, de manifestação dos órgãos técnicos competentes e do voto favorável da maioria dos membros da Assembléia Legislativa.

Parágrafo 1º - O Estado manterá, na forma que a lei estabelecer, um Fundo de Melhoria das Estâncias, com o objetivo de desenvolver programas de

³⁶ Para se tornar Estância, as 67 cidades tiveram projetos de lei apreciados e aprovados pela Assembléia Legislativa e sancionados pelo Governo do Estado. Estas cidades representam aproximadamente 10% dos municípios do Estado de São Paulo e estão classificadas em quatro categorias: turísticas (29, sendo elas: Aparecida, Bananal, Barra Bonita, Batatais, Eldorado, Embu, Holambra, Ibitinga, Ibiúna, Igarapu do Tietê, Ilha Solteira, Itu, Joanópolis, Paraguaçu Paulista, Paranapanema, Pereira Barreto, Piraju, Presidente Epitácio, Ribeirão Pires, Salesópolis, Salto, Santa Fé do Sul, São José do Barreiro, São Luiz do Paraitinga, São Pedro, São Roque, Tremembé e Tupã), climáticas (12, sendo: Analândia, Atibaia, Bragança Paulista, Caconde, Campos do Jordão, Campos Novos Paulista, Cunha, Morungaba, Nuporanga, Santa Rita do Passa Quatro, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí), hidrominerais (11, sendo: Águas da Prata, Águas de Lindóia, Águas de Santa Bárbara, Águas de São Pedro, Amparo, Ibirá, Lindóia, Monte Alegre do Sul, Poá, Serra Negra, Socorro) e balneárias (15 sendo: Bertiooga, Cananéia, Caraguatatuba, Guarujá, Iguape, Ilha Comprida, Ilhabela, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos, São Sebastião, São Vicente, Ubatuba). Em 1985 foi criada a Associação das Prefeituras de Cidades Estância do Estado de São Paulo objetivando os interesses dessas estâncias. Em 1926 foi criada a primeira estância do estado, Campos do Jordão e, em 2003, Tupã, foi a última cidade a elevar-se à condição de estância. In: <http://www.aprecesp.com.br/estancia.php> (Acesso em 01/07/08).

urbanização, melhoria e preservação ambiental das estâncias de qualquer natureza.

Parágrafo 2º - O Fundo de Melhoria das Estâncias terá dotação orçamentária anual nunca inferior a dez por cento da totalidade da arrecadação dos impostos municipais dessas estâncias, no exercício imediatamente anterior, devendo a lei fixar critérios para a transferência e a aplicação desses recursos.

A produção de objetos, seja a implantação de macro-sistemas técnicos ou mesmo a construção de uma praça ou um monumento, representa uma linguagem ideológica que quando projetada nestes, também produz a forma como será consumido. Assim, os entes federativos frente às exigências externas e internas ao se lançarem à competitividade se comportam como verdadeiras [...] “arenas que expressam o conflito de interesses de uma sociedade cada vez mais complexa e desigual” (CASTRO, 2005, p. 120).

O uso do território holambrense como mercadoria é bastante expressivo. De um lado, as políticas públicas viabilizam o território para o capital com incentivos fiscais, redução de impostos, instalação de objetos e, de outro lado, a esfera privada também viabiliza a construção da “vocalização local”, sobretudo com atividades econômicas que passaram a determinar a imagem de Holambra, primeiro com o cultivo de flores e plantas e tão logo com o turismo que se apóia nas características da cultura holandesa.

Exemplos da iniciativa privada, motivada pelo poder político local, podem ser constatados com a revitalização da Rua Rota dos Imigrantes, onde se criaram lojas com fachadas e jardins em estilo holandês, formando um ambiente típico da Holanda. Outros exemplos de empreendimentos privados são constatados na elaboração de um roteiro gastronômico envolvendo restaurantes e padarias do município e na criação de um roteiro rural turístico³⁷ composto por 13 propriedades rurais em Holambra. Entre estas, destaca-se a que contém o Parque Lindenhof. Esta propriedade

³⁷ Lançado em 08/11/2007 o Roteiro é composto por 13 propriedades rurais que foram adaptadas ao turismo. São elas: Sítio Estrela do Leste "Arurá", do empresário Glenn Collard; Flora Diamante de José Benedito Dainezi; Sítio Por do Sol de Antonio Carlos da Silva; Empório Alderigi de Maria Cristina e José Carlos Barbosa dos Reis; Sítio Flora Rei de Reinaldo de Souza Leite; Em Busca do Galope de Jan Wigman; Leite Groot de Soraya Groot; Casa do Fazendeiro Holandês "Anna's Hoeve" de Rob Boom; Parque Lindenhof, de Marius Van Ooijen; Rancho da Cachaça de José Roberto Marquesini, e Crisântemo Pedra Grande de Laurens Berenschot e mais duas em fase de estruturação. Esse roteiro é resultado da parceria entre empresários do setor e instituições como: Prefeitura do Município, Departamento de Turismo, SEBRAE-SP / Escritório Regional Sudeste Paulista, Posto SEBRAE Holambra, e as entidades apoiadoras: Associação Comercial e Empresarial de Holambra / Projeto Empreender e o Comtur - Conselho Municipal de Turismo de Holambra. Dados de pesquisa de campo – Posto SEBRAE / Holambra.

produtora de flores em estufas tornou-se também um atrativo turístico para o município, porém é de acesso restrito, cuja entrada é permitida mediante aquisição de ingressos. Assim, se tem criado no município por meio de agentes públicos e privados uma interdependência crescente entre estes.

O projeto roteiro turístico rural e também o roteiro gastronômico se estabelecem a partir do poder público, mas ambos sugeridos pela iniciativa privada. A implantação de tais projetos visou melhorias, sobretudo, infra-estruturais ao mesmo tempo em que poder público percebeu nestas atividades uma maior atração de recursos para o município. Por outro lado, no município, ao tornar-se turístico, elevaram-se os custos de acesso a bens de consumo para a população local. A maior parcela da população tende a ficar a margem dessa modernização urbana, tanto com relação ao consumo, como com relação à ocupação dos postos de trabalho oferecidos pelas atividades turísticas, em geral, por demandar mão-de-obra especializada.

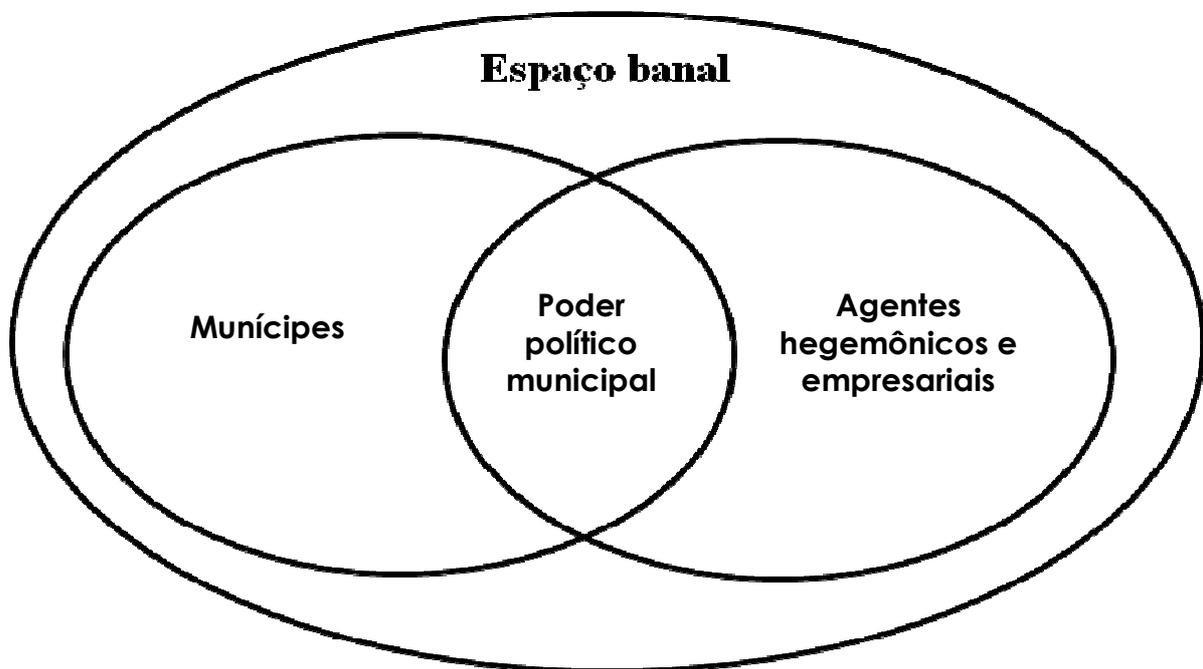
Vale ressaltar que o poder público de Holambra encontra-se muito imbricado com a esfera privada, em particular com representantes de empresas e instituições da atividade econômica eleita pelo município – a produção de flores e plantas ornamentais. Na Câmara Municipal de Holambra o presidente Wilson Barbosa e o vice Gerson Pedro de Pina (Gestão 2007-2008) são também respectivamente produtor e comprador de flores. O senhor Kees Shoenmaker, diretor da empresa Terra Viva (maior empresa brasileira produtora de flores) é também o Presidente do IBRAFLOR, atualmente com sede em Holambra. O Presidente da Câmara Setorial Federal de Flores e Plantas Ornamentais, o senhor Renato Opitz é também Diretor-Geral da empresa Promoções & Eventos RBB, organizadora dos eventos Hortitec, Enflor e Garden Fair, desde 2002. Foi Gerente de Produto da Cooperativa Agropecuária Holambra de 1990 a 1997 e Diretor Geral da Cooperativa Veiling Holambra de 1997 a 2001.

Em Holambra os pactos funcionais constituem uma simbiose³⁸ entre os agentes das políticas públicas e das empresas, enquanto os munícipes de fato participam de maneira distante. De um lado estão os agentes hegemônicos (as empresas e o poder público) e de outro os não-hegemônicos, os hegemônizados. A representatividade do sistema político local exacerba o poder econômico tanto dos proprietários de terras, quanto do empresariado. Tais agentes são ao mesmo

³⁸ Mencionamos simbiose no sentido como se referiu Kahil (1997, p.85), “um sistema articulado de subsistemas orgânicos e organizacionais, num grau elevado de complexidade simbiótica e de interpenetração”.

tempo representantes dos interesses privados que agem como representantes dos interesses públicos da sociedade (Figura 12.3), e assim, ampliam de fato o espaço das empresas. Ainda que implicitamente tem-se estabelecido um acordo entre as elites, no qual a população encontra-se majoritariamente à margem. Nesse sentido, as representações das reivindicações dos interesses mais amplos ficam à margem das políticas públicas. As ações políticas se convergem a interesses selecionados.

Figura 12.3. Esquema da simbiose das políticas públicas e dos interesses privados no uso do território Holambrense.



Elaboração: Telma Batalioti Galli.
Baseado em Santos (1994b e 2000c).

De acordo com Castells (2007, p. 471 e 505),

Assim, as regiões sobre o impulso dos governos e elites empresariais, estruturam-se para competir na economia global e estabelecerem em redes de cooperação entre as instituições regionais e entre as empresas localizadas na área. (...) Em resumo, as elites são cosmopolitas, as pessoas são locais. O espaço de poder e riqueza é projetado pelo mundo, enquanto a vida e a experiência das pessoas ficam enraizadas em lugares, em sua cultura, em sua história.

Com a atual vaga de modernização o território tende a se compartimentar e a se fragilizar, pois há uma multiplicidade de agentes produzindo políticas que pesam sobre seu governo, tornando a governabilidade um processo cada vez mais difícil. No território ocorrem, assim, as combinações em função do global e a despeito do global. O território é conduzido a uma *esquizofrenia* (SANTOS, 2000b), onde o espaço é tomado como global pelos agentes hegemônicos ao mesmo tempo em que é relativizado pelos interesses desses mesmos agentes. Segundo Santos (SANTOS, 1994a, p.18), “há um conflito que se agrava entre o espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos, e um espaço global, habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante e que chegam a cada lugar com objetos e as normas estabelecidas para servi-los”. A esquizofrenia do território se estabelece à medida que a imposição de uma ordem produz uma contra-ordem.

A especialização produtiva produz e projeta no município uma “identidade” que ideologicamente o caracteriza, e é essa identidade construída que passa a ser transmitida à sociedade. No caso holambrense, a ideologia da “Cidade das Flores” mostra a adaptação da cidade às exigências produtivas e assim, cria-se uma territorialidade orientada pelo mercado ao passo que se reconfigura o território.

A preparação dos municípios com obras de engenharia e normas, sobretudo com parcerias público-privadas em que se conta com investimentos empresariais, torna os territórios reféns das políticas das empresas, sendo comum, empresas que dominam as políticas locais. Daí, o conceito de *territórios alienados*, Cataia (2001). O território tido apenas como recurso é planejado de forma setORIZADA e funcional, ou seja, as ações são isoladas e não contemplam os interesses sociais que são distorcidos em função dos particulares.

Os territórios alienados validam o discurso de desenvolvimento econômico, cujos objetivos são eminentemente de uso hegemônico e corporativo. Para Furtado (1974, p. 75), “a idéia de desenvolvimento econômico é um simples mito”, com a qual é possível desviar a atenção das necessidades fundamentais da coletividade e também as possibilidades que se abrem ao homem com a ciência para “concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento”.

Nesse sentido a proposta de institucionalização de uma nova fronteira em Holambra é usada como elemento de afirmação de uma ideologia do desenvolvimento, assim como o *city*

marketing, as políticas de isenção fiscal e territorial representam uma administração política centrada no planejamento estratégico, competitivo e, que faz de Holambra um território alienado. Estabelece-se muito mais que uma guerra fiscal, a *guerra é dos lugares*.

Com a globalização ocorre também nas pequenas cidades uma refuncionalização quanto à sua centralidade, ligadas diretamente às novas atividades, sobretudo aquelas especializadas. Para Corrêa (2006), estas atividades transformam os pequenos núcleos urbanos, inserindo-os na rede urbana, numa mais complexa divisão territorial do trabalho. À medida que a produção no campo especializa-se, torna-se requerente de serviços também especializados à cidade. Assim, a cidade tornou-se o *locus* da regulação das atividades desempenhadas no campo.

O aprofundamento das especializações produtivas territoriais acentua a competição entre os territórios condicionando os interesses por novas propostas de rearranjos de fronteira a se inscreverem num processo em que se altera a concepção da Federação Brasileira. O princípio federativo de cooperação é substituído pela competição, estabelecendo-se um *federalismo corporativo* (NONATO, 2005), competitivo, onde o território é tido como recurso. “A competição, substituta da cooperação entre os entes, acaba sendo legitimada pelo próprio Estado que, desequilibrado em favor das empresas, incorpora princípios de mercado às políticas sociais” (NONATO, 2005, p.134).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração quase total dos mercados de capital confere a todas as economias uma interdependência global. No entanto, por causa da persistência das nações e dos governos nacionais e devido ao papel dos governos que usam a concorrência econômica como ferramenta de estratégia política, é provável que fronteiras e separações entre as principais regiões econômicas continuem a existir por muito tempo, estabelecendo uma diferença regional na economia global (CASTELLS, 2000, p.117).

Na medida em que o progresso técnico foi se configurando acompanhou-se a complexização da organização social e do território. Aumentada a fluidez territorial, a imposição das fronteiras também aumentou seu condicionamento às relações econômicas e sociais.

A divisão territorial do trabalho e a divisão política do território conformam ao longo das modernizações das sociedades, espaços compartimentados. Contudo, o caráter político atribuído à fronteira toma maior relevância com o avanço do capitalismo e com o surgimento dos modernos Estados territoriais em fins do século XIX. A importância intrínseca das relações entre Estado e o território perpassam pelos contornos das fronteiras políticas. Estas ao se cristalizarem no território demarcam espaços de poder e definem regimes jurídico-políticos, diferindo um Estado de outro.

No território brasileiro ao longo de suas fases de modernização, incluindo o período atual, ocorreram novos desenhos político-territoriais originando novos estados e municípios. De um lado, com a criação de um novo município ocorre uma redistribuição dos recursos pela Federação, e de outro lado, os novos municípios expressam a racionalidade do uso corporativo imposto pelos agentes hegemônicos. As novas compartimentações territoriais seguem orientadas

pelo dinamismo econômico e assim, solicita infra-estrutura ao território tornando-o mais funcional à ação do mercado.

Conforme Araújo (2000a, p. 248), “o Brasil nunca foi um Estado essencialmente provedor de saúde, educação, saneamento básico, etc. Foi um Estado que construía estradas, montava sistemas de comunicação, estatizava empresas (...), ofertava insumos”, enfim, manteve-se predominantemente atrelado a projetos alheios de desenvolvimento motivado por interesses forâneos.

Esta realidade, de compartimentação territorial e, por conseguinte instituição de novas fronteiras, como ocorre com o município de Holambra e tantos outros no estado de São Paulo e em todo território nacional, com suas motivações locais, dão prosseguimento a *políticas territoriais* (COSTA, 2001) que definem prioridades e privilegiam interesses corporativos de grupos específicos da sociedade, ou seja, dos agentes hegemônicos que contemplam agentes corporativos. As novas propostas de criação de estados e municípios no território brasileiro priorizam políticas territoriais que integram espaços dinâmicos, ou seja, potenciais economicamente. E o redesenho de fronteiras internas assume um caráter funcional à racionalidade econômica.

O município de Holambra é caso emblemático de como os interesses corporativos de uso do território são transferidos ao Estado. A proposta de criação de Holambra surge com o propósito de a CAPH transferir para o poder público os gastos com os equipamentos de usos coletivos, ainda que o controle do poder político se fizesse por agentes representantes dos interesses econômicos da própria Cooperativa. Assim, também o novo redesenho fronteiriço proposto pelo poder público de Holambra acompanha os interesses de expansão econômica como processo dinâmico de participação e competição no mercado da globalização.

A Federação Brasileira historicamente teve como movimento pendular ora a centralização e ora a descentralização das políticas de governo. Com a Constituição de 1988 e sua inserção na economia global, o Brasil passou a conviver com um novo contexto, cujo desafio centra-se na cooperação como princípio federativo e na competição como estratégia entre seus entes.

A dinâmica de compartimentação do território expressa o caráter seletivo das ações políticas e econômicas brasileiras que exacerbam as decisões do mercado. Constitui-se aparentemente um paradoxo: de um lado, a economia global dinamiza os fixos e os fluxos

tendentes a unificação dos mercados, e de outro lado, os territórios seguem se compartimentando e instituindo novas fronteiras. Essas duas realidades na verdade se complementam, pois ambas são condicionantes uma da outra e exprimem nos lugares sua condição de totalidade.

Se de um lado, os fluxos globais de mercadorias, pessoas e idéias passaram a romper as fronteiras nas diferentes escalas geográficas e aumentar a interdependência dos lugares, por outro lado, houve uma maior compartimentação do espaço geográfico e conseqüentemente houve a instituição de novas fronteiras políticas, pois a intensificação das modernizações que vão se sobrepondo ao território, exigem a sua regulação política. Assim, a unificação técnica e a globalização econômica não significaram a união política. Novas fronteiras internacionais foram criadas como também novas fronteiras internas no interior dos Estados.

À luz da globalização “a reorganização do Estado e da economia, a monetarização da economia e da sociedade e a diversificação e aprofundamento dos consumos revelam novas e complexas divisões territoriais do trabalho” (SILVEIRA, 2007b, p. 2). A complexidade se encontra, sobretudo, na possibilidade de dissociar o comando, a produção e o consumo, instaurando as especializações produtivas nos lugares. As especializações produtivas são exigentes, no entanto, dos meios de produção, elevando a participação dos agentes econômicos nos lugares por meio dos circuitos espaciais produtivos e seus correspondentes círculos de cooperação. Os lugares, no entanto, não participam igualmente das mesmas condições globalizantes e isso amplia as diferenças competitivas no atual período.

Novas relações são estabelecidas e nos lugares são instalados escritórios de exportação e importação, publicidade, assistência técnica, mercadológica e financeira, pesquisa, e regulação pública e privada. Assim, em Holambra se implantou o modelo holandês de comercialização de flores, o IBRAFLOR, empresas de insumos para a floricultura, empresas de consultoria, bem como, feiras e eventos técnicos direcionados à especialização produtiva de flores e plantas ornamentais. O município assume o caráter de agente econômico que age de acordo com as regras impostas pelo mercado fazendo do planejamento estratégico e do *city marketing* os instrumentos dinamizadores de resultados, utilizados na competição entre as cidades. Emprega-se o discurso do desenvolvimento econômico e como tendência, planeja-se focando a “aptidão local” como intencionalidade socialmente desenvolvida. Correlaciona-se assim, uma atividade

econômica ao nome do município, como entre muitos, é o caso de Holambra a “Cidade das Flores”.

As especializações territoriais produtivas evidenciam os espaços da globalização, onde se implantam as novas tecnologias e onde as relações regionais se enfraquecem em função das relações propostas pelo mercado mundial. A articulação que se estabelece entre os lugares é funcional àqueles pontos verticalmente unidos por uma base material e organizacional, no território brasileiro, dispostos na *Região Concentrada*. A racionalidade econômica presente na Região Concentrada exige novos arranjos espaciais e normativos por aprofundar a divisão territorial do trabalho e o processo de urbanização.

A racionalidade dos agentes econômicos presentes na economia contemporânea vem ampliar as possibilidades de mercado por portarem informações estratégicas. Tais agentes fundamentam o que Santos (1994a) assinalou como sendo os *espaços da racionalidade*, organizados de acordo com as lógicas do *acontecer hierárquico*³⁹, ou seja, por ações que se manifestam hierarquicamente, de forma vertical, isto é, por meio de redes. No Brasil, esses agentes participam dos processos de redefinição dos usos do território, ampliando sobremaneira a internacionalização da economia no território nacional e a hibridez da política das empresas com a política dos Estados.

Nos lugares está a coexistência das solidariedades orgânicas e organizacionais, é nos lugares que residem as possibilidades de resistência aos processos perversos do mundo. Portanto, é a partir dos lugares que pode ocorrer a *revanche do território* (SANTOS 2005). A partir da percepção efetiva de nação pelos cidadãos e destes como sujeitos históricos é que surgirão novas alternativas de sociedade, cidadania e nação.

Pensar um projeto de nação para o Brasil permite almejar um futuro em que as políticas de governo contemplem também o território como abrigo, espaço de todos e não apenas como recurso, para que assim prevaleçam sobre os interesses econômicos do mercado. Nesse sentido, Santos (2000b), se permitiu acreditar numa *federação de lugares*, em que a possibilidade de ser cidadão e de viver uma cidadania plena depende de soluções a serem buscadas localmente, a

³⁹ “O acontecer hierárquico é um dos resultados da tendência à racionalização das atividades e se faz sob um comando, uma organização, que tendem a ser concentrados” (SANTOS, 1999a, p. 167).

partir de uma nova estruturação político-territorial com uma indispensável redistribuição de recursos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Adilson Avansi de. **A colonização agrícola holandesa no estado de São Paulo**: 1971. 114f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 14/12/1970.

AKI, Augusto. **Bússola da comercialização para produtores de ornamentais**. Holambra: Gráfica Heliza, 2ª edição. 2004a. 177p.

_____. **Por que as pessoas (não) compram flores**. Holambra: Gráfica Heliza, 1 edição. 2004b. 196p.

ANCEL, Jacques. **Géographie des frontières**. Paris: Gallimard. 1938. 209p.

ANEFALOS, Lilian Cristina e FILHO, José Vicente Caixeta. Avaliação do processo de exportação na cadeia de flores de corte utilizando modelo insumo-produto. In: **RBE**: Rio de Janeiro, v.61, n. 2, abr-jun 2007. pp-153-173.

ANTAS JR., Ricardo Mendes. **Território e regulação. Espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: FAPESP. 2005. 248p.

ARAÚJO, Maria de Fátima Infante. Reestrutura produtiva e transformações econômicas; região Metropolitana de São Paulo. In: **São Paulo em Perspectiva**, 15 (1), 2001. pp. 20-30.

ARAÚJO. Tânia Bacelar de. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan, 2000a, 392p.

_____. Dinâmica regional Brasileira nos anos noventa. Rumo à desintegração competitiva? In: CASTRO, Iná Elias de, MIRANDA Mariana, e EGLER Cláudio (orgs). **Redescobrimo o Brasil 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000b. 389p.

ARROYO, Mônica. **Território nacional e mercado externo: uma leitura do Brasil na virada do século XX**. 2001. 250f. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia, FFLCH, Universidade de São Paulo. São Paulo. (s.d.d.).

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacro e simulação**. Lisboa: Relógio D'água. 1991. 201p

_____. **A sociedade de consumo**. Lisboa. Edições 70. 1995. 213p.

BECK, Ulrich. **Risk society. Towards a new modernity**. Londres: SAGE 1992. 260p.

BENACH, Núria. Nuevos espacios de consumo y construcción de imagen de la ciudad em Barcelona. In: **Estudios Geográficos**, n. LXI, p. 189-205. Madrid. 2000.

BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain. **As regiões ganhadoras**. Distritos e redes: os novos paradigmas da Geografia Econômica. Oeiras: Celta Editora, 1994.

BERNARDES, Julia Adão. Circuitos espaciais da produção na fronteira agrícola moderna: BR-163 matogrossense. pp.13-37. In: BERNARDES, Julia Adão e FILHO, Osni de Luna Freire. **Geografias da soja. BR-163: Fronteiras em mutação**. Rio de Janeiro: Arquimedes. 2005. 175p.

BOTELHO, Adriano. A produção do espaço e o empresariamento urbano: o caso de Barcelona e seu fórum das culturas de 2004. In: **GEOUSP, Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 16, pp. 111-124. 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Desenvolvimento urbano: Política nacional de Desenvolvimento Urbano**. (Cadernos MCidades, 1). Brasília, nov. 2004. 85 p.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material. Economia e capitalismo: Séculos XV – XVIII**. Vol. 1. São Paulo: Martins Fontes. 1996.

BREMAEKER, François Eugene J. de. Os novos municípios: surgimento problemas e soluções. **Revista de Administração Municipal**. Rio de Janeiro, v.40, n. 206, jan/mar, pp. 88-99, 1993.

CALABI, Donatella e INDOVINA, Francesco. Sobre o uso capitalista do território. **Revista Orientação**. São Paulo: FFLCH – USP, n. 9, pp. 57-66. 1992.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço urbano: Novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: LABUR Edições. 2007. 123p.

CASTELLS, Manuel. Crise do Estado, consumo coletivo e contradições urbanas. pp. 159-188. In: POULANTZAS, Nicos (org). **O Estado em crise**. Rio de Janeiro: GRAAL. 1977. 338p.

_____ **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, volume 1. 2000. 617p

_____ **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2007. 698p.

CASTILLO, Ricardo Abid. Dinâmica regional e circuitos espaciais de produtos agrícolas no Brasil. 10p. In: **VI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia**, 2005, Fortaleza / CE. Anais do VI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Fortaleza, v. 1, 2005.

_____ Aproximações sobre o tema da análise geográfica da urbanização e da fragmentação na era das novas tecnologias da informação. In: SPÓSITO. M. E. B. (org) **Urbanização e cidades: Perspectivas geográficas**. Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2001. 643p.

CASTRO, Iná Elias de. 2005. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 299p.

CATAIA, Márcio Antônio. **Território nacional e fronteiras internas: a fragmentação do território brasileiro**. 2001. 234f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 16/04/2001.

_____. Território usado e criação de novos municípios: considerações sobre a crise da Federação brasileira. In: **VI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia**, 2005, Fortaleza / CE. Anais do VI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Fortaleza, v. 1, 2005.

_____. A relevância das fronteiras no período atual: unificação técnica e compartimentação política dos territórios. **IX Colóquio Internacional de Geocrítica. Los problemas del mundo actual - soluciones y alternativas desde la Geografía y las Ciencias Sociales**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 28 de maio a 1 de junho de 2007. 11p. Disponível em < <http://www.ub.es/geocrit/9porto/progse.htm> > Acesso em 31/08/07.

CATAIA, Márcio Antônio e GALLI, Telma Batalioti. As políticas municipais no contexto da federação brasileira: o caso do rearranjo das fronteiras em Holambra (SP). In: Revista **Geografia**. Rio Claro, v. 33, n. 3, set/dez, 2008, pp. 339-401.

CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral) – Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo. **CATI recebe missão do Banco Mundial**. *On-line*, Notícias – Edição n. 5, 10/09 a 15/09/2007. Disponível em <<http://www.cati.sp.gov.br/Cati/produtos/cationline/Cati Online.php>> Acesso em 03/04/08.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Moderna, 2. ed. 1981. 220p.

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DE SÃO PAULO. 12 de maio de 2008. Assembléia Legislativa do estado de São Paulo. São Paulo, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. Interações Espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato. (orgs.) **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. pp. 279-318.

_____. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 336p.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. São Paulo: Hucitec/Edusp. 1992. 374p.

_____. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto. 1988. 83p.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Constituição e constituinte**. São Paulo: Saraiva. 1982. 89p.

ELIAS, Denise. **Meio técnico-científico-informacional e urbanização na região de Ribeirão Preto (SP)**. 1996. 293f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. (s.d.d.).

ENFLOR – Encontro Nacional de Floristas, produtores, Atacadistas e Empresas de Acessórios e GARDEN FAIR – Feira de Tecnologia em Jardinagem e Paisagismo. Holambra, [s. n.]. 2007, 50p.

FAUSTO, Boris. Imigração: cortes e continuidades. pp.14-61. In: NOVAIS, Fernando A. **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. Volume 4, 3ª Reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras. 2004. 821p.

FARAH, Marta. F. S. Capítulo 4: Gestão pública local, novos arranjos institucionais e articulação urbano-regional. pp81-95. . In: BRANDÃO, Carlos A.; GONÇALVES, M. F. e GALVÃO, A. C. (orgs). **Regiões e cidades, cidades nas regiões**. São Paulo. Editora da Unesp, 2003.

FOUCHER, Michel. **Fronts e fronteières: um tour du monde géopolitique**. Paris: Fayard. 1991. 691p.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra. 1974, 117p.

_____**Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2000. 126p.

GEORGE, Pierre. **A ação do homem**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 197-, 214p.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. 1991: UNESP. 177p.

GOTTMANN, Jean. GOTTMANN, Jean. **La politique des Etats et leur géographie**. Paris: Armand Collin, 1952. 228p.

_____**The evolution of the concept of territory**. In: **Social Science Information**. n. 3-4, v. 14, pp. 29-47, 1975.

GUELTA, Rafael. Guerra fiscal não seduz Campinas. **On line Capital Social**, agosto, 1999. Disponível em <<http://www.reporterdiario.com.br>> (Acesso em 09/03/2009).

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. In: **Espaço & Debates**, n. 39, NERU,1996, pp. 48-64.

_____**A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume. 2005. 251p.

HAUG, Wolfgang Fritz. **Crítica da estética da mercadoria**. São Paulo: Unesp, 1997. 210p.

HORTITEC 14^a – Exposição Técnica de Horticultura, Cultivo Protegido e Culturas Intensivas. **Catálogo de Expositores**. Holambra: [s.n], 2007. 86p.

HUBERT, Jean-Paul. **La Discontinuité Critique: essai sur les principes a priori de la géographie humaine**. Paris: Sorbonne. 1993. 221p.

IANNI, Octavio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2004a. 281p.

_____. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2004b. 252p.

IBGE. **Censos Demográficos**. 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000.

_____. **Caracterização do setor produtivo de flores e plantas ornamentais no Brasil: 1995-1996**. IBGE / Coordenação de Agropecuária. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. 79p.

IBRAFLO (Instituto Brasileiro de Floricultura). **Análise Conjuntural das exportações de flores e plantas ornamentais do Brasil - Janeiro a Dezembro de 2004**. Disponível em <<http://www.ibraflor.com.br>> (Acesso em 01/08/2005).

ISNARD, Hildebert. L'Espace Du Géographe. pp. 174-187. In: **Annales de Géographie**, n. 462, mars –avril. 1975.

JUNQUEIRA, Antonio Hélio e PEETZ, Márcia da Silva. **Floricultura no Brasil: apontamentos mais relevantes sobre o papel sócio-econômico recente da atividade**. 2005. (Texto não publicado). Acesso direto no IAC - Campinas. 11p.

_____. **Perfil da cadeia produtiva de flores e plantas ornamentais da mesorregião metropolitana de Belém (PA)**, 2006. 222p.

KAHIL, Samira Peduti. **Unidade e diversidade do mundo Contemporâneo. Holambra: a existência do mundo no lugar**. 1997. 101f. Tese (Doutorado em Geografia). FFLCH, Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo. São Paulo. (s.d.d.)

_____. O mundo no lugar: Itinerário para uma geografia da existência. In: **Revista Experimental**, n. 4, v. 4. 1998. pp.45-56.

_____. Usos do território: uma questão política. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** – 20 a 26 de março de 2005, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2005.

KASZNAR, Istvan Karoly. Criação, divisão e desmembramento de municípios. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro. v. 33, n. 6, nov/dez, pp. 247-254, 1999.

KIYUNA, Ikuyo e SANTOS, Vera Lúcia Francisco dos. **Floricultura no estado de São Paulo: Novas fronteiras**. Artigo apresentado no XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural 25 a 28 de julho, Cuiabá, MT. 2004. Disponível em <<http://www.iea.sp.gov.br/OUT/verTexto.php?codTexto=1470>> (Acesso em 25/07/07).

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Ed. 34. 1994. 149p.

LEAL, Luciana Nunes. Número de município não para de crescer e deputados querem mais. In: **O Estado de S. Paulo**. A4. Domingo, 17 de maio de 2009.

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE HOLAMBRA. Nº. 001/2000. Prefeitura da Estância Turística de Holambra. Holambra, 2007.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço.** São Paulo: Nobel, 1987. 209p.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 1981. 337p.

MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras, redes. In: STROHAECKER, T. M.; DAMIANI, A.; SCHAFFER, N. O. (org). **Fronteiras e espaço global.** Porto Alegre: AGB- Porto Alegre. pp. 41-49. 1998.

MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e nações.** São Paulo: Contexto, 1992. 91p.

_____. **As fronteiras internas e a questão regional do Brasil.** 1993. f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. (s.d.d.)

MARTINS, José de Sousa. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano.** São Paulo: Hucitec. 1997. 213p.

MARX, Karl. **O capital.** Volume 1. Primeira Parte, Mercadoria e Dinheiro. pp.41-93 – Capítulo 4. O fetichismo da mercadoria: seu segredo, pp. 79-93. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1988. 579p.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** São Paulo: Hucitec, Polis. 1984. 392p.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Los circuitos espaciales de la produccion y los circuitos de cooperacion en le espacio.** Buenos Aires, 1991. pp. 153-177.

MORAES, Antonio Carlos Robert de; COSTA, Wanderley Messias da. A geografia e o processo de valorização do espaço. In: SANTOS, Milton. (Org.) **Novos rumos da geografia brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1982.

MORETTI, Edvaldo Cesar. Turismo, consumo e produção do espaço: o mundo do trabalho no período técnico científico informacional. In: **IX Coloquio Internacional de Geocrítica.** Porto Alegre, 28 de mayo - 1 de junio de 2007.

NONATO, Rita de Cássia. **Crise da Federação e federalismo corporativo: propostas de criação de novos estados no front agrícola brasileiro.** 150f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas. 24/08/2005.

OLIVEIRA, Alfredo Augusto Porto e, BRAINER, Maria Simone de Castro Pereira. **Floricultura, caracterização e mercado.** Série Documentos do ETENE, v. 16. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. 2007, 180p.

OLIVEN, Ruben George. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Petrópolis: Vozes. 1980. 138p.

OLIVETTI, Mário Pereira de Almeida; TAKAES, Marineusa e MATSUNAGA, Minoru. Perfil da produção das principais flores de corte no estado de São Paulo. In: **Informações econômicas**, São Paulo, v. 24, n. 7, jul. 1994. pp. 31-54.

PEROBELLI, Fernando e PIANCASTELLI, Marcelo. **ICMS: evolução recente e guerra fiscal**. Brasília: IPEA, texto para discussão n. 402. 1996. 58p.

PIQUET, Rosélia. **Cidade-empresa. Presença na paisagem urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998. 166p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática. 1993. 269p.

RATZEL, Friedrich. **Géographie Politique**. Paris: Editions Economica. 1988. 385p.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Ações culturais e a ação estimulada pela técnica. In: SOUZA, Álvaro (org). **Milton Santos. Cidadania e globalização**. Bauru: Saraiva. 2000. 368p.

_____. Matéria e espírito: o poder (des)organizador dos meios de comunicação. pp. 44-65. PIQUET, Rosélia (org). **Brasil: território da desigualdade**. Ri de Janeiro: Zahar. 1991. 181p.

SÁNCHEZ, Fernanda. Políticas urbanas em renovação: uma leitura dos modelos emergentes. In: **Revista Brasileira de Estudos urbanos e regionais**. n. 1, pp. 115-132. 1999.

_____. A (in)sustentabilidade das cidades-vitrine. Capítulo 6, p. 155-175. In: ACSERALD, Henri (org). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A. 2001a. 237p.

_____. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. In: **Revista de Sociologia Política**: Curitiba, n.16. pp. 31-49, jun, 2001b.

_____. **A reinvenção das cidades para o mercado mundial**. 2001c. 367f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, (s.d.d.).

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1979a. 345p.

_____. **Economia espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: Hucitec. 1979b. 167p.

_____. **Manual de geografia urbana**. São Paulo: Hucitec. 1981. 203p.

_____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec. 1982. 66p.

_____. O meio técnico-científico e a urbanização no Brasil. **Espaço e Debates**, n^o 25, Ano VIII, 1988, pp. 58-62.

- _____ **A Cidade e o Urbano como Espaço-Tempo.** Cidade & História - Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX. UFBA - FAU/MAU. Salvador, 1992. pp. 241-244.
- _____ O retorno do território. pp. 15-20. In: SANTOS, Milton *et all.* (orgs). **Território, globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec. 1994a.
- _____ **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional.** São Paulo: Hucitec, 1994b. 190p.
- _____ **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec. 1996a. 157p.
- _____ **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: HUCITEC. 1996b. 124p.
- _____ **Espaço e método.** São Paulo: Nobel. 1997a. 88p.
- _____ Da política dos estados à política das empresas. In: **Cadernos da Escola do Legislativo de Minas Gerais.** 1997b.
- _____ Globalização e política. In: **Cadernos da Escola do Legislativo.** Belo Horizonte: 3 (6). pp. 9-23, jan/jun. 1998.
- _____ **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção.** São Paulo: Hucitec. 3 ed. 1999a, p. 308p.
- _____ Atividades para a visibilidade e projeção da ANPUR 1991-1993. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais.** n. 1. pp. 19-23, maio. 1999b.
- _____ Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. In: **Revista Território,** ano IV, n. 6, jan/jun. p. 05-20. 1999c.
- _____ **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos.** São Paulo: Perseu Abramo. 2000a. 127p.
- _____ **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record. 2000b. 176p.
- _____ **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: EDUSP, 2005. 170p.
- _____ **O espaço do cidadão.** São Paulo: EDUSP. 2007. 169p.
- _____ El territorio: um agregado de espacios banales. In: **Boletín de Estudios Geográficos.** Argentina. n. 96. 2000c. pp. 87-96.
- _____ O futuro das megacidades: dualidade entre o poder e a pobreza. In: **Cadernos Metrópole** 19. pp. 15-25. 2008.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record. 2001. 473p.

SEBRAE. **Revista SEBRAE Agronegócios**. Brasília – DF: SEBRAE – UAGRO (Unidade de Atendimento Coletivo – Agronegócios e Territórios Específicos) n. 1. out. 2005. 64p. Disponível em <http://www.sebrae.com.br/br/revista_agro> (Acesso em 12/03/07).

SILVA, Adriana Maria Bernardes da. **A contemporaneidade de São Paulo: produção de informações e o novo uso do território brasileiro**. 2001. 283f. Tese. Doutorado em Geografia – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. (s.d.d).

SILVA, José Afonso da. **O município na constituição de 1988**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1989.

SILVA, Silvana Cristina da. **Geração de novos municípios: uma face da modernização dos macrossistemas técnicos do território**. 2004. 109f. Monografia de conclusão de curso em Geografia. Instituto de Geociências – Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas. (s.d.d.).

_____. **A família de municípios do agronegócio: expressão da especialização produtiva no front agrícola**. 2007. 137f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências – Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 22/08/2007.

SILVEIRA, Maria Laura. Totalidade e fragmentação; o espaço global, o lugar e a questão metodológica, um exemplo argentino. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; ARROYO, Mônica e SCARLATO, Francisco Capuano. **O novo mapa do mundo: fim do século e globalização**. São Paulo: Hucitec, 4ª edição, 2002. 342p.

_____. Diferencias regionales em el territorio brasileño: perspectiva diacrônica y sincrônica. 18p. In: **Scripta Nova**. Revista Eletrônica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Vol. XI, n. 244, 15 de julio de 2007a.

_____. Crises e paradoxos da cidade contemporânea: os circuitos da economia urbana. In: **X SIMPURB. Trajetórias da Geografia urbana no Brasil: tradições e perspectivas**. Florianópolis – SC. 2007b. 21p.

SILVEIRA, Rosiris Bergemann de Aguiar. **Horticultura ornamental: floricultura brasileira**. Disponível em: <<http://www.uesb.br/flower/florabrasil.html>>. Acesso em 05 de setembro de 2007.

SIMONDON, Gilbert. **Du mode d’existence des objets techniques**. Paris: Aubier-Montaigne, 1969. 266p.

SIQUEIRA, Cláudia Gomes de. **Emancipação municipal pós Constituição de 1988: um estudo sobre o processo de criação de novos municípios paulistas**. 2003. 244f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 10/06/2003.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Conexões geográficas: um ensaio metodológico. Boletim **Paulista de Geografia**. São Paulo. AGB São Paulo, n. 71. 1992. pp. 113-127.

_____. **Globalização e efeitos perversos. Relendo a Geografia da Fome**. 11p. Texto elaborado para o I ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, realizado em Aracaju, de 5 a 9 de setembro de 1995. Disponível em < http://www.territorial.org.br/ins_biblioteca.htm> (Acesso em 02/04/2008).

_____. **O impacto da modernização e do ajuste econômico sobre o nível do emprego**. 8p. Texto preparado para o Seminário: PLANO REAL E DESEMPREGO, organizado pela Fundação Pedroso Horta - Nacional, na Câmara Municipal de São Paulo, no dia 02 de fevereiro de 1996. Disponível em < http://www.territorial.org.br/ins_biblioteca.htm> (Acesso em 05/03/2009).

_____. **Cidade: Lugar e Geografia da Existência**. 10p. Conferência foi elaborada para o 5º Simpósio Nacional de Geografia Urbana, em Salvador da Bahia, de 21 a 24 de outubro de 1997. Disponível em < http://www.territorial.org.br/ins_biblioteca.htm> (Acesso em 24/06/2009).

_____. **Território Brasileiro: Usos e abusos**. Campinas: Territorial, 2003. 610p.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. “As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos”. In: SPÓSITO. M. E. B. (org) **Urbanização e cidades: Perspectivas geográficas**. Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2001. 643p.

VENCATO, Ângela et al. **Anuário Brasileiro das flores 2006**. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz. 2006, 112p.

_____. **Anuário Brasileiro das flores 2007**. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz. 2007, 112p.

WIJNEN, Kees. **Holambra 1958 -1998. A Cooperativa de agricultores e horticultores holandeses que se transformou na cidade das flores do Brasil**. Haia: Fundação Holambra-Holanda. 1998. 199p.

SITES CONSULTADOS

Aprendendo a exportar – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - <http://www.aprendendoaexportar.gov.br>

Associação Brasileira de Sementes - <http://www.abcsem.com.br/>

Associação Brasileira de Municípios - <http://www.abm.org.br/>

Associação Paulista de Municípios - <http://www.apaulista.org.br/apm/>

Associação das Prefeituras de Cidades Estâncias do Estado de São Paulo - <http://www.aprecesp.com.br/estancia.php>

Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) - <http://sgt.caged.gov.br/xolapw.dll/fsmMain>

Ceasa Campinas - http://www.ceasacampinas.com.br/cc_merc_f_po.htm

Cia Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo - <http://www.ceagesp.gov.br/produtos/epoca/>

Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - http://www.cati.sp.gov.br/Cati_produtos/cationline/Cati_Online.php

Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - (dados de Holambra 2006 - LUPA - Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuária) <http://www.cati.sp.gov.br/Cati2007/servicos/lupa/lupa.shtml>

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - <http://embrapa.com.br>

Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano - <http://www.emplasa.sp.gov.br/portalemplasa/index.asp>

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - <http://www.seade.gov.br/>

Instituto Agrônomo de Campinas - <http://www.iac.sp.gov.br/>

Instituto Brasileiro de Floricultura - <http://www.ibraflor.com.br>

Instituto de Economia Agrícola - <http://www.iea.sp.gov.br>

Jornal da Cidade de Holambra - <http://www.jcholambra.com.br>

Naturali Garden Center - <http://www.naturali.com.br/GardenClube/GCEventos.htm>

Presidência da República – Casa Civil - <http://www.planalto.gov.br/ccivil>

Portal do Cooperativismo - <http://www.portaldocooperativismo.org.br>

Portal Federativo - <http://www.portalfederativo.gov.br/bin/view/Inicio/PesquisaMunicipios>

SEBRAE - <http://www.sebrae.com.br/setor/floricultura>

Sistema IBGE de Recuperação Automática - <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/popul/default>

Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior via Internet - <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br>

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - <http://www.sebrae.com.br/br>

Territorial - Instituto de Pesquisa, Informações e planejamento - http://www.territorial.org.br/ins_biblioteca.htm

Tribunal de Contas da União - http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/pesquisa_avancada

ANEXOS

Tabela A. Coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios por faixa de população.

Faixa de Habitantes	Coeficiente
Até 10.188	0,6
De 10.189 a 13.584	0,8
De 13.585 a 16.960	1,0
De 16.961 a 23.772	1,2
De 23.773 a 30.564	1,4
De 30.565 a 37.356	1,6
De 37.357 a 44.148	1,8
De 44.149 a 50.940	2,0
De 50.941 a 61.128	2,2
De 61.129 a 71.316	2,4
De 71.317 a 81.504	2,6
De 81.505 a 91.692	2,8
De 91.693 a 101.880	3,0
De 101.881 a 115.464	3,2
De 115.465 a 129.048	3,4
De 129.049 a 142.632	3,6
De 142.633 a 156.216	3,8
Acima de 156.216	4,0

Fonte: Tribunal de Contas da União.

Tabela B. Percentual máximo dos subsídios dos vereadores calculados sobre os subsídios dos Deputados Estaduais, conforme faixas de habitantes dos municípios.

Faixas em relação ao número de habitantes dos municípios	Percentual dos subsídios dos vereadores
Até 10.000 habitantes	20%
De 10.001 a 50.000 habitantes	30%
De 50.001 a 100.000 habitantes	40%
De 100.001 a 300.000 habitantes	50%
De 300.001 a 500.000 habitantes	60%
Acima de 500.000 habitantes	75%

Fonte: Art. 29, inciso VI, alíneas "a" a "f" da Constituição Federal de 1988.
Elaboração Telma Batalioti Galli.

Tabela C. Participação percentual da exportação brasileira por grupos de produtos de plantas vivas e produtos de floricultura entre 2002 a 2008, em US\$ FOB.

GRUPO DE PRODUTOS	ANOS						
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Mudas de plantas ornamentais	54,75	49,67	48,46	43,57	41,91	42,00	41,12
Bulbos, tubérculos e rizomas em repouso vegetativo	26,83	23,89	23,08	25,07	32,46	39,79	44,82
Flores e botões frescos cortados para buquês	8,08	13,41	20,75	23,41	16,37	10,50	6,70
Folhagens, folhas e ramos secos	6,73	8,15	6,40	1,76	1,15	1,36	1,36
Mudas de orquídeas	0,27	0,41	0,52	0,65	0,50	0,66	0,56
Mudas de outras plantas	0,04	1,55	0,41	0,64	0,05	0,43	0,59
Folhagens, folhas e ramos frescos	2,18	1,41	0,34	4,76	5,40	4,73	4,30
Estacas não enraizadas e enxertos	0,06	-	0,04	0,05	-	-	-
Musgos e liquens	0,91	1,40	-	-	-	0,01	-
Outras plantas vivas	-	0,08	-	0,01	0,18	0,32	0,39
Flores e botões secos cortados para buquês	0,13	0,02	-	0,02	0,03	0,18	0,13
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Elaboração: Telma Batalioti Galli.

Fonte: <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/default.asp>

Tabela D. Exportação Brasileira por grupos de produtos de plantas vivas e produtos de floricultura segundo a (NBM) de 1989 a 1996 e segundo a NCM de 1997 a 2008, em US\$ FOB.

CATEGORIA	1989-1996		1997-2008	
	US\$ FOB	Peso Kg	US\$ FOB	Peso Kg
Bulbos	14.548.598	10.972.806	78.780.662	43.649.531
Mudas	33.367.923	8.635.134	125.715.340	15.414.691
Flores	30.187.840	6.374.975	35.749.131	8.693.637
Folhagens	5.783.295	2.649.190	17.558.887	7.821.579
Outros	8.308.479	2.527.594	2.194.639	1.595.907

Elaboração: Telma Batalioti Galli.

Fonte: <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/default.asp>

Tabela E. Balança comercial brasileira de flores e plantas ornamentais em US\$ FOB.

ANOS	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
1996	11.855.354	6.181.324	5.674.029
1997	11.004.990	5.875.990	5.129.090
1998	12.042.129	7.961.696	4.080.433
1999	13.130.062	5.476.909	7.653.153
2000	12.010.545	6.414.375	5.596.170
2001	13.746.928	7.094.420	6.652.508
2002	16.133.770	8.210.727	7.923.043
2003	21.398.426	6.869.943	14.528.483
2004	25.357.195	6.736.525	18.620.670
2005	27.640.817	5.621.773	22.019.044
2006	32.329.151	8.758.470	23.570.681
2007	35.278.392	10.787.861	24.490.531
2008	35.596.241	14.104.553	21.491.688

Elaboração: Telma Batalioti Galli.

Fonte: <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/default.asp>

Tabela F. Balança Comercial mensal de 2008 de plantas vivas e produtos de floricultura em US\$ FOB

MESES	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
Janeiro	2.653.187	1.593.964	1.059.223
Fevereiro	2.772.488	1.295.598	1.476.890
Março	2.208.248	1.160.889	1.047.359
Abril	1.943.855	1.568.592	375.263
Mai	2.503.149	2.030.925	472.224
Junho	4.279.866	1.108.915	3.170.951
Julho	6.075.973	904.027	5.171.946
Agosto	6.704.331	751.385	5.952.946
Setembro	1.606.458	1.087.651	518.807
Outubro	1.266.336	793.562	472.774
Novembro	1.679.428	1.028.545	650.883
Dezembro	1.902.922	780.500	1.122.422
Total	35.596.241	14.104.553	21.491.688

Elaboração: Telma Batalioti Galli.

Fonte: <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/default.asp>